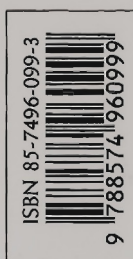
Em *A desertificação neoliberal no Brasil*, o leitor pode encontrar elementos para a compreensão das conseqüências e repercussões mais nefastas do neoliberalismo em nosso país. O autor mostra-nos de que modo a pragmática erigida após o Consenso de Washington se enraizou em nosso solo desde Collor até os dias atuais.

Formula uma questão provocativa: quais são os traços de continuidade em três governos aparentemente tão diferentes, como os de Collor, FHC e mesmo de Lula? E, ao fazer isso, ajuda-nos a compreender por que os projetos alternativos, uma vez no governo, acabam sintonizados com o receituário neoliberal.

Ricardo Antunes

A DESERTIFICAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

(COLLOR, FHC E LULA)

AUTORES
ASSOCIADOS

A desertificação neoliberal no Brasil, de Ricardo Antunes, traz fotografias e fragmentos de uma década de devastação social em nosso país. Década iniciada com Fernando Collor de Mello, em 1990, que nos legou um brutal processo de privatização, um amplo leque de desregulamentações, um intenso processo de reestruturação, um vasto movimento de financeirização e um enorme e desmesurado ritmo de precarização social. Em síntese, como apresenta o autor, *foi uma era de informatização inserida numa época de informalização.*

Se essa década se iniciou com Collor de modo aventureiro, foi, entretanto, com Fernando Henrique Cardoso que a década do *social-liberalismo* deslanchou, ao comandar o país por oito anos. Tratava-se, como o livro apresenta, de outra racionalidade, porém, dentro do mesmo ideário desenhado pelo Consenso de Washington. Como principal conseqüência da década neoliberal, o Brasil viu desmoronar quase toda a arquitetura construída no período getulista.

Se a vitória de Lula em 2002 sinalizava, em alguma dimensão, o principiar da desmontagem da fase neoliberal, um ano e meio depois, pode-se constatar que os elementos de *continuidade* suplantaram em muito os traços de *descontinuidade*, abafando as possibilidades de ruptura. O Brasil ajudava a referendar uma tese que tem sido freqüentemente reeditada: as forças que se credenciaram para demover o neoliberalismo, quando chegam ao poder, tornam-se prisioneiras da engrenagem neoliberal.

Os textos presentes em *A desertificação neoliberal no Brasil*, de Ricardo Antunes, publicados em vários jornais e revistas, no Brasil e no exterior, oferecem elementos para a compreensão desse movimento. E, desse modo, colaboram para a busca de caminhos para a sua superação.

A DESERTIFICAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

(COLLOR, FHC E LULA)

EDITORA AUTORES ASSOCIADOS LTDA.
Uma editora educativa a serviço da cultura brasileira

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901 – CEP 13084-008
Campinas-SP – Pabx/Fax: (19) 3289-5930
e-mail: editora@autoresassociados.com.br
Catálogo *on-line*: www.autoresassociados.com.br

Diretor Executivo
Flávio Baldy dos Reis

Coordenadora Editorial
Érica Bombardi

Assistente Editorial
Aline Marques

Revisão
Cleide Salme Ferreira
Kelly Lima

Diagramação e Arte-final
Criação de capa e leiaute baseados em
Tragédia, Klimt, 1897
Érica Bombardi

Impressão e Acabamento
Gráfica Paym

A DESERTIFICAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

(COLLOR, FHC E LULA)

RICARDO ANTUNES

2ª EDIÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Antunes, Ricardo
A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula) / Ricardo Antunes. – 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ISBN 85-7496-099-3

1. Brasil – Política e governo 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- 3. Mello, Fernando Collor de, 1949- 4. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945- I. Título.

04-3789 CDD-320.98106

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Política e governo 320.98106

1ª Edição – julho de 2004

Impresso no Brasil – março de 2005

Tantos pisam este chão que
ele talvez um dia se humanize.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE,
Contemplação no banco

SUMÁRIO

1 | Apresentação

5 | PARTE 1

DA AVENTURA BONAPARTISTA DE COLLOR À RACIONALIDADE EXACERBADA DE FHC

7 | Collor e a aventura bonapartista
12 | O duplo fracasso do Projeto Collor
16 | Collor e a crise brasileira
20 | As ambigüidades do Governo e do Plano Itamar
24 | Modernidade ou produção destrutiva?
27 | As desventuras de Leonel Brizola
31 | Lições da greve no Governo FHC
37 | FHC – 2° ato – o bico do tucano
41 | A plumagem e a carne
44 | FHC, o espelho e o dilúvio
48 | A reforma da imprevidência

53 As tragédias da Petrobrax multifuncional
56 Qual é o espaço do Brasil?

63 PARTE 2
NO LIMIAR DO SÉCULO XXI: SOCIAL-LIBERALISMO OU ALTERNATIVA SOCIALISTA?

65 No limiar do século XXI
68 O significado dos novos movimentos sociais
70 Primeiro de Maio: resgatar o sentido de pertencimento de classe
74 O Primeiro de Maio e seus *novos proletários do mundo*: fim ou recomeço?
77 O trabalho na fonte misteriosa
81 Os sindicatos estão na encruzilhada
85 Entre o fetiche e a realidade
88 As eleições plebiscitárias
91 A dívida externa e o plebiscito
94 As bases sociais das mazelas e seus mitos recentes
97 A prefeitura e os dilemas do desemprego
99 Desemprego: como enfrentá-lo?
104 A "terceira via": uma via de *continuidade* do neoliberalismo na Inglaterra
110 O século atormentado
115 Alguns desafios da alternativa socialista
120 A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo

129 PARTE 3
LULA E OS (DES)CAMINHOS DO SOCIAL-LIBERALISMO

131 O Brasil no século XXI: a vitória de Lula e os desafios da esquerda social
140 O pêndulo de Lula
144 Salário mínimo: dignidade do trabalho ou continuidade do arrocho?
148 Algumas razões de fundo para impedir a (contra)reforma da (im)previdência
151 A vingança inesperada da história
155 O flagelo do desemprego no Governo Lula
159 O tucano e o ornitorrinco
164 A trajetória (e a tragédia) do PT
168 Deu no *New York Times*!

171 Sobre o autor

Apresentação

Quando Fernando Henrique Cardoso iniciou seu governo, em 1995, deparou-se com uma greve geral dos petroleiros que abalou o país*. A virulência com que FHC enfrentou aquele movimento de resistência marcou definitivamente seu governo, sua fisionomia, enfim, os interesses que estavam dominando em seu governo. O neoliberalismo, iniciado com Collor**, de modo aventureiro, encontrava com FHC uma nova racionalidade que exigia uma dura derrota ao movimento sindical dos trabalhadores, visando pavimentar os caminhos do neoliberalismo no país.

Há pouco mais de uma década, algo similar ocorria na Inglaterra de Margaret Thatcher. Para consolidar o nefasto neoliberalismo bri-

---

* Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente em 1994 (pelo PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira), sendo reeleito em 1998, em segundo mandato que se encerrou em 2002.

** Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989 (pelo PRN, Partido da Reconstrução Nacional) e empossado em 1990. Em 1992 sofreu processo de *impeachment*, sendo substituído pelo vice Itamar Franco, cujo mandato se encerrou em 1994.

tânico recém-iniciado, seu governo vilipendiou a heróica greve dos mineiros de 1983/1984, aprofundando o ideário e a pragmática neoliberais naquele país. Como coube à história fotografar estes tristes episódios, ambos, FHC e Thatcher, o *príncipe do Real* e a *dama de ferro*, são lembrados como inimigos dos trabalhadores. Como sucessor de Thatcher, a Inglaterra vivenciou a farsa *Tory* Blair*, seu New Labour e a jocosa "terceira via". Como sucessor de FHC, o Brasil presenciou a vitória de Lula**.

Para aqueles que esperavam pelo principiar da mudança profunda da política econômica, contraditando os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos organismos multilaterais, das finanças e das transnacionais; pela contenção do fluxo de capitais que migram para o sistema financeiro internacional esgotando a produção da nossa riqueza; pelo combate ao nefasto projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (que, se implementado, consolidará o domínio econômico, político, cultural e da propriedade intelectual norte-americana sobre a América Latina); pela recuperação da dignidade do salário mínimo, contra a política de arrocho salarial; pelo combate aos transgênicos que tantos riscos podem trazer a nossa saúde; pelo início da reforma agrária, imprescindível para desmontar a *miséria brasileira*; pela recuperação da *res publica* contra a secular privatização do Estado brasileiro; enfim, pelo *início* de um programa efetivo de mudanças, com prazos e caminhos construídos com sólida impulsão social, foi pesaroso ver que a primeira "reforma" do Governo Lula foi agendada pelo FMI, imposição que o governo aceitou sem resistência, desestruturando um setor importante da classe trabalhadora brasileira, composta pelos funcionários públicos, e que sempre foi um dos pilares de sustentação do Partido dos Trabalhadores (PT), particularmente no dificílimo período da Ditadura Militar.

* Esta expressão é uma alusão ao Partido Conservador (Tory) da Inglaterra.

** Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002 (pelo PT, Partido dos Trabalhadores), com mandato até 2006.

E, ao fazer isso, o Governo Lula teve de derrotar cabalmente, exemplarmente, como nos episódios anteriormente citados de FHC e Thatcher, a ação dos trabalhadores públicos, escolhidos pelo governo como elemento causal da tragédia brasileira. Sua força, a potência de seus 53 milhões de votos, e sua trajetória respaldada em décadas de luta e resistência social não se voltaram contra os capitais financeiros, nem contra os capitais transnacionais, mas contra os trabalhadores do espaço público.

Por que tal fenômeno se efetivou? Por que, em vez do início da *descontinuidade* e ruptura com o neoliberalismo, o Governo Lula postou-se como expressão forte de sua *continuidade*? As explicações são, por certo, complexas, mas se encontram em grande medida na contextualidade vivenciada na década de 1990, que venho já há algum tempo denominando *a década da desertificação social e política neoliberal*.

Os textos que compreendem este livro, escritos durante a cronologia dos acontecimentos, procuram oferecer alguns elementos que permitem compor o cenário e o contexto gerador das respostas. Eles reproduzem artigos publicados (sendo que alguns permaneceram inéditos) desde o início dos anos de 1990; artigos que testemunharam tanto o período em que a aberração Collor foi imposta ao nosso país quanto a sua majestosa e fragorosa deposição, e que também relataram o curto *interregno* do vice Itamar Franco. Curto período que possibilitou a vitória do Real de FHC e de seu decorrente reinado, até chegarmos à vitória política tardia de Lula, em 2002, e ao primeiro ano e meio de seu governo, em junho de 2004. Eles foram mantidos conforme a *escrita original*, para estampar e oferecer uma fotografia desse período de *desertificação neoliberal*.

Eles foram publicados nos jornais *Folha de S.Paulo*, *Estado de S.Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal de Resenhas*, *PT em Movimento*, *Brasil de Fato*, *Correio Popular* e em revistas como *Latin*

American Perspectives (EUA), *L'Encontre* (Suíça), *Proteo* (Itália), *Asian Journal of Latin American Studies* (Coréia do Sul), *Carré Rouge* (França), *Tempo Exterior* (Espanha), *Herramienta, Cuadernos del Sur e Nos Otros* (Argentina), dentre outras no exterior, além das revistas nacionais *Margem Esquerda, Debate Sindical, Caderno* ADUNICAMP, *Revista* ADUSP e *Marxismo Vivo,* aos quais, a todos, agradecemos.

A sua publicação, agora, foi uma pequena exigência do tempo, dos nossos dias. Era preciso rememorar, buscar no passado recente, nas fotografias apresentadas, um pouco dos elementos explicativos para a vigência de nossas *tristes mazelas sociais.*

PARTE 1

Da aventura bonapartista de Collor à racionalidade exacerbada de FHC

Collor e a aventura bonapartista*

Quando se lança o olhar para a campanha eleitoral e para este período posterior à posse, parecem evidentes os traços que apresentam similitudes entre Collor e o bonapartismo. Não, naturalmente, aqueles traços que remetem à *persona* do primeiro Bonaparte, o Napoleão. Este foi um desdobramento de uma revolução decisiva. Collor remete-nos ao segundo Bonaparte, o Luís Bonaparte, o sobrinho, que se celebrizou na França por ter sido responsável por um golpe de Estado...

Não se trata, entretanto, de buscar identidade entre singularidades muito distintas, como a França de meados do século passado e o Brasil dos anos de 1990. Este caminho – recurso metodológico duvidoso – resultaria em algo muito pouco fértil, senão grotesco. Há, entretanto, uma dimensão universalizante, presente no fenômeno social e político do bonapartismo e que, por isso, faz com que este conceito, originário da contextualidade francesa, em muito a transcenda. Cremos que somente neste plano se torna pos-

* Publicado no jornal *Gazeta Mercantil*, 4 jul. 1990.

sível fazer alusão às conexões existentes entre Collor e o bonapartismo.

A primeira dimensão intrínseca ao bonapartismo remete-nos ao fato de que nos projetos bonapartistas os interesses gerais da ordem são sempre prevalecentes, mesmo quando, em alguns aspectos contingenciais, os setores dominantes são atingidos. O Plano Collor é exemplar a este respeito. Tem um *télos* que visa à modernidade do grande capital e, para alcançar tal objetivo, implementa algumas medidas que, em sua imediatidade, e só neste plano, ferem aspectos de setores do capital. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Uma segunda dimensão advém do fato de que a *persona* do Bonaparte carece de uma massa de manobra que permita calibrar a sua autonomia relativa ante os interesses dominantes. Na França de Luís Bonaparte, o campesinato e o lumpemproletariado prestaram-se a este papel. Aqui aflora a representação mais difusa, mas real, dos "descamisados", dos "pés-descalços", este enorme contingente que vivencia em sua cotidianidade condições das mais adversas. E que crê na figura do presidente, dando-lhe apoio muitas vezes incondicional. E Collor usa com enorme sabedoria política esta "relação direta com as massas". Lembre-se aqui da fala presidencial no Parlatório, no dia da posse, quando jurou dar "a vida", se necessário, para defender "os pobres".

Mas o bonapartismo não pára aí. Tende a uma constante regressão do poder parlamentar. Neste sentido, a forma pela qual Collor encaminhou ao Congresso as medidas provisórias (muitas delas, como já se falou à exaustão, claramente anticonstitucionais) expressa limpidamente a dimensão anteriormente aludida. E já há outros exemplos: os vetos presidenciais. Depois da aprovação da medida provisória n. 168, Collor vetou praticamente todos os acordos feitos pelos seus representantes parlamentares. Não pode haver maior desprezo ao Parlamento que a sua pura e simples desconsideração. A tendência autocrática e ditatorial foi traço comum a todas as

manifestações bonapartistas. Veja-se, além da experiência francesa, a Alemanha da era bismarckiana.

Não se pode deixar de considerar, nesta aproximação entre Collor e o bonapartismo, a sua dimensão "aventureira". Era a saída possível de uma ordem, num quadro eleitoral em que seus representantes, de Maluf a Ulysses, passando pelo ensaio da candidatura Jânio, não conseguiam decolar. Em contrapartida, as opções pela esquerda, como Lula e Brizola, assustavam crescentemente os defensores do *status quo*. Collor foi a expressão (bem-sucedida) de um improviso necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral.

Há, entretanto, pontos originais que conformam o nosso bonapartismo recente. E o entendimento do significado do Plano Collor auxilia-nos enormemente, uma vez que se trata de um governo recentemente empossado e com um período de mandato que, obviamente, pode permitir indicações e não análises conclusivas.

Duas considerações preliminares são imperiosas: é preciso apreender o Plano em sua essencialidade, em sua dimensão globalizante, em seu *télos*, e não se perder na sua dimensão contingencial, fenomênica, epidérmica. O que implica captar as articulações recíprocas entre as dimensões econômicas e políticas, presentes no Plano. Obviedade que, uma vez desconsiderada, tem levado a resultados tristes. A fratura destes níveis ajuda a entender, por exemplo, a aproximação tão grande entre os economistas da ordem e os "da oposição", efusivos com a "coerência técnica" do Plano.

O seu sentido essencial, muitos já o disseram, é dar um novo salto para a modernidade capitalista. Um "neojuscelinismo" mesclado com o ideário do pós-1964, contextualizado para os anos de 1990. É o acentuar do modelo produtor para exportação, competitivo ante as economias avançadas, o que supõe a franquia da nossa produção aos capitais monopólicos externos. Tudo em clara integração com o ideário neoliberal. A privatização do Estado preenche outro requisito imprescindível desse ideário. Os proce-

dimentos para a obtenção deste *télos* seguem, em dose única, o essencial do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a "modernização" (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal. O "intervencionismo exacerbado" presente no Plano e que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para uma lógica de um Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal. O caso chileno, entre muitos outros, mostra que não há nenhuma incompatibilidade entre estes planos.

Neste sentido, o confisco de recursos financeiros, o aumento da carga tributária sobre os ganhos de capital, a punição aos abusos do poder econômico, os crimes contra o Estado etc. atingem somente na imediatidade, na contingência, na circunstancialidade os interesses do grande capital, pois o horizonte aberto com o Plano lhes é francamente favorável. O mesmo, entretanto, não pode ser dito em relação ao pequeno e médio capital e à chamada economia informal. Tudo isso possibilitou a oscilação inicialmente existente no seio empresarial entre uma adesão total ao Plano e a tentativa de "relaxá-lo", "sem perder a sua essência". Idéia que se expressou lapidarmente na frase: "o remédio está correto, mas a dose é exagerada". Essa ambigüidade é, aliás, a expressão dos limites da consciência da ordem em nosso país: ela tem seus pés muito presos no *hic et nunc**, e fica sempre temerosa ante projetos que impliquem perdas iniciais, visando ganhos posteriores. A resistência da burguesia industrial ao varguismo, ao longo da década de 1930, e a reação ao Plano Cruzado, explicitada na escassez de produtos, são alguns exemplos deste temor. As nossas classes dominantes não gostam nem mesmo da tática de empatar no primeiro tempo para ganhar o jogo no segundo. E veja-se que o Plano não faz – porque, aí sim, feriria os interesses dominantes – nenhuma referência a uma mudança radical na política econômica e no padrão de acumulação, visando à erradicação da miséria e ao fim do arrocho salarial; nenhuma alusão à enorme sucção de capitais, que migram para o Primeiro Mundo; nenhuma referência séria à reforma agrária e nenhuma referência à desprivatização do Estado. Estes, sim, pontos que interessam decisivamente àqueles que vivem do seu trabalho. Neste pólo, podem-se prever momentos de extrema dificuldade. Os setores mais organizados, que constituem a base social do sindicalismo combativo, estão canalizando inicialmente suas ações na forma mais defensiva de todas as suas lutas: a preservação do emprego; manter-se enquanto "ser-que-vive-do-seu-trabalho". E o fazem por meio de um sindicalismo de confronto, uma vez que suas reivindicações têm encontrado resistências no interior do mundo patronal. As recentes greves, com ocupação de fábricas, na Ford de São Bernardo e em Volta Redonda, são exemplos nítidos do que estamos indicando. O "sindicalismo de resultados", este, sim, viverá seu primeiro momento de crise: não colherá resultados e verá aumentar o descontentamento em suas bases. Ficará entre a adesão ao projeto neoliberal do Governo Collor e a espontaneidade tensa das bases. Os segmentos mais desorganizados, que conferem base social a Collor, colherão as agruras oriundas de recessão, arrocho, desemprego etc.

Para concluir este artigo, que sugere similitudes entre Collor e o bonapartismo, vale a pena apontar uma diferença, entre muitas outras existentes. Uma diferença básica, elementar, mas decisiva quando se trafega no mundo da política: Luís Bonaparte vivenciou uma crise social no universo do Primeiro Mundo; aqui, o bonapartismo de Collor encontrou uma situação social muito mais grave e instável, que não dá margem a muitas previsões.

* Aqui e agora (N. da E.).

O duplo fracasso do Projeto Collor*

Prestes a completar seu primeiro aniversário, o Governo Collor já amarga algumas agudas perdas. O seu projeto, expresso nos Planos Collor 1 e 2, vivenciou até o presente uma dupla derrota. Expliquemo-nos.

O Projeto Collor, substância e essência dos Planos 1 e 2, não caminha. Ao contrário, retrocede e desorganiza o país. Sonha com uma nação que participe, como filhote crescido, do clube dos países ricos, de fotografia neoliberal, uma espécie de grande Coréia no Atlântico Sul. Dócil ao grande capital externo, aproveitando-se da concorrência intramonopólica, vislumbra a modernização capitalista sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vivem a brutalização mais aguda de sua história republicana.

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1991, Tendências & Debates.

Apesar desta proposição, o atual governo não conta com a plena confiança do capital forâneo, que ora tem áreas de investimento mais estáveis e ávidas destes capitais. Na divisão internacional dos investimentos, nosso canto está em baixa. Vive uma contextualidade muito diferente, por exemplo, dos anos de 1960 e 1970.

Este quadro é agravado ainda mais pelas contradições que obstam este projeto de desenho neoliberal para este Terceiro Mundo industrializado e pauperizado. O Plano Collor 1, todos lembramos, objetivava, através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo, do Plano. É falso, portanto, quando se diz que o Plano Collor 2 é a continuidade natural do plano anterior. Não é. O Plano Collor 2 é o reconhecimento da falência das medidas imediatas e contingenciais do Plano Collor 1. Este empobreceu ainda mais o país, desestimulou o parque produtivo, achatou barbaramente os salários, manipulou intensamente a consciência dos setores populares, e a inflação passou dos 20%, índice hoje já insuportável. O Plano Collor 2 é a tentativa, um bocado desesperada, de arrumar o país do estrago feito pelo plano anterior. Com o mesmo remédio, como se pode exemplificar: congelamento de preços e salários. Já se sabe, à exaustão, o resultado disto. Um "tarifaço" que joga os preços do Estado lá para cima. Desindexação que acaba com o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e cria um símile, que logo dirá a que veio. A "única" novidade diz respeito à unificação das datas-base, para janeiro e julho, para os reajustes de todos os trabalhadores. Sem nenhuma consulta ao movimento sindical, e considerando dois momentos sintomáticos (janeiro e julho) e não 1° de maio, como sempre reivindicaram os trabalhadores, o governo, com isso, ponderou pelo menos dois aspectos. Primeiro: aprisionada à visão míope de que salário causa inflação, quer ter o controle pleno, absoluto (uma vez mais!) dos índices de aumentos salariais semestrais, como forma de "contro-

lar" a inflação. Segundo: confia na docilidade e subserviência da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), até ontem dirigida por Magri, e da Força Sindical de Medeiros, que sempre atuou como faixa de apoio ao atual governo. Estes seriam fatores intrínsecos à divisão do movimento sindical que impediriam, então, ações mais abrangentes do conjunto do sindicalismo.

Vê-se, pois, que, à exceção deste último ponto, a ortodoxia econômica neoliberal combinou-se uma vez mais à prática bonapartista. E, findo quase um ano de governo, é possível visualizar, para este período, um duplo fracasso: dos Planos e do Projeto que os sustenta. Este, em clara sintonia com o grande capital na onda neoliberal, não decola. Ao contrário, está causando grandes estragos. Vale a pena lembrar aqui a destruição do parque industrial argentino, já visível há bons anos. Os Planos 1 e 2, que na imediatidade e contingência expressam as medidas que, passo a passo, viabilizariam o Projeto Collor, amargam derrotas atrás de derrotas. O primeiro plano teve adesão acrítica de parcelas expressivas da população trabalhadora. E, mesmo assim, fracassou. O segundo conta com absoluto descrédito, passou quase despercebido, tal a descrença da população. E repete praticamente o mesmo receituário dos planos anteriores, cujo final todos sabemos. Quem quiser esperar, que espere...

E vale atentar, uma vez mais, para o aspecto político anteriormente aludido. O desenho do Plano é, economicamente, neoliberal. A forma da sua proposição política é mais que autocrática. Tem traços bonapartistas. Desconsidera o poder parlamentar ao limite; reina acima da sociedade civil, com excessiva dose de autonomia, ainda que com um projeto que beneficia, no fim da linha, os interesses da ordem. Mas não abre mão deste excesso de autonomia, que nem sempre agradou nossos estratos dominantes. Nem à época do bonapartismo militar do pós-1964 essa autonomia foi tão intensificada, ainda mais por um governo civil.

O Plano Collor 2 acentua esta tendência. E isso sem falar dos

assalariados, que vêem tudo isso com muito mais ceticismo e vivenciam um arrocho sem precedentes na história recente. Difícil, portanto, de não se visualizar no atual Plano a repetição trágica do episódio anterior; a expressão, neste quase primeiro aniversário de governo, do duplo fracasso dos Planos e do Projeto Collor.

Collor e a crise brasileira*

O Governo Collor viveu, com base nas denúncias de Pedro Collor**, seu momento mais agudo. Crise econômica, dramaticidade social, erosão política, descontentamento militar, dissensão empresarial, ásperas tensões e até possibilidades de fratura institucional. Há sinais críticos em todos os poros da sociedade civil e da sociedade política. Com um quadro muito menos conturbado, na nossa tensa República, um presidente foi levado ao suicídio e outro à renúncia. Entender os contornos essenciais da crise envolve uma análise complexa, da qual aqui só é possível apontar algumas dimensões.

Collor elegeu-se com base em um projeto de "modernização" do país. Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma *integração subordinada* do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos.

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1992.

** Pedro Collor, irmão de Fernando Collor de Mello, acusou-o de participar de esquemas de corrupção com Paulo César Farias.

Passada a euforia inicial que aglutinou os setores da ordem, percebe-se que a implementação do Projeto Collor, além de brutalmente nefasto para as classes trabalhadoras, tem tido como conseqüência a destruição e o sucateamento de parcelas do capital industrial privado. Uma fatia do empresariado vê-se na iminência da extinção, incapaz que é, por razões estruturais, de se igualar ao seu parceiro avançado. Teme, com razão, que a abertura para a tecnologia forânea leve à sua eliminação. Muitos setores vinculados ao grande capital começam a perceber que a aventura eleitoral trouxe conseqüências catastróficas... O sucateamento do nosso parque produtivo ainda atinge, de maneira aguda, o pequeno e médio capital e destrói o capital produtivo estatal. Suas conseqüências são, portanto, arrasadoras. Neste sentido, o Projeto Collor opera uma mudança de curso em relação ao período juscelinista e até mesmo em relação à política econômica da fase ditatorial. Esta foi marcada por uma *modernização conservadora* que, embora socialmente nefasta e politicamente autocrática e perversa, permitiu uma enorme expansão do padrão de acumulação e um intenso salto industrial. A *modernização* contemplada no Projeto Collor acarretará a eliminação de elementos nucleares deste parque industrial. Ela é essencialmente destrutiva em relação a vários segmentos da indústria brasileira. Tudo isso faz com que a voz de Pedro Collor acabe encontrando alguma ressonância em setores do grande capital, que não têm sido direta e imediatamente beneficiários do esquema Collor.

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mer-

cado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. Qualitativamente distinta do descontentamento de setores do capital, a rebeldia do mundo do trabalho encontra-se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que se deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticos, que não sabem por onde caminhar.

O descontentamento de setores do capital é, como dissemos, distinto, uma vez que se insere dentro da ordem. Começam a perceber que a aventura eleitoral, desencadeada para derrotar uma candidatura na esquerda e fundada em expressivo leque de forças sociais e políticas, levou a uma situação inusitada e catastrófica, dada a simultaneidade e intensidade com que despontou: crise econômica, recessão intensificada, crise social brutal, corrupção compulsiva, tensão militar, desequilíbrio e instabilidade política, com possibilidades de fratura institucional. Em um quadro destes, o confronto na família imperial tem conseqüências imprevisíveis. Pode ter o mesmo efeito que teve para a candidatura Lula, quando as denúncias atingiram sua vida privada. Com a diferença que agora a pessoa diretamente atingida não é a do candidato, mas a própria figura presidencial. E, desse modo, atinge-se o núcleo do poder. É mais que visível que o rearranjo ministerial, ação decisiva arquitetada por Collor para dar novo fôlego ao seu governo, fracassou completamente. Paralisado com a avalanche de denúncias, tem-se a sensação de que um governo já pouco sólido se desmancha no ar...

É verdade que a política brasileira sempre foi marcada, no universo das classes que dominam, por um intrínseco processo de *conciliação pelo alto*. Em que medida este componente será preponderante mais uma vez, ou se tentará uma saída constitucional marcada por um pouco de ousadia política, que culminaria com o *impeachment*? Eis a questão!

Se o olhar se volta para o nosso Parlamento, em sua timidez e

escassa autonomia, a tendência é que, uma vez mais, haja um *acomodamento dentro da ordem*, com a preservação de Collor. Porém, o volume e a dimensão das denúncias são tão arrasadores que abrem margem para um *rearranjo no seio do bloco de poder*. Um elemento dificultador desta saída advém do fato de que o vice – Itamar Franco – parece não participar do mesmo esquema de interesses que foi base de sustentação a Collor. Será possível soldar em torno dele uma articulação que preserve os interesses dominantes que estão à frente deste processo?

Há, pois, mais dúvidas do que certezas na presente crise brasileira. Até quando a base governista no Parlamento, sustentada pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e aliados, conseguirá dar base de apoio ao governo? Será possível encontrar, no espectro mais à direita, condições de melhor sustentação para um governo atravessado por uma onda arrasadora de denúncias, ainda mais em um ano eleitoral? E as oposições? Conseguirão sair da paralisia que as atinge? Serão capazes de aglutinar um leque de forças sociais e políticas democráticas e de esquerda capazes de, pelo *impeachment* constitucional, buscar saídas para a brutal crise brasileira?

As ambigüidades do Governo e do Plano Itamar*

Desde sua posse o Governo Itamar vem caracterizando-se por uma ambigüidade congênita. Herdou um governo marcado por um bonapartismo político, um neoliberalismo econômico subordinado e uma corrupção compulsiva, que penetrava todos os poros da sociedade política. Herdou um acentuado processo de desindustrialização, uma recessão intensificada e uma privatização dilapidadora do capital produtivo estatal. Herdou ainda uma crise aguda, econômica, social, política e ética, caracterizada por uma simultaneidade sem precedentes em nossa história republicana, o que lhe conferiu um traço singular.

Se este foi o contexto do último período Collor, o Governo Itamar Franco assumiu o poder, entretanto, num quadro político que lhe era enormemente favorável. Amplos setores, até mesmo do espectro mais à esquerda, mostraram-se (equivocadamente) generosos em relação ao novo governo, o que ficou estampado no seu Ministério, que aglutinou desde o centro-direita, por meio de membros do PFL, até o centro-esquerda, chegando ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Brizola e ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Barelli.

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 maio 1993.

Desde o início, entretanto, o Governo Itamar foi marcado por uma dualidade que tem pautado sua atuação como o traço distintivo de seu governo: sua aceitação e assimilação pelos interesses da ordem só seria possível se abraçasse o "projeto de modernização" da fase Collor. Itamar era, como se sabe, oriundo de uma escola política com um passado pontilhado por traços reformistas e nacionalistas que os interesses dominantes hoje vociferam contra. Foi por essa disjunção que o processo de *impeachment* se tornou demorado e somente foi concluído porque impulsionado, de um lado, pela pressão popular e, de outro, pela aceitação, por parte de Itamar, daquelas pressões oriundas dos setores dominantes. O político Itamar teve de amoldar-se ao Governo Itamar. Ao aceitar ser vice de Collor, quando até Brizola o cortejava, mostrou que as distâncias não eram tão longas.

Da sua posse até o plebiscito de abril – que Antônio Callado, na sua feliz e sensível tirada, nesta *Folha*, qualificou de plebiscito sem plebe – Itamar praticou, sobre pretexto da interinidade, aquela ambigüidade que o caracterizou desde o início de seu governo: quanto mais fala no "social", na "miséria e sofrimento de milhões de compatriotas", conforme a peça final do discurso em que anunciou seu plano econômico, mais implementa um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor: critica a fome e concede mais de um bilhão de dólares aos usineiros; fala em um projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações escandalosas, como a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); chama Luiza Erundina para um ministério fraco e recruta Eliseu Resende para o Ministério da Fazenda; em vez de um imposto para o capital financeiro, tributa o assalariado que recebe pelos bancos. Propaga um "reformismo social" para os assalariados, que se exaure no plano meramente discursivo e realiza, de fato, um programa

"modernizador" para os proprietários do capital, quando se analisa a concretude de sua política econômica. Na sua primeira variante, reencontra-se, no plano simbólico, com o seu passado; na segunda, que é a essencial, insere-se no universo e no fluxo dos interesses dominantes. E assim vai levando o seu governo.

O Plano Itamar–Eliseu é a pífia consubstanciação do que anteriormente se disse: propõe crescimento da economia – como se ela fosse o antídoto essencial contra a miséria – mas intensifica a privatização; fala em combate à fome através de um assistencialismo estatal minguado, mas nem longinquamente toca no padrão de acumulação que gera uma sociabilidade atravessada pela pauperização absoluta. Nada sobre uma reorganização do sistema de produção e de consumo, para começar a erradicar na raiz a miséria; nada sobre a implementação de uma política salarial que coibisse a superexploração daqueles assalariados que estão empregados; nada sobre transformações estruturais no mundo agrário; nada sobre tributação efetiva sobre os ganhos de capital; nada sobre uma mudança de curso, com um mínimo de ousadia, na questão da dívida externa; nada sobre a preservação e o fortalecimento do capital produtivo estatal, imprescindível para que um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, como o nosso, não desapareça de vez do mapa econômico.

Numa contextualidade marcada por agudas e profundas mudanças tecnológicas e produtivas, que reconfiguram agudamente a divisão internacional do trabalho, não se encontra nada sobre os contornos básicos de um projeto econômico alternativo que não aceite uma globalização imposta pela lógica do capital forâneo, integradora para fora e desintegradora para dentro. Falar seriamente em transformar estruturalmente o país sem contemplar em alguma dimensão estas questões é puro exercício de retórica, eivada de sentido manipulatório. Estas, em verdade, são tarefas para um outro governo, com outra densidade social e política. Por isso o Plano Itamar, embora anuncie como prioridade o enfrentamento de

problemas estruturais, no fundo quer tão-somente dar consistência às ambigüidades do seu governo, tentando buscar oxigênio para o período restante. Fala em mudar muito para, em verdade, mudar muito pouco.

Modernidade ou produção destrutiva?*

A recente e explosiva crise no México expõe o fracasso do modelo neoliberal, na sua versão latino-americana. A Argentina é outra expressão desta tragédia, e aqueles que pensavam que o Brasil estava imunizado ante esta crise percebem que ela não só bate à nossa porta, como atinge tantas partes deste mundo desigualmente globalizado. Além de desestruturar países expressivos do Terceiro Mundo industrializado, ela atingiu o Leste Europeu, onde o sucateamento russo é expressão mais pungente, e agora penetra no coração do Primeiro Mundo.

Impulsionado pela lógica neoliberal, o sistema produtor de mercadorias, ao intensificar a concorrência entre blocos e países capitalistas avançados, consolidou seu grande tento: gerou uma descomunal *sociedade dos excluídos*, esparramada mundialmente e para a qual as tentativas de resolução, nos marcos da lógica societária contemporânea, não passam de um exercício de-manipulação. A

* Publicado no jornal O *Estado de S.Paulo*, 1 maio 1995.

crise e a exclusão social, antes "privilégios" do Sul, caminham agora com maior intensidade e fustigam os países do Norte.

O salto tecnológico, motor da disputa entre os países avançados, ao visar centralmente a produção de mercadorias e não as efetivas necessidades humanas e sociais, tem como conseqüência direta a desmontagem de parques produtivos inteiros, que são incapazes de acompanhar essa lógica da competição e da concorrência. A desindustrialização de países como Argentina, México, Brasil, Rússia etc. é nítida evidência disso. A Inglaterra, laboratório europeu do neoliberalismo, talvez seja o exemplo mais gritante, no universo dos países centrais. Os EUA também sentem diretamente este processo. E, como nos lembra Robert Kurz, mesmo o Japão e a Alemanha, considerados "vitoriosos", não conseguem escapar desta *lógica destrutiva*, uma vez que estão financiando, em proporções altíssimas, suas exportações para o mercado mundial, endividando abusivamente as economias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estão perdendo sua competitividade.

Coréia, Cingapura, Taiwan e Hong Kong também não podem ser tomados como exemplos positivos para o Terceiro Mundo: são, em grande medida, países pequenos, cuja industrialização é inteiramente voltada para fora e incapaz de constituir um efetivo mercado interno. Estão, portanto, inteiramente sob dependência do Ocidente e não se constituem em modelo para os países continentais do Terceiro Mundo. Isso sem falar das precaríssimas condições de vida da sua classe trabalhadora. Na Indonésia, por exemplo, mulheres trabalhadoras que fabricam tênis ganham 38 dólares ao mês, por longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, empresas americanas utilizam-se de mulheres trabalhando cerca de 60 horas por semana, na confecção de roupas, recebendo menos de 30 dólares por mês (conforme *Foreign Affairs*, jan./fev. 1994).

Nem bem se apagavam as velas comemorativas do apologético "fim da história" e o centro viu a crise atingir profundamente o seu

interior, depois de desestruturar o Leste Europeu e o que havia de mais positivo no Terceiro Mundo. De expectador privilegiado da crise, tornou-se o seu cenário principal. Das explosões de Los Angeles à bancarrota do banco Barings, passando pelas inúmeras manifestações de rebeldia dos assalariados e excluídos, muitas são as evidências que mostram, de um lado, a dimensão destrutiva deste "admirável mundo novo" e, de outro, o brutal descontentamento social que ele gera. E isso sem falar em Chiapas e nos descontentamentos deste canto do mundo.

Brasil, México, Argentina, Índia, Rússia, entre tantos outros países industrializados que não estão no centro do sistema, ou rompem agudamente com este projeto destrutivo ou sentirão, de forma ainda mais avassaladora, os efeitos nefastos e perversos desta crise que, como é sempre bom enfatizar, afeta intensa e centralmente aqueles que vivenciam sua cotidianidade no mundo do trabalho. E, no caso do Brasil, se não formos capazes de evitá-la, restará o consolo de presenciarmos esta crise regada a tequila e ao som nostálgico de um tango de Gardel.

As desventuras de Leonel Brizola*

Poucos políticos tiveram, na história recente do Brasil, presença tão controvertida. Leonel de Moura Brizola, o engenheiro político, encontra afetos e desafetos em tantos cantos. Dotado de significativa dose de sensibilidade social, Brizola teve participação marcante no pré-1964. Foi um dos responsáveis pela Campanha da Legalidade em 1961, contra as iniciativas golpistas que queriam impedir a posse de Goulart, após a renúncia de Jânio. Datam ainda deste período – em que foi governador do Rio Grande do Sul – várias medidas ousadas que o aproximaram das classes populares e que se chocavam com os interesses dominantes. Às vésperas de 1964, tendo como lema o conhecido *slogan* "cunhado não é parente", sonhava com sua candidatura à Presidência da República, na sucessão de João Goulart, que o golpe militar acabou por impedir.

Participou do combate à ditadura, chegando até a ter vínculos com a resistência armada. Os anos rebeldes foram derrotados pela

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 out. 1992, Tendências & Debates.

truculência militar. Brizola, o engenheiro político, como tantos outros, padeceu de um longo exílio. Quando voltou, ao final da década de 1970, parecia politicamente sepultado. O país não era mais o mesmo. Um novo corpo social havia sido estruturado: um novo operariado, um expressivo contingente de assalariados médios, um emergente parque industrial, enfim, uma nova sociedade civil havia emergido. Brizola deu a volta por cima e, a partir do politizado Rio de Janeiro, saiu vitorioso nas eleições para governador em 1982, derrotando todas as variantes do oficialismo vigentes naquele estado. Retomava assim sua atuação visando, de maneira persistente e obstinada, realizar o sonho que não foi possível nos anos de 1960.

Combinava então, de maneira contraditória, duas práticas: economicamente, era um crítico áspero do modelo brasileiro, dos primeiros a desmistificar o engodo do Plano Cruzado. Politicamente, realizava as mais esdrúxulas alianças, com vistas a elevar seu cacife eleitoral, pagando para tanto qualquer preço. Chegou até a conciliar com o general Figueiredo e com vários segmentos das oligarquias do Nordeste. Mas, apesar desta ambigüidade, mantinha-se predominantemente no campo das oposições, priorizando sua lógica no combate à política econômica. As alianças pouco éticas e politicamente insustentáveis acabavam subordinando-se àquela diretriz mais geral. E, claro, visavam dar-lhe suporte político para executar seu projeto pessoal de chegar à Presidência do país. Muito mais moderado do que no pré-1964, preservava, entretanto, traços de continuidade em relação à sua trajetória anterior.

Na histórica eleição presidencial de 1989, viu, uma vez mais, evaporar seu sonho obstinado. Perdeu no primeiro turno para Lula, o político metalúrgico, a condução e liderança do campo das oposições democráticas e populares no embate eleitoral contra Collor. De maneira desprendida e até surpreendente apoiou Lula no segundo turno, participando da frente popular que somente não se tornou vitoriosa pela delinqüência eleitoral praticada pela ordem nas

vésperas da eleição. Brizola via na fotografia de Collor a expressão da barbárie predatória que tanto caracteriza nossas classes dominantes. Antecipou a perversidade que significaria a sua política econômica. Preservava uma vez mais, apesar de tudo, seu compromisso com o campo das oposições.

Foi repulsivo vê-lo, até poucas semanas antes do *impeachment*, como o "braço esquerdo" de Collor, num cenário onde auxiliava na sustentação da farsa do Bonaparte de Maceió, àquela época já totalmente exaurido, isolado e engessado. Que obra de engenharia política moveu o controvertido Leonel, que o fez dar prevalência, durante um bom período, àquela aliança espúria, politicamente equivocada e desastrosa? Que lógica o conduziu, que o fez defensor do governo mais predatório e dilapidador de nossa história republicana, cuja política econômica estava levando ao sucateamento do país e à *miserabilização* sem precedentes de nossa classe trabalhadora?

Não é crível que a aliança se devesse somente à troca de favores. Seria muita mesquinharia e obtusidade política abandonar sua história anterior em troca de alguns pratos de lentilhas. Leonel Brizola, em verdade, incorreu no mais grave erro de toda sua trajetória política anterior: quis legitimar-se, a qualquer preço, perante as classes dominantes, como paladino da defesa da ordem de um governo apodrecido e necrosado. Parecia envergonhar-se do que de positivo teve o seu passado político. Desse modo o outrora "incendiário" Brizola de jacobino metamorfoseava-se num girondino. Tudo isso para tentar, pelo pior e mais arriscado atalho, viabilizar sua obsessão pela Presidência da República. Pela via da conciliação pelo alto. E conciliando com ninguém menos que Collor.

Nefasta e profundamente equivocada foi a atitude política de Leonel Brizola. Se quisesse realmente ter sido coerente com o seu passado, sua "campanha da legalidade", em 1992, teria de ter como finalidade a destituição de Collor desde a primeira hora e não quando as luzes daquele governo se apagavam. Pressionado por todos

os lados, aderiu tardia e timidamente ao *impeachment*. O tamanho real do desastre político que cometeu talvez ainda seja difícil de mensurar. As rotundas derrotas eleitorais que sofreu no Rio de Janeiro e em Porto Alegre foram, entretanto, de tal intensidade que permitem perceber que não será fácil a Brizola recuperar-se desta última desventura que cometeu.

Lições da greve no Governo FHC*

O orgulho é que produz o tirano; e quando tiver em vão acumulado excessos e imprudências, precipitar-se-á do fastígio de seu poder num abismo de males, de onde não mais poderá sair.

SÓFOCLES, O *Coro*, em *Édipo Rei*

Certa vez, tecendo considerações sobre um movimento grevista importante, disse um autor: "o que é uma greve, senão uma pequena crise na sociedade capitalista?". Essa frase, cuja validade universal pode ser discutida e questionada, é magnífica para ilustrar a recente greve dos petroleiros, que abalou o país por 31 dias, entre maio e junho de 1995. Isto porque ela nos permite desvendar tantos aspectos de um governo recém-eleito que contava, dado o monumental apoio de todos os grandes veículos de comunicação de massa, com a relativa "aceitação" de parcela expressiva da chamada opinião pública.

A greve nacional dos petroleiros originou-se motivada por três elementos causais: primeiro, a enorme dilapidação salarial da categoria, que vem amargando expressivo arrocho salarial, particularmente desde o Governo Collor. Segundo, o cumprimento de um acordo anterior, aprovado pelo Governo Itamar, com finalidade

* Publicado na *Revista* ADUSP, São Paulo, Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), n. 3, jul. 1995.

claramente politicista, para garantir um trânsito estável para o seu herdeiro e, para corroborar a farsa, por este último rechaçado. É como se, uma vez cumprido seu papel de abrir bom e calmo caminho para o príncipe, pudesse ser rasgado como se fosse um bilhete travesso de uma criança que escreve um palavrão para sua professora. Terceiro, a necessidade de começar a se preparar para um embate que seria mais difícil, contra a privatização do monopólio estatal do petróleo, uma vez que os petroleiros tinham plena consciência da importância da preservação do papel público e estatal da Petrobras.

Econômica na sua causação primeira, *política* na sua significação mais profunda; dotada de significativo apoio organizacional dos sindicatos estaduais e de uma entidade nacional, a Federação Única dos Petroleiros (FUP); *defensiva* na sua pauta de reivindicações e dotada de *ofensividade* na forma assumida pelo embate grevista, bem como pela contextualidade política em que ela se inseriu; dotada de enorme respaldo na base assalariada petroleira, causa primeira da radicalidade e longevidade assumidas pelo confronto, a greve encontrou, entretanto, no governo do Planalto uma prévia e arquitetada disposição para o pior e mais difícil dos confrontos.

Fernando Henrique Cardoso contra-atacou com tal virulência que se tornou possível vinculá-lo, numa das pontas, ao conservantismo "nobre" e truculento da ministra da rainha da Inglaterra, a senhora Thatcher (talvez buscando uma certa linhagem palaciana) e, na outra ponta, ao autocratismo ilegítimo do pequeno bonaparte peruano, o Fujimori. Esta duplamente triste inspiração fez com que o Governo FHC "recorresse" ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), herança das mais nefastas do pior do varguismo, tão criticada pelos "liberais" e, ao mesmo tempo, tão citada como exemplo de justiça a ser cumprida, quando cumpri-la convém aos interesses da ordem. E coube ao TST dar o "respaldo jurídico" para que o governo *militarizasse* o confronto e o convertesse *no primeiro embate decisivo* para viabilizar o seu projeto. Era preciso quebrar os petroleiros – e, com eles, o *novo sindicalismo* – para passar sobre o conjunto dos trabalhadores, o servil e submisso neoliberalismo dos trópicos. FHC usou o tribunal quando quis e o desconsiderou, como no episódio da condenação de Humberto Lucena, quando isso foi necessário para garantir seu traço clientelista-pefelista. E tornou evidente, uma vez mais, a simbiose que une os "dois poderes", um como núcleo e o outro como apêndice...

É verdade que os petroleiros sabiam que o Governo FHC iria tratá-los de maneira dura; mas, acreditando na força e na solidariedade desta pujante categoria, ousaram cobrar de FHC um acordo assinado pelo governo que o pariu. A resposta foi, entretanto, muito mais violenta.

A manipulação global foi monumental, não permitindo que a população pudesse discernir com um mínimo de isenção e de informações – que qualquer regime minimamente democrático deve oferecer –; era preciso impingir e inculcar, por todos os poros da "sociedade civil", a tese do caráter antipopular da greve e, com isso, abrir caminho para desmontar a mais importante empresa estatal brasileira, resultado de décadas de luta e trabalho. Como a *opinião pública* é a *opinião que se publica*, da Rede Globo de Televisão ao mais reles programa de rádio, o tom era palacianamente uníssono. Chamou-se de corporativista um movimento que denunciava, em verdade, o verdadeiro corporativismo, vindo da Shell, Esso, Texaco etc. e dos seus representantes no aparelho de Estado, ou seja, o corporativismo do capital mundializado que quer, como na Argentina de Menem, apoderar-se do petróleo brasileiro. Chamou-se de "extremado" um movimento que queria e se contentava, ao menos nesta sua primeira fase, com um simples cumprimento de um acordo com chancela presidencial. Pretendeu-se vender a imagem de uma categoria (em verdade *solidária e combativa*) como se fosse uma "massa de privilegiados", "dependentes e párias do Estado", omitindo-se a grande imprensa de dizer, salvo honrosas exceções, que o salário inicial de um petroleiro é algo em torno de

600 reais... e que a Petrobras é uma empresa modelo, científica e tecnologicamente falando, *apesar do constante sucateamento que o seu caráter público sofre deste Estado todo privatizado.* Em suma, tratou-se de uma campanha odienta, que fez o "cordato" FHC (quando se trata de ouvir o Antônio Carlos Magalhães – ACM –, o Roberto Marinho, o PFL, o Partido Progressista Reformador – PPR –, os grandes capitais, os grandes proprietários de terras etc.) tornar-se mais duro que Figueiredo, o general da ditadura, quando em 1980 quebrou a memorável greve dos 41 dias, realizada pelos trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista. Mais um dado para o polpudo *curriculum* extra-acadêmico de FHC: foi mais rápido e mais inflexível que o general do Serviço Nacional de Informações (SNI) no trato de uma greve de trabalhadores.

Mas há, ainda, muitas outras *lições* a serem extraídas desta greve. O projeto neoliberal erigiu como seu maior inimigo o sindicalismo combativo e reivindicativo. Sua expectativa é instaurar, mundialmente, o que chamei em outro texto de *sindicalismo de envolvimento e cooptação*, próprio do modelo toyotista, o chamado "sindicalismo de empresa", aquele que pensa, labora e age *exclusivamente* para o capital. Ou se escolheria esta alternativa, ou então restaria implementar o modelo (anti)sindical inglês, que quer destruir o sindicalismo imputando-lhe "legalmente" multas monumentais, como forma de obstaculizar de fato o sindicalismo autônomo. Para preservar a todo custo a propriedade *privada* do capital, destrói-se a propriedade *social* do trabalho, tendo a farsesca e mais que corrupta Força Sindical como aríete. E tem mais: o caminho contratualista, de tipo socialdemocrático, ora mais negocial, ora mais "conflitivo", mesmo nas suas variantes mais moderadas, também está em dessintonia com a ordem do capital neoliberal dos nossos dias e tem sido por ele duramente reprimido. O que imaginar, então, de um sindicalismo classista, combativo, anticapitalista e socialista?

Este contexto sindical contemporâneo deve merecer uma aprofundada e densa discussão por parte do sindicalismo combativo no Brasil, que nos últimos anos, através de algumas de suas principais parcelas, acreditou em demasia no caminho *participacionista* e na via das negociações, e imaginou que com FHC estas possibilidades estariam inclusive ampliadas. Enquanto uma parcela do sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) quis negociação e foi moderada em demasia, FHC respondeu com confrontação dura e militarizada. Atuou inspirado em ninguém menos que a *dama de ferro*...

FHC não conseguiu (e nem conseguirá) quebrar o nosso melhor sindicalismo. Mas o alertou para os novos embates: a CUT precisa preparar-se melhor, capacitar-se mais, resgatar o que de melhor apresentou nos anos de 1980, quando lutava contra a ditadura, para enfrentar os embates mais difíceis e sutis da era nefasta, manipulatória, destrutiva e servil do neoliberalismo.

A greve dos petroleiros, dos 31 dias, entre maio e junho de 1995, mostrou coesão, solidariedade, força e combatividade. Foi (parcialmente) derrotada neste primeiro embate. Mas saberá extrair todas as lições dessa histórica greve. E abriu uma fenda na atual estrutura de poder vigente no país. Desnudou o verdadeiro significado do Governo FHC. Mostrou um governo que ascendeu falando em socialdemocracia e vem implementando, sem o aventureirismo de Collor, mas com "competência" e "racionalidade" burguesas, o mesmo projeto neoliberal do Fernando das Alagoas. FHC propugnava moderação e vociferou autocratismo e tirania; pregava equanimidade e mostrou-se muito servil para os proprietários do capital e bastante truculento para os que são possuidores do seu trabalho. Defendia o democratismo civil e curvou-se desde logo à tutela militar, indo aqui novamente muito além de Collor, que só ameaçou colocar tanques nas refinarias.

FHC foi incapaz de negociar, sem recorrer ao poder muito mais que simbólico dos tanques e dos militares, a pretexto de preservar um patrimônio que seu governo está dilapidando. Usou de uma herança arcaica, que diz respeito ao poder normativo da justiça do tra-

balho (em verdade, do capital) e desconsiderou um acordo formalmente lícito, feito entre as partes e envolvendo a própria Presidência da República. Parecia *conciliador na aparência* mas, na realidade, tem se mostrado *truculento na essência*. Dócil e cordato para os interesses da ordem e bravio e mesmo selvagem para os que vivem do trabalho. Mas foi *incapaz* de impedir que uma *pequena crise* fosse instalada em seu projeto de dominação e que o significado mais profundo de seu governo fosse desvendado por amplos contingentes que antes viam em FHC alguma positividade.

O que nos faz concluir lembrando novamente os gregos: Tirésias, o sábio ancião, ao constatar as metamorfoses operadas pelos que galgam o poder e nele se chafurdam, disse, referindo-se à imprudência dos governantes: "...os tiranos adoram os proveitos, por mais vergonhosos que sejam" (Sófocles, *Antígone*). Que triste lição, para o Planalto, da histórica greve dos petroleiros...

FHC – 2° ato – o bico do tucano*

Tucanos: [...] Alimentam-se de pequenos frutos, e não raro pilham ninhos de outras aves. São sociais, vivendo em pequenos bandos.

Novo Dicionário Aurélio

Vitorioso, ainda que em medida e dimensão muito aquém daquela que era esperada e divulgada pela mídia da ordem, o Governo FHC prepara-se para o seu segundo ato. Que tivemos no primeiro período? Quais foram suas principais realizações?

FHC iniciou, em 1994, simultaneamente ao processo de estabilização monetária, um receituário programático que teve como conseqüência mais nefasta o início da desmontagem do parque produtivo no país. O Programa Collor, eliminado seu traço aventureiro e bonapartista, foi reimplementado pelo outro Fernando, com a racionalidade burguesa de um país cuja burguesia foi sempre destituída de qualquer sentido progressista. O resultado foi um monumental processo de privatização, desindustrialização, "integração" servil e subordinada à ordem mundializada, convertendo-nos em país do cassino financeiro internacional. O México, que até fins de 1993 era "exemplo de modernidade" dos capitais voláteis e seus

* Publicado no jornal *PT em Movimento*, São Paulo, 17-23 out. 1998, e também em *Nos Otros*, Buenos Aires, Argentina, ano 2, n. 10, fev. 2001.

bancos mundiais, viu sua dignidade começar a ser resgatada no início de 1994, com a eclosão do movimento zapatista. Coube, então, ao Brasil de FHC, para não falar na Argentina de Menem ou no Peru de Fujimori, mostrar sua docilidade e subserviência.

Um país imenso, dotado de expressiva base real, similar (quando não em condições de superioridade) à Índia, Rússia, Coréia, entre tantos outros, tornava-se ainda mais um quintal colossal da ciranda financeira mundial. Após a desmontagem de tudo ou quase tudo que foi criado desde o varguismo, por meio da ação de décadas de trabalho operário sob comando do capital produtivo estatal – uma vez que nosso capital privado sempre viveu a reboque do Estado –, era chegada a hora de entregar tudo funcionando, estruturado e rentável às burguesias nativa e forânea. Claro que em alguns casos foi necessário realizar um "serviço" anterior, de desorganização destes setores, para depois justificar sua privatização a preço aviltado. Mas isso foi só no começo. Depois que o rolo compressor fernando-henriquista, sob a batuta real de ACM, ganhou dinâmica, aí a velocidade aumentou. Privatizar, ou talvez dar mais vida às privadas, era o que importava. E foi o que ocorreu com as empresas de energia elétrica, as telecomunicações, as estradas, a previdência, a Vale do Rio Doce, anteriormente a CSN, enfim, com tudo que fora criado *sem (e muitas vezes contra) a participação do capital privado.*

E quanto mais se desestruturava e se fragilizava internamente o país, mais ele se tornava dependente do cassino financeiro internacional. FHC foi servil para os *de fora* e truculento para os *de baixo* aqui *de dentro*, para lembrar expressão de Florestan Fernandes. Desemprego em escala explosiva, que só em São Paulo chega a quase 20% da sua força de trabalho, precarização dos direitos (já bastante restritos) do trabalho num país que sempre cuidou bem do seu capital, desmontagem da previdência dos assalariados etc. Deslanchava, então, o processo de desregulamentação do trabalho, coerente com a flexibilização produtiva, a *reengenharia*, a *lean production*, este ideário e esta pragmática que quanto mais beneficia os capitais, mais destrói ou precariza os homens e as mulheres que vivem do trabalho.

Mas os quatro primeiros anos se passaram. Período que, para a insuspeita revista inglesa *The Economist*, é comparável à Era Thatcher. Aqui, ainda segundo a publicação, FHC realizou em quatro anos quase o mesmo que a *dama de ferro* levou doze para fazer. E, para o tucanato, prestar um serviço desta envergadura bem que merecia uma recompensa. Somou-se a *necessidade objetiva* do capital com a *vaidade subjetiva* do tucanato.

Forjou-se, então, um leque de forças da ordem, começando pela extrema direita malufiana, pela condução firme de ACM (afinal, no Governo FHC o pêndulo sempre fica deste lado), chegando até os *mercadores dos ibopes*. Com a mídia monopólica *global*, em sua *hora oficial do Brasil*, mostrando a importância de preservar as aves e outros pássaros nas Ilhas Molucas, onde habita a espécie dos molucanos... Tudo muito *politicamente correto* se o país real não estivesse se atolando na crise global *em pleno processo eleitoral*. Da nossa crise pouco ou nada se falava. Era preciso primeiro vencer, no primeiro turno, sem discutir e debater. Depois, agir.

Agora se inicia o segundo ato: subordinação arregaçada ao FMI, aumento dos impostos (a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira – CPMF –, provisoriamente criada para suprir as deficiências da saúde, deve ser aumentada pois também os bancos ficam doentes...). Teremos mais recessão, mais precarização do trabalho, mais desemprego explosivo, mais desindustrialização, mais destruição dos direitos sociais num país em que eles quase nunca realmente existiram. A eufemística fórmula da flexibilização da jornada de trabalho, a acintosa "demissão temporária", a perseguida privatização da previdência combinando o modelo menemista da Argentina com tempero pinochetiano do Chile, tudo isso é mostra do que o Governo FHC quer impor. O tucanato, com o bico

cada vez mais *collorido*, quer continuar voando *prussianamente* sobre o desmonte econômico e social do país.

Mas não se esqueça o tucanato que ainda temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mais importante movimento social e político do país, ainda temos sindicatos de esquerda, ainda temos partidos de esquerda (e esquerda nos partidos), ainda que necessitemos de *uma esquerda de esquerda*, como lembrou recentemente Bourdieu, no *Le Monde*. Não estamos citando Marx ou ainda a Rifondazione Comunista na Itália, mas um iminente sociólogo progressista francês, professor do Colégio de França. Ainda temos lutas sociais nas cidades, ainda temos manifestações de rebeldia, ainda temos desconfiança social, algumas claramente estampadas nos mapas desta recente eleição. Não se esqueça o tucanato que o segundo ato está só começando: a proporção e as conseqüências da crise são de difícil tangibilidade, até mesmo imprevisíveis. Mas a rachadura em nosso *grand canyon* social é tão profunda que é grande ilusão achar que o tucanato real poderá fazer vôos rasantes nesta enorme fenda social sem correr o risco de espatifar o seu bico. E, sem ele, o tucano vira um pássaro qualquer, até mesmo parecido com o corvo. Para não falar no urubu.

A plumagem e a carne*

O Governo FHC tem sido exemplar em exercitar sua dupla face: a primeira, da manutenção de uma política econômica destrutiva, em conformidade com o que interessa aos capitais globais. A segunda, a de resgatar, com plumagem nova, seu solene traço repressivo. Talvez seja a dupla face corpórea dos Cardoso: a que segue a orientação do próprio Fernando, o da subserviência aos ditames financeiros globais do capital-dinheiro, escudado na apurada sensibilidade de Malan, e aquela sob a batuta do outro Cardoso, o Alberto**, que se preocupa cada vez mais com a manutenção da ordem repressiva ou, de acordo com a verve tucana, com as tarefas ditas de "inteligência". Dupla faceta, com significado unívoco.

O primeiro traço é aquele que destaca o participante dos (des)encontros da terceira via, em que se é capaz de detectar epidermicamente uma parcela de nossos problemas (por exemplo, a exclusão, a pobreza, o desemprego), mas ao mesmo tempo se implementa uma pragmática responsável por sua intensificação. Faz-

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 set. 2000.

** O general Alberto Cardoso foi o responsável pela segurança e inteligência do Governo FHC.

se a frágil diagnose e intensifica-se no receituário. Ao se referir à recente reunião de Berlim, escreveu FHC, nesta *Folha* (1° de junho de 2000, p. A3): "[...] é preciso dar prioridade aos gastos sociais; é preciso tornar educação e saúde acessíveis a todos; é preciso garantir uma distribuição mais justa da renda e ao mesmo tempo estimular trabalho [...]". A *plumagem é bela,* mas ao mesmo tempo em que afirma que é preciso combater a pobreza, o salário mínimo estabelecido entre nós é de R$151,00, aquém daquele praticado no Paraguai. Propugna autonomia e fortalecimento dos países "em desenvolvimento", e implementa um monumental processo de privatização, de desindustrialização, de desmonte nacional e de integração servil e subordinada à ordem mundializada. FHC diz, ainda no contexto da festança tropical de Hannover, que o "ajuste econômico tem limite", e sua pragmática é responsável por uma ilimitada degradação da saúde pública, desmesurada quebra dos direitos previdenciários, enorme desmonte do ensino superior, além da brutal penalização salarial dos professores e dos funcionários públicos. Fala em "desafogo no plano social" e aqui deslancha o processo de desregulamentação do trabalho, coerente com a flexibilização produtiva, a *reengenharia,* receituário que beneficia os capitais e precariza os direitos sociais dos homens e das mulheres que vivem do trabalho, intensificando ainda mais a precarização social. Fala em desenvolver a pesquisa científica e coloca a universidade pública em ruínas. Propõe o refortalecimento e a qualificação do Estado e terceiriza atividades, enveredando por um toyotismo de Estado.

Mas há também o outro lado do Governo FHC que está em destaque: o que resgata a virulência e a truculência contra os movimentos sociais, contra os que lutam por preservar ou conquistar um mínimo de dignidade humana. Seria interessante um estudo comparativo do que há de continuidade e de descontinuidade entre a concepção "atrasada" de segurança militar da época da ditadura, com a defesa "moderna" da repressão do tucanato.

Poder-se-ia começar traçando as similitudes entre as lembranças de como a ditadura militar com sua Lei de Segurança Nacional (LSN) tratou o então vigoroso movimento grevista do ABC Paulista, entre 1978 e 1980, e compará-las com a "modernização" da LSN e a satanização em curso pela "inteligência" do poder ante a pujança do MST. E continuar lembrando da reação ditatorial perante o ressurgimento do movimento estudantil em meados dos anos de 1970 e compará-la com a ação repressiva dos governos tucanos em relação aos professores e aos funcionários públicos.

Ou ainda recordar a censura explícita dos anos de 1960 e a "sutil" solicitação de abrandamento/exclusão do noticiário das TVs, quando da brutal repressão aos índios, aos negros, aos trabalhadores rurais, aos estudantes, aos que resistiram e recompuseram o real significado dos 500 anos de dominação e de exclusão, na ocasião da comemoração elitista e eurocêntrica do 22 de Abril. Seria enorme a lista, bastando aqui acrescentar que nos Anos de Chumbo foi desencadeada a Operação Condor e, agora, nos anos do tucanato, FHC não hesitou em respaldar Fujimori, o pequeno e ignóbil bonaparte peruano.

Em nosso país há vários exemplos de descontinuidades que contrastam com as fases dominantes de autocracia ou conciliação. Estamos presenciando o afloramento de um destes momentos de rebeldia, das lutas e ações que emergem das forças sociais do trabalho e das vítimas desse sistema destrutivo e excludente. A ordem responde, uma vez mais, alternando arrogância e virulência, tentando não perder a plumagem. Mas, por detrás dela, a dupla face do Governo FHC se mantém ou, como diriam os latinos, é *suaviter in modo, fortiter in re**. O que confere viva atualidade à escrita voraz e crítica de Herman Melville, em *O vigarista,* quando antecipou o significado político do tucanato, ao indagar: "E de que espécie de bom camarada o senhor é membro? Dos Brasis, não é? Um tucano: bela plumagem e carne ruim".

* Suave no modo, forte na ação.

FHC, o espelho e o dilúvio*

Em seus primeiros e longínquos momentos de glória, o tucanato palaciano, ao mesmo tempo em que se olhava no espelho (talvez imaginado estar em Versailles ou, em um momento de rara modéstia, no Hampton Court, o palácio um pouco mais singelo da família Tudor), sonhava controlar o Brasil por um período de 20 anos. Encantados e deslumbrados com o poder, não se contentaram, no primeiro mandato de FHC, em fincar os andaimes da desmontagem do país, eufemisticamente chamada de "modernização", através da privatização, da "integração" subordinada à ordem, da destruição do que foi criado desde o varguismo, como as empresas de siderurgia, energia elétrica, telecomunicações, a previdência etc. Isso sem falar no destroçamento social que se acentua crescentemente, na desregulamentação e na precarização do trabalho, no desemprego explosivo, conferindo-nos o título de quarto país em desemprego absoluto mundial, como nos mostrou recentemente a *Folha*.

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 jan. 2000, Tendências & Debates.

Mas o tucanato palaciano queria muito mais. Queria duas décadas, pois tal (des)construção não poderia durar pouco. Prestar um serviço desta monta aos capitais bem que merecia um período (quase) assemelhado ao dos absolutistas. Em menos de onze meses da posse, entretanto, começou o dilúvio... FHC amarga índices de rejeição que deixam Sarney e até Collor lisonjeados. Encontra-se descontrolado e mesmo descompensado: ora elogia o Congresso, ora o desqualifica, para em seguida desculpar-se. Discursa e reclama, mas acaba quase sempre sob a batuta de ACM.

A crise desestabilizou de tal ordem o tucanato, que ele está mais recolhido e menos arrogante em sua cantoria e, em alguns casos, em franca debandada. Alguns até já mudam de galho, migrando para o Partido Popular Socialista (PPS) que, como se sabe, repudiou o que havia de melhor e ficou com o pior do oportunismo e maneirismo do velho Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os tucanos em migração não querem herdar o espólio eleitoral de FHC, que hoje parece capaz de sepultar qualquer sonho eleitoral.

E, nesse novo quadro, o que se vê: ACM, este mestre da dominação política que, como *leopardo**, se utiliza do arcaico para embrulhar o "novo", tenta sensibilizar corações e mentes sem rumo. Depois de décadas de co-responsabilidade pela miséria mais brutal e degradante vigente no Nordeste brasileiro, ACM quer se converter no paladino da antipobreza. É cômico, se não fosse trágico!

Mas não é só isso. Ouvimos sensibilizados, comovidos mesmo, o FMI dizer, nas últimas semanas, que é preciso eliminar a pobreza, que começa a se tornar "preocupante". As novas "hordas de miseráveis", as "classes perigosas", que se expandem crescentemente pelo mundo, agora sensibilizam o FMI. Em breve poderemos ver

* Referência à obra clássica da literatura italiana, *O leopardo* (*Il gattopardo*), de Tomasi di Lampedusa, que trata das sutilezas da dominação e da decadência da aristocracia na Sicília do século XIX. Giuseppe Tomasi, duque de Parma e príncipe de Lampedusa, nasceu em 1896, de uma rica e poderosa família da aristocracia italiana, e faleceu em 1957.

Malan dizendo que talvez não seja o caso de esperar tanto tempo o bolo crescer, pois as massas podem ficar iradas e, aí, só Deus sabe. Até Delfim está espantado, pois levaram longe demais seu receituário do crescimento do bolo para uma comilança somente entre os "de cima".

O país da Era FHC é hoje um país socialmente devastado. Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que freqüentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados, com a exceção corajosa e louvável do Rio Grande do Sul de Olívio Dutra. Um país cujos índices de criminalidade nos inserem em uma guerra civil despolitizada, conduzida pela criminalidade e pelo narcotráfico, num subsolo social adocicado pelo coro das Igrejas Universais de um universo desencontrado e socialmente destroçado.

Para pagar a conta de uma política econômica e social subserviente, com suas dívidas interna e externa explosivas, FHC e Covas esconjuram e exorcizam os funcionários públicos. Como eles corajosamente se recusam e resistem a mais esta brutalização – e como a Justiça, num momento de dignidade, mostrou há pouco tempo a inconstitucionalidade do saque aos seus direitos –, vem aí mais penalização e mais vilipêndio contra os assalariados em geral para pagar a conta e o rombo de uma política econômica servil e subserviente aos capitais, especialmente ao financeiro, seguida à risca por FHC. Veja-se a nova investida da (contra)reforma da (im) previdência de Waldeck Ornélas (ministro da Previdência Social) e a política econômica de verdadeira *liofilização social* do ascético Pedro Sampaio Malan (ministro da Fazenda), para citar os mais duros exemplos de uma longa lista.

FHC continua implementando uma pragmática profundamente destrutiva, cuja "racionalidade" econômica tem como resultante uma irracionalidade social completa, pela qual o "enxugamento" das empresas acaba gerando uma descomunal irracionalidade do ordenamento social, pela qual afloram o desemprego estrutural e a

precarização sem limites dos trabalhadores. E fazem isto também dentro do Estado, dentro do *espaço público*, como se sua lógica fosse a do *kanban* e a do *just in time* de um supermercado.

Mudou muito, entretanto, o quadro político do país, e está subindo a temperatura social, nesta época de intempéries as mais estranhas. Aqueles que são os mais vilipendiados começam também a sair às ruas e expressar seu descontentamento. Vale lembrar que o primeiro ato contra Collor teve pequeno número de participantes. O primeiro ato das oposições em Brasília contra FHC e o FMI chegou perto da casa dos 100 mil. As ações do MST, lutando pela dignidade humana e pela busca de uma vida dotada de algum sentido, seguem-se em tantas partes do país. As recentes greves dos trabalhadores metalúrgicos contra as demissões e por salários nacionalmente equânimes são também mostras de que o espelho do tucanato palaciano começou a trincar. Ou melhor, a estilhaçar, pois para FHC o dilúvio parece ter chegado antes...

A reforma da imprevidência*

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era do toyotismo e da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego que atinge a humanidade que trabalha em escala globalizada. Do Japão aos Estados Unidos, da Inglaterra à Espanha, do Brasil à Argentina, quanto mais se avança na competitividade e na "integração mundial", mais explosivas tornam-se as taxas de exclusão e desemprego.

Num quadro desta gravidade, o sindicalismo está aturdido: os acordos que agudizam as formas de precarização do trabalho, como acaba de fazer o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical, têm um sentido perverso para os trabalhadores e estão, em verdade, totalmente sintonizados com o ideário do capital. Estão acarretando, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), uma desmontagem brutal dos direitos do trabalho, num país socialmente perverso há séculos. Mas isto não é surpresa, porque a Força Sindical é a central da era neoliberal. É a nova direita do movimento sindical.

Mas o estrago atingiu em cheio a CUT. Ao participar da *reforma da imprevidência*, com o aval decisivo de Vicentinho e da articulação sindical, entre tantas derrotas e perdas de direitos anteriormente conquistados a duras penas pelos trabalhadores, a CUT caminha totalmente na contramão das reivindicações do mundo do trabalho que, em escala mundial, luta pela redução da jornada e do tempo de trabalho. Convertidos em novos *parceiros do capital*, os sindicatos têm obtido resultados nada animadores. Quanto mais participam, menos têm conseguido preservar trabalho. Quanto mais se imaginam *co-desenhando* o processo produtivo, mais a "classe-que-vive-do-trabalho" se penaliza com os seus pífios resultados. Iniciaram com as câmaras setoriais, como significativo exemplo. Concebidas como modelo para estruturar o parque produtivo e a política econômica do país, depois de vários ensaios, as câmaras setoriais não passam hoje de ficção. Desovados os pátios das montadoras, reinseridas no "mundo da produtividade", é arrasador o desemprego no ABC Paulista.

Mas o exemplo da *reforma da imprevidência* é ainda mais grave. Num gesto sutil do Governo FHC, Vicentinho foi o instrumento que faltava para desmobilizar os trabalhadores e, com isso, enfiar-lhes goela abaixo um conjunto de perdas enormes. A substituição do *tempo de trabalho* pelo *tempo de contribuição* é, por certo, o seu ponto mais nefasto. Os aposentados gozarão a previdência quando a Justiça do Trabalho no Brasil lhes der ganho de causa. Provavelmente, embaixo da terra. Isso sem falar na exclusão, pura e simples, de mais de 20 milhões que estão no chamado trabalho precário, sem carteira de trabalho assinada e sem direitos. A estes, não resta nada! E basta olhar o cenário mundial para perceber que a precarização do trabalho é uma tendência explosiva. Hoje, entre 35 e 50% da

* Inédito.

população inglesa, francesa, alemã e norte-americana encontra-se desempregada ou desenvolvendo trabalhos precários (conforme A. Gorz, *Le Monde Diplomatique*, n. 22, 1990).

Por isso, o que os trabalhadores esperavam da CUT era que ela se contrapusesse a esta reforma que, entre tantos pontos negativos, prolonga o tempo de trabalho, acarretando maior desemprego. E isso feito por um governo que se diz preocupado com o desemprego. Aliás, o mesmo governo que adora dizer que não é neoliberal, mas implementa restaurações que são neoliberais. Como Felipe Gonzáles, Menem, Fujimori e o ontem tão admirado Salinas, que agora caiu em descrédito. A CUT deveria, primeiro, mobilizar os trabalhadores, como fizeram os sindicatos franceses, mostrar a sua força, e não desmobilizá-los, deixando-os sem saber o que fazer. E agora não adianta criticar a Força Sindical, porque, na cabeça dos trabalhadores, as coisas estão muito parecidas.

Numa contextualidade crítica desta envergadura, todos aqueles que se contrapõem à lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias devem buscar alternativas que contraditem fortemente estas tendências hoje dominantes, em vez de fazer coro com os interesses da ordem, que estão em sintonia com o neoliberalismo.

E é neste contexto que a redução da jornada ou do tempo de trabalho merece ser discutida.

A primeira consideração diz respeito ao fato de que a redução da jornada diária (ou do tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho pelo capital, na sua gênese com a Revolução Industrial, e, hoje, de modo aparentemente mais sofisticado, com a acumulação flexível da era do toyotismo e da era informacional. A redução da jornada/tempo de trabalho é a "precondição" para uma vida emancipada. Constitui-se, contemporaneamente, num mecanismo imprescindível para tentar *minimizar* o desemprego estrutural.

Mas aqui entramos num outro ponto crucial: a vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida com sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *fetichizado e estranhado* com *tempo verdadeiramente livre*. Lukács e Adorno já nos ensinaram que, sob o reino da manipulação do consumo, o "tempo livre" se torna também poluído pela lógica coisificada do capital.

Como o capital globalizado dos nossos dias abrange, como nunca, também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário indispensável a *desfetichização no modo de produção* das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil: se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica destrutiva do capital, acaba-se ou fazendo uma reivindicação de fundo romântico, visto que se acredita que seja possível obtê-la pela via do *consenso* e da *interação* com a ordem, sem ferir os interesses do capital; ou, o que é ainda muito pior, porque, ao se apregoar a impossibilidade de lutar contemporaneamente pelo fim do capitalismo, restaria somente a opção de *civilizá-lo*, de realizar a *utopia do preenchimento*, de conquistar *consensualmente* o "tempo livre", em plena era do toyotismo, da acumulação flexível, das desregulamentações, das terceirizações, do trabalho precário e parcial, do desemprego estrutural, da desmontagem do *welfare state*, do culto do mercado, enfim, da (des)sociabilização radical dos nossos dias.

Desse modo, a luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho deve estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje, como forma de dificultar a brutal exclusão decorrente do desemprego tecnológico. *Reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dual, o mundo dos excluídos, tanto no centro como em países como o nosso.*

O direito ao trabalho é, entretanto, uma reivindicação ainda necessária *não porque se cultue o trabalho assalariado e fetichizado*, mas porque estar fora do trabalho significa, para grande parte da humanidade, uma brutalização ainda maior do que aquelas até então viven-

ciadas pela "classe-que-vive-do-trabalho". Nesta desordem mundial globalizada, o desemprego é sinônimo de pobreza e indigência social.

Porém, esta luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo livre, sem redução de salário – que é muito diferente de *flexibilizar* a jornada segundo a lógica do capital –, deve estar intimamente articulada à luta contra o sistema produtor de mercadorias, que converte o "tempo livre" em tempo de *não-trabalho*, no qual o indivíduo se exaure, ora se capacitando, nos infernais cursos de qualificação, para melhor "competir" no mercado de trabalho, ora num consumo *estranhado*, *coisificado* e *fetichizado*, inteiramente desprovido de sentido.

Ao contrário, se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida). E a luta pela *vida cheia de sentido* no *trabalho* torna-se fundamento para a *vida cheia de sentido* fora *do trabalho*. Duas batalhas obrigatórias no mundo contemporâneo.

As tragédias da Petrobrax multifuncional*

Ainda não temos uma avaliação séria, independente e conclusiva da tragédia da Plataforma P-36, na Bacia de Campos, que resultou em desaparecimento (e morte) de trabalhadores. Aquela que, poucos meses atrás, queria mudar seu logotipo para se tornar mais "moderna" no mundo competitivo dos negócios e das marcas, tentando criar a Petrobrax, versão exportação, sofreu enorme revés, não só no plano material, com prejuízos vultosos, mas sobretudo perdas humanas irreparáveis. E, ficou evidente, novas tragédias podem ocorrer.

A Petrobrax foi vítima, uma vez mais, da falácia da sua "modernização": se não bastassem as toneladas de petróleo que vêm sendo despejadas nas águas, em seus sucessivos acidentes contra o meio ambiente, agora esse último episódio teve triste proporção vital.

Descuido técnico na manutenção dos equipamentos e intensificação acentuada do trabalho, resultado do chamado processo de terceirização e multifuncionalidade, que se tornou a pragmática

* Inédito. Escrito em março de 2001.

nefasta das empresas ditas "modernas". E é nesse binômio que se tem baseado a lógica gerencial e privatista da Petrobras.

A *Folha de S. Paulo*, de 18 de março de 2001 (p. A18), trouxe um depoimento elucidativo, dado por um parente de uma das vítimas das explosões na P-36: "Meu irmão era mecânico. [...] Era um absurdo. Eles são submetidos a múltiplas funções e, num momento de acidente, estão cansados e sem o preparo adequado. Não são bombeiros".

A multifuncionalidade das atividades das empresas tem sua origem num processo no qual, para se utilizar ao máximo o trabalho vivo necessário para a produção, em que vários trabalhadores realizavam uma *única* tarefa, agora *menos* trabalhadores devem executar *múltiplas* tarefas. Aquilo que o dicionário empresarial chama de "novo trabalho polivalente e multifuncional" é, com muita freqüência, o exercício de uma intensificação desmesurada do trabalho. Cada vez mais os trabalhadores são individualizados, responsabilizados, vivendo o *estressamento* crescente do trabalho. Se não trabalham, não recebem; se trabalham, devem submeter-se a tudo.

Trata-se, pois, da implementação daquilo que muitos já chamaram de *management by stress*, isto é, da administração em ritmo extenuante de trabalho, intensificado nos seus tempos, responsabilidades e envolvimentos. E, se os trabalhadores se recusam, *nesta sociedade chamada de risco*, são lembrados do risco de desemprego, do risco de terceirização etc.

É preciso enfatizar que a multifuncionalidade, a terceirização, tudo isso vêm constituindo-se como instrumental básico pelo qual as novas modalidades produtivas estão sendo introduzidas na indústria e nos serviços em geral, e em particular no ramo do petróleo, em nome do chamado "toyotismo", da *empresa enxuta*, da *lean production*. Menos direitos sociais, menor qualificação real, menores cuidados nas condições de trabalho e, em contrapartida, menores custos, maior produtividade, mais rentabilidade, mais terceirização.

É exatamente por isso que as recentes estatísticas de acidentes de trabalho sinalizam na direção de um significativo aumento dos acidentes nas atividades terceirizadas e regidas pelas modalidades crescentes do trabalho informal. E esse processo vem acentuando-se enormemente dentro da reestruturação produtiva do capital e em particular no setor petroquímico. O setor de manutenção, por exemplo, tem sido uma das áreas mais atingidas pela terceirização no ramo petroquímico. Vale aqui o alerta presente no competente estudo da socióloga Maria da Graça Druck* sobre o complexo petroquímico de Camaçari:

> [...] até 1980, apenas 33% das empresas terceirizavam serviços de manutenção corretiva. Em geral, era a própria empresa fornecedora que se encarregava de realizar a manutenção de equipamentos. Atualmente (dados de meados de 90) 53% recorrem à terceirização desta atividade, ocorrendo casos em que a empresa já terceirizou completamente toda a manutenção.

E salienta que "a atividade de manutenção é estratégica em indústrias de processo contínuo. Esse avanço do processo de terceirização pode comprometer a qualidade e a segurança do trabalho".

Não poderiam ter sido evitadas as (tantas) tragédias da Petrobrax, das destruições ambientais à morte de trabalhadores? Não será o momento de impedir este nefasto processo de terceirização, precarização e desmontagem, tanto do trabalho como da Petrobras, contra a lógica e o seu jocoso logotipo Petrobrax?

* *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*, São Paulo, Boitempo/EDUFBA, 1999.

Qual é o espaço do Brasil?*

Qual é o espaço do Brasil na nova divisão internacional do trabalho e do capital, comandada pela tríade, sob a batuta dos EUA?

Para José Luís Fiori, o Brasil *está no espaço*, servil, submisso e descontrolado. Mas não está sem rumo, pois a alternativa em curso é resultado de uma escolha política. Nas palavras do autor:

> [...] na entrada do novo milênio o Brasil não é uma nave sem rumo. Pelo contrário, segue uma rota cada vez mais transparente. Sua última meta – a condição de *dominium* – parece inalcansável, e seu problema central é que a riqueza privada se multiplica ao mesmo tempo em que se estreitam as oportunidades sociais do povo e da nação brasileira**.

E acrescenta que essa opção "não é um rumo inevitável, imposto pelas 'leis físicas' do universo em expansão da economia política global". Ela é o resultado de uma opção política baseada no ideário e na pragmática hoje dominantes, seguidores em última instância daquilo que Margaret Thatcher costumava assim sintetizar: "*There is no alternative!*"*.

O *Brasil no espaço* é um libelo corajoso e ousado contra essa forma resignada de olhar o mundo hoje e suas alternativas unívocas. Dando continuidade ao seu livro anterior, *Os moedeiros falsos***, Fiori dá concretude a uma política que se molda e se conforma – para não dizer que segue com convicção – o chamado Consenso de Washington. Contra a maré dominante no espaço das letras acadêmicas, seu objetivo é o de "perturbar os espíritos e contribuir para a recepção de novas idéias..." (p. 9).

Contra o economicismo (presente na ortodoxia liberal e também em certas variantes do marxismo vulgar, em que tudo se resume às leis férreas da "economia") e também contra o politicismo (que reduz o entendimento da política ao universo estrito do institucional), Fiori faz um efetivo exercício crítico de economia política, buscando suas complexas relações com a "anatomia da sociedade civil".

Tudo isso dá a esse livro um sabor especial: é ousado, mesclando notas conjunturais e indicações analíticas de "longa duração", herdeiro que é das sutilezas de Braudel e Polanyi e dos achados magistrais de Marx. Leitor voraz da literatura dos nossos dias, Fiori navega com autonomia e vitalidade nesse universo. Na *crítica da economia política* do Brasil, espaço atualmente bastante reduzido e limitado a alguns núcleos (dado o avanço jocoso dos *Chicago boys* e seus professores-banqueiros), seus ensaios talvez encontrem um símile nos textos instigantes de Francisco de Oliveira, que também faz, como poucos entre nós, crítica da economia (e) política.

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2001, Jornal de Resenhas.

** José Luís Fiori, *Brasil no espaço*, Rio de Janeiro, Vozes, 2001, p. 156, coleção Zero à Esquerda.

* "Não há outra alternativa!" (N. da E.).

** Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

Os temas de Fiori, presentes em *Brasil no espaço*, são diversos: a crise econômica, a chamada nova ordem global, o papel do Estado, a denominada "nova economia", o sentido estruturante e central do trabalho etc. Nas páginas de seus textos, artigos jornalísticos e entrevistas que compõem o livro, as pistas e indicações são abundantes. O eixo temático, presente na maioria dos artigos, é dado pela busca dos elementos constitutivos da crise estrutural global do sistema do capital, na fase da sua financeirização. Crises recorrentes, com epicentros vários, ora asiático, ora latino-americano, ora russo, ora norte-americano, mas que encontram sua origem no

> fenômeno da sobrevalorização patrimonial que vem se acumulando nesses mercados intercomunicados, movidos, numa ponta, pela instabilidade do "sistema de câmbio flexível" e, na outra, pelos derivativos e *hedges* que se acumulam a partir da necessidade de "securitizar" as operações privadas, dada a instabilidade desse mesmo sistema [p.86].

Numa realidade marcada pela desregulamentação das finanças globais, desde o fim do padrão-dólar, as crises são mutantes quanto à dimensão espacial, mas recorrentes no que concerne a seus elementos causais. O que permite a Fiori dizer que essas crises vieram

> para ficar e para repetir-se de forma ainda mais freqüente, porque já se transformaram em componente essencial da dinâmica da globalização financeira, que vem sendo sinônimo de uma quase completa "dolarização" da economia mundial, uma vez que cerca de 80% dos contratos no mundo dos negócios globais hoje são designados em dólar [p. 87].

É a reiteração do sistema imperial norte-americano. A relação entre esse império e as outras partes da tríade, dadas pela Alemanha

e pelo Japão, é particularmente desenvolvida no ensaio "Lições que vêm da Ásia", que consta do livro que estamos analisando. Recusando sempre a variante economicista, Fiori conclui o ensaio alertando para o último dos paradoxos do século XX: *a primeira das utopias dos modernos (a fisiocracia) está alcançando o seu momento totalitário, com o neoliberalismo.* A razão política do capital levou, ao fim e ao cabo, à realização das regras naturais do mercado.

Há um outro eixo que perpassa todo o livro, que é dado pela forma *particular* como essa crise estrutural afeta e atinge a América Latina. Aqui ele se torna extremamente atual quando se presencia, hoje, a mais recente crise argentina. Fiori mostra, em carne e osso, como a política do Consenso de Washington e a pragmática neoliberal vêm devastando econômica e socialmente os povos da América Latina: "Nos tempos de globalização, só cabe aos países periféricos – e só aos mais bem-sucedidos – 'consumir' de maneira parcial o progresso da 'terceira revolução tecnológica'" (p. 126).

Sendo espaço de atuação do capital financeiro internacional, resta para a América Latina implementar as "reformas", alterando sua geografia econômica, que está sendo "redesenhada, fazendo surgir aos poucos um novo mapa, onde algumas áreas isoladas aparecem cercadas por enormes zonas caracterizadas por estagnação econômica e desintegração social". E acrescenta:

> Argentina, México e Brasil estão, de fato, se propondo a deixar a condição de "mercados emergentes", estimulados pelas propostas norte-americanas do NAFTA e da ALCA. A nova utopia das elites liberais e internacionalizantes [...] passou a ser a de uma integração mais estreita e direta com a própria economia norte-americana, como forma de garantir inserção mais vantajosa no novo regime de acumulação, que assegure o fluxo constante de capitais indispensáveis à sustentação de sua política econômica interna [pp. 127-128].

Enquanto a média de crescimento na América Latina foi de 5,5%, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, "para o decênio liberal deve ficar em menos de 3%" (pp. 126-127). Talvez pudéssemos acrescentar que se trata de uma *integração desintegradora*.

A recente crise argentina mostrou, uma vez mais, o servilismo e o desastre dessa política. Seus movimentos sociais e políticos, resultantes das forças sociais do mundo do trabalho e dos desempregados, entretanto, têm dado respostas cada vez mais contundentes. Em toda a América Latina, diga-se de passagem.

Quanto trata do Brasil, a pena de Fiori é ainda mais afiada:

> É por isso que ao olhar com a maior objetividade possível o desempenho do Governo Cardoso, não há como não concluir que se trata do governo mais antinacional da nossa história republicana e do mais antipopular da nossa história pós-Revolução de 30. Mais do que o governo Dutra [p. 17].

Para quem sonha e se espelha em Juscelino Kubitschek, convenhamos, não se trata de uma boa *performance*.

E quanto ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido de FHC, arremata: "O partido nasceu, como se sabe, da união de um grupo de políticos saídos do PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] com um pequeno grupo de tecnocratas e professores. O que chama a atenção hoje é a rapidez com que foi perdendo força e a forma como foi se decompondo...". Hoje, dois grupos mantêm o PSDB: os "neo-sociais" e os "professores-banqueiros". Os primeiros "dedicam-se a elaborar métodos cada vez mais rigorosos de entrega de sanduíches para miseráveis e famintos em estado puro, perfeitamente individualizados e registrados nos anuários do Banco Mundial, ou ocupam seu tempo escrevendo planos estratégicos, programas eleitorais, rigorosamente irrelevantes e inúteis...".

E acrescenta:

> Os que mandam de fato e cada vez mais neste governo são os professores-banqueiros, e todos os sinais externos são de que o presidente devota desprezo intelectual crescente pelos seus amigos "neo-sociais" e mostra subserviência cada vez maior em relação aos "neobanqueiros". E com razão, porque são eles que conectam e sustentam seu governo nas redes dos investidores externos e das burocracias multilaterais responsáveis pela gestão monetária da periferia capitalista [p. 20].

Parece suficiente para provocar o leitor crítico a ler este livro de um autor insubmisso, que não tem receio de procurar o *espaço do Brasil* nesta era de desespacialização e perda de sentido das coisas. E de encontrá-lo.

PARTE 2

No limiar do século XXI: social-liberalismo ou alternativa socialista?

No limiar do século XXI*

A década de 1990 começou sob o signo apologético do *fim da história*. A estonteante derrocada do Leste Europeu, quando captada de maneira epidérmica, parecia corroborar o vaticínio. Afinal, o século que se iniciou com as transformações de 1917 presenciou, nas impossibilidades e deformações que se sucederam, o desenlace de 1989, com o fim de toda uma empreitada de milhões de indivíduos. As vozes da ordem, então, apareceram com mais ousadia. Entoavam a vitória da sociabilidade do dinheiro e do mercado. Tudo global e mundializado. Até a Igreja Universal do Reino de Deus se expandiu pelo mundo, de Nova Iorque a Moscou. De maneira ainda mais intensa do que em meados do século XIX, depois das revoluções sociais de 1848, a ordem e sua desrazão, em plena última década do século XX, pareciam ter encontrado a eternidade. Muitos embarcaram nessa correnteza. Não esperaram nem mesmo que a década transcorresse. E, com ela, algumas surpresas...

A mais importante delas, pela intensidade e abrangência, foi a

* Publicado no jornal O *Estado de S.Paulo*, 15 jan. 1996.

ampliação e generalização da *crise* para o coração do capital. O Norte tornou-se o centro da crise, depois de ela ter atingido o Terceiro Mundo e destruído o Leste Europeu. Quanto mais visualizamos o avanço da competitividade e da produtividade capitalistas, mais transparece o seu caráter destrutivo. Eduardo Galeano brindou-nos, em 24 de dezembro, nesta página de *O Estado de S.Paulo*, com uma contundente denúncia da "ecologia" predatória do capital. Estamos vendo que o Japão, depois de empurrar os EUA para a recessão, dada a baixa produtividade do fordismo, amarga, com a relativa recuperação dos EUA, um estancamento de razoáveis proporções. Quanto mais o seu modelo toyotista se expande para fora, mais fraturado se mostra por dentro. A Alemanha do Ocidente, depois de incorporar "vitoriosamente" seu lado oriental, não sabe o que fazer com ele. A Inglaterra desindustrializou-se a tal ponto que hoje não é mais levada a sério. E a França está fervilhando, depois de transitar do social-liberalismo de Mitterrand para o neoliberalismo anti-social de Chirac. E sem falar nos fundamentalistas que, sempre pela direita, intensificam suas ações no Japão, fazem estragos nos EUA, França e Israel, entre tantos outros cantos do mundo. Tensionam a ordem existente, quase sempre guiados por ideários proto ou neonazistas.

As surpresas não pararam por aí. Na Rússia, depois de ter sido escorraçado do poder, o Partido Comunista (PC) volta vitorioso nas recentes eleições da Duma (Parlamento). E o herói de Gdansk (Polônia), o Walesa, depois de passear de carruagem com a nobreza britânica, mostrando que soube adquirir hábitos finos, foi derrotado por um ex-ministro do antigo governo do PC. Os neoliberais começam, então, a se perguntar o que não está dando certo nessa restauração.

Mas houve mais novidades nessa década. Logo no início, os negros excluídos de Los Angeles rebelaram-se contra instituições que sempre foram coniventes ou defensoras do racismo. E, durante alguns dias, deixaram Los Angeles sem controle. Pouco tempo depois, em plena inauguração do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), explode a Rebelião de Chiapas (México). Síntese de quatro expressivos movimentos, presentes na resistência secular indígena, na persistência irremovível dos camponeses, na ação corajosa da esquerda católica e na experiência de ex-estudantes e militantes marxistas, os rebeldes de Chiapas disseram *não* a esse modelo nefasto de globalização dos mercados e dos capitais, que avilta o trabalhador do México e joga na lata do lixo *todas* as conquistas do trabalho, até mesmo o direito ao emprego. Um longo esquecimento por parte do Estado corrupto mexicano naquela região possibilitou aos zapatistas experimentar práticas radicalmente democráticas de poder popular plebiscitário. Chiapas, embora aflore num Estado pobre, indígena e localizado, dialoga, desde então, diretamente com todos os trabalhadores mexicanos.

E, para mostrar que os questionamentos deste final de século XX não se restringem à América, os trabalhadores e estudantes franceses acabam de mostrar como se deve responder ao receituário neoliberal. Lembraram-nos da antiga *Place de Grève*, local onde os trabalhadores parisienses sem trabalho se reuniam, no século XIX, para fazer suas reivindicações. Não aceitam o fim da *res publica*. Também os trabalhadores alemães, depois de décadas de conquistas socialdemocráticas, dizem não, com greves, à desmontagem do *welfare state*. E as ações sociais ampliam-se por toda a Europa. Isso sem falar das tensões na Coréia e nos demais países asiáticos. Os defensores do *fim da história* começam a sentir algum desconforto. No início da década, puderam prever o paraíso do mercado. Hoje, homens e mulheres que vivem do trabalho olham para esse cenário e rebelam-se. No limiar do século XXI.

O significado dos novos movimentos sociais*

Os novos movimentos sociais urbanos que emergiram especialmente na última semana, com a "visita" de dezenas de trabalhadores sem-teto a um *shopping center*, seguido de uma "visita" dos trabalhadores sem-trabalho a um supermercado do Rio de Janeiro, dentre tantos significados e conseqüências, fizeram aflorar, com tranqüilidade, força e organização, o sentido de desperdício, superfluidade e brutal iniqüidade social que caracteriza a sociedade atual, onde aquilo que muitos têm em abundância, que chega a ser repulsiva, outros, que se contam aos milhões, não podem sequer ter acesso visual. Só mesmo no imaginário...

Nesta monumental sociedade dos precarizados e dos excluídos, o que os novos movimentos sociais urbanos estampam é algo com que devemos começar a nos acostumar: a sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, ao mesmo tempo em que cria necessidades múltiplas de consumo fetichizado, de fato impossibilita que amplos contingentes de trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, dela participem sequer como apêndice, nem mesmo como

* Publicado no jornal *Correio Popular*, Campinas, 16 ago. 2000.

membros das sobras do consumo. Como disse limpidamente um participante do Movimento dos Sem-Teto do Rio de Janeiro: "se somos nós quem construímos os *shoppings*, por que não podemos sequer visitá-los?".

Aqui, de modo direto, foi posta a questão da lógica que preside a sociedade atual: quem a constrói sequer participa nem mesmo de parte de seus resultados. E, mais ainda, uma parcela crescente e explosiva da população trabalhadora, hoje, sequer encontra trabalho. E, sem trabalho, torna-se um sem-teto, sem-terra, sem-consumo, um sem-nada. Ou melhor, quase-nada, pois o que esses novos movimentos sociais urbanos, em retomada explosiva em tantas partes do mundo, estão a nos mostrar é que eles vieram para ficar, vieram para mostrar à sociedade sua superfluidade, injustiça, desigualdade e iniqüidade. E para reconquistar seu sentido de humanidade e de dignidade.

Nesta sociedade involucral, geradora do descartável e do supérfluo, nesta era da sociedade do *entretenimento*, da qual o *shopping center*, este verdadeiro templo de consumo do capital, é exemplar, os homens e mulheres sem-trabalho, os despossuídos do campo e das cidades, os assalariados em geral, são então convertidos no que a historiografia social inglesa chamou de "classes perigosas". A mesma sociedade que despeja toneladas de descartáveis no lixo, que torna "supérfluas" suas mercadorias, torna "supérflua" a força humana de trabalho e, se pudesse, a isolaria do mundo social.

O que estamos acabando de presenciar, nessas ações recentes, é apenas o começo de uma década tensa, que estamos ainda iniciando. E que tem similitudes com a explosão de Seattle, nos Estados Unidos; com as manifestações do 1° de Maio de 2000, em tantas capitais européias; com as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, dentre tantos outros exemplos que o mundo, hoje, nos vem oferecendo, em escala global, pelo resgate da dignidade e do sentido de humanidade social daqueles que dependem de seu próprio trabalho para viver.

Primeiro de Maio: resgatar o sentido de pertencimento de classe*

Acabamos de comemorar mais um 1° de Maio, data histórica para os trabalhadores na luta por seus direitos e conquistas. Quando em 1886 os "Mártires de Chicago" foram condenados à morte e à prisão perpétua, estavam lutando pela redução da jornada de trabalho e davam passos significativos na busca da coesão e solidariedade de classe. A partir de então, o 1° de Maio tornou-se um marco na luta dos trabalhadores. Hoje, mais de um século depois, o mundo do trabalho vivencia uma situação ainda mais difícil, tantos são os impasses e desafios presentes na sociedade contemporânea. Mais do que nunca, o sentido de pertencimento de classe coloca-se como fundamental para todos aqueles que vivem do trabalho. Quais são, então, alguns desses mais agudos desafios?

Inicio afirmando que, nos últimos vinte anos, o movimento operário presenciou a situação mais crítica de toda a sua história, desde o nascimento das *trade unions* na Inglaterra. Crise que se deveu, fundamentalmente, a um conjunto de metamorfoses que afetaram *simultaneamente* tanto a sua materialidade quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva. Da reestruturação produtiva à crise dos organismos de representação dos trabalhadores, como os sindicatos, todas essas dimensões foram de alguma maneira afetadas.

Vários são os elementos constitutivos dessa crise, dos quais podemos sinteticamente destacar a abrupta desmontagem, o desmoronamento do Leste Europeu e dos países que tentaram uma transição pós-capitalista. Esse episódio permitiu que se desenvolvesse, no interior de importantes parcelas do mundo do trabalho e do movimento operário, a falsa idéia do "fim do socialismo". Eliminada a possibilidade de conquista do socialismo, dizem, restaria para a esquerda somente a busca de um caminho "civilizado" dentro do capitalismo. A via socialdemocrática foi assimilada por amplos contingentes da esquerda como a única alternativa possível para resistir ao neoliberalismo e à ordem do capital. E, até agora, a esquerda anticapitalista não tem conseguido mostrar que um novo caminho socialista é, em verdade, a única possibilidade, no limiar do século XXI, de operar uma ruptura com a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias. Embora a longo prazo as conseqüências do desmoronamento do Leste Europeu sejam positivas, pois se coloca a possibilidade da retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, no plano mais contingencial e imediato houve, em significativas parcelas da classe trabalhadora, a assimilação da manipulada e equívoca tese do "fim do socialismo".

Portanto, paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional, vinculada aos partidos comunistas (PCs) da era (neo)stalinista, deu-se um agudo processo de socialdemocratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Esta *acomodação socialdemocrática* penetrou no interior da "classe-que-vive-do-trabalho". E, com a crise do *welfare state*, durante a avalanche nefasta do projeto neoliberal, deu-se um processo de regressão no interior da própria socialdemocracia, que passou a atuar de manei-

* Inédito. Escrito em maio de 2001.

ra muito próxima da agenda neoliberal. De Mitterrand a Felipe Gonzáles, para não falar na versão tropical, FHC.

Há, entretanto, um ponto que me parece central, quando se procura entender as metamorfoses no interior do mundo do trabalho: nas últimas décadas, como respostas do capital à crise de acumulação irrompida a partir de 1973, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, no qual se destacam, para o capital, o modelo de desconcentração produtiva do norte da Itália, as experiências da Califórnia, do já truncado modelo sueco e, especialmente, da potencialidade e dimensão expansionista do modelo japonês denominado toyotismo.

Muitas foram as transformações ocorridas no interior dos países capitalistas avançados, com fortes repercussões nos países do Terceiro Mundo industrializados e intermediários, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros. Podemos sinteticamente *destacar a diminuição do operariado manual, fabril, típico* do fordismo; a expansão das inúmeras formas de subproletarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho precário, parcial, temporário, "terceirizado" etc. Houve também um aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora; deu-se uma enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no setor de serviços, e presencia-se a exclusão dos jovens recém-formados nos países capitalistas centrais e a sua inclusão precoce no mercado de trabalho nos países subordinados. A classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais.*

Ao contrário, entretanto, daqueles que alardearam a tese do "fim do proletariado", o maior desafio da classe trabalhadora e do movimento operário, bem como dos seus organismos representativos, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de classe existentes entre os diversos segmentos que compõem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos

que exercem um papel central no processo de criação de valores, e sobre os quais o capital joga uma monstruosa carga ideológica e manipulatória, como nos evidencia o toyotismo, até aqueles segmentos que estão mais na franja do processo produtivo, mas que, pela precariedade das condições de trabalho, são potencialmente pólos de contraposição ao capital e suas formas brutalmente excludentes de sociabilidade.

Desse modo, o sistema produtor de mercadorias, vigente em quase todas as partes do mundo, mostra seu enorme caráter destrutivo: sua lógica elimina, entre tantas coisas, a própria força de trabalho. O brutal desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global e de forma arrasadora, é uma evidência desse caráter destrutivo.

Isso coloca, no final do século XX, um desafio para a totalidade do mundo do trabalho: é preciso criar laços entre aqueles contingentes sociais que ainda detêm a centralidade do processo de criação de valores. Essa não é uma empreitada simples: o resgate do caráter de classe dos diversos segmentos que compreendem a "classe-que-vive-do-trabalho" é o maior e mais instigante desafio neste final de século. Articular desde os núcleos mais organizados das classes trabalhadoras até aqueles que vivenciam as formas mais nefastas da exclusão social. Soldar os laços de coesão e solidariedade de classe, como aprendemos com os "Mártires de Chicago", resgatando, desse modo, o sentido de pertencimento de classe.

O Primeiro de Maio e seus *novos proletários do mundo*: fim ou recomeço?*

Por mais estranho que possa parecer, tornou-se freqüente, no pensamento contemporâneo, a idéia de que a classe trabalhadora está desaparecendo e que o mesmo estaria ocorrendo com o movimento operário. Curiosa idéia, gerada no pequeno e belo "canto do mundo" que é o Ocidente Europeu e que parece um tanto fora do lugar, especialmente quando remetida à concretude brasileira, país em que são explosivos os índices de proletarização/desproletarização do trabalhador.

Isso para não falar da *totalidade* do Terceiro Mundo, que abriga cerca de dois terços da força humana global de trabalho. O equívoco, aqui, é pelo menos duplo, uma vez que além de não apreender a nossa particularidade social, também não consegue conceber uma noção ampliada de classe trabalhadora e de trabalho. E, sem isso, só lhe resta imaginar o *fim do proletariado*, o *fim do trabalho* e outros equívocos assemelhados.

Sabemos que o capitalismo contemporâneo, particularmente

* Publicado no jornal *PT em Movimento*, São Paulo, 1-15 maio 2001.

nas últimas décadas, presenciou inúmeras transformações. A reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo, dotados de forte caráter destrutivo, vêm acarretando profundas destruições das forças produtivas, da natureza, do espaço ambiental e particularmente em relação à força viva de trabalho, que se encontra hoje exercendo trabalhos *precarizados* ou inteiramente desempregada. Se é um grande equívoco conceber o fim do trabalho enquanto vigorar a sociedade do capital (uma vez que o processo produtivo resulta da interação entre trabalho *vivo* e trabalho *morto*), é imprescindível também entender as mutações, metamorfoses e ampliações que vêm ocorrendo no universo do trabalho.

Muito diferente da idéia de fim dos trabalhadores e das trabalhadoras, nas últimas décadas pôde-se presenciar um conjunto de mutações que resultaram numa classe trabalhadora ainda mais heterogênea, mais multiforme e mais fragmentada. Mas, atenção, é preciso partir de uma noção ampliada, tanto de trabalho quanto de classe trabalhadora. Contraditoriamente, apesar das mutações tecnocientíficas, nunca os povos dependeram tanto do trabalho e de seu salário para sobreviver, pois a privação do trabalho, para os *novos proletários do mundo*, é o primeiro passo para a privação da dignidade e da sua própria condição de humanidade. Para sua completa desumanidade, portanto. Como é possível visualizar em todos os cantos do mundo, das periferias do Norte aos centros do Sul destroçado.

Tudo isso coloca um enorme desafio para o mundo do trabalho, nestes tempos tão desarticulados: resgatar o sentido de pertencimento de classe desses *novos proletários do mundo*, reatar os laços de solidariedade e consciência daqueles que vivem do trabalho ou que deles são excluídos, que a era da reestruturação do capital e o seu ideário apologético e mistificador procuram fragmentar. Antes de sepultar os trabalhadores, seria bom tentar compreendê-los, apreender sua nova *morfologia social*, suas potencialidades e novas formas de rebeldia. Os exemplos estão em toda parte: ontem em

Seattle e Praga, hoje em Quebec e em Porto Alegre. No México com os zapatistas, no Brasil com o MST e em Los Angeles com os negros. Com os funcionários públicos grevistas da França de 1995 e com os operários metalúrgicos coreanos em 2001. Com as explosões mais ou menos espontâneas que germinam em toda a América Latina, da Argentina à Colômbia, passando também pelo Equador.

Tudo isso indica a imprescindível necessidade de compreender *o que* é o mundo do trabalho hoje, quem são, como atuam e como se rebelam esses *novos proletários do mundo*. Até porque, antes de dizer *adeus ao trabalho* e de tentar sepultar o *movimento dos trabalhadores*, é prudente olhar para as recentes batalhas do mundo, nesta nova fase das lutas sociais, que o 1° de Maio de 2000, com tantas manifestações, em tantas partes do mundo, nos ajudou a enxergar. E que se devem repetir e intensificar neste novo 1° de Maio de 2001, na busca de uma *vida dotada de sentido dentro e fora do trabalho*. Ao menos para aqueles que querem ver...

O trabalho na fonte misteriosa*

A sociedade contemporânea presencia um duplo e complexo movimento, que de algum modo lhe dá dinâmica e "sentido": por um lado, temos o predomínio da *financeirização* da economia, com suas conseqüências devastadoras em tantas partes do mundo. De outro, vivenciamos o apogeu da *superfluidade* da produção de mercadorias. Não é difícil constatar que esse "sentido" é destrutivo em sua própria lógica: a financeirização da economia desmonta núcleos produtivos, convertendo-se na forma "mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista", na felicíssima caracterização de Marx. E dinheiro reproduz-se sem passar (necessariamente) pela mediação produtiva. Converte-se, portanto, numa verdadeira *fonte misteriosa*, onde dinheiro gera mais dinheiro...

A produção, por sua vez, na lógica da *mercadorização do mundo*, não faz outra coisa senão estampar a enorme destrutividade que caracteriza o capitalismo em nossos dias, com seu caráter involu-

* Apresentação do livro de Nise Jinkings, *A fonte misteriosa*, Editora da UNICAMP, 2002.

cral, marcado pelo desperdício e pela superfluidade em que, quanto mais mercadorias são inventadas e esparramadas pelo mercado mundial (esse *frankenstein sem alma*), menor é o tempo de vida útil dos produtos.

O resultado, todos estamos vendo: destruição, precarização, eliminação de postos de trabalho, desemprego estrutural, um mundo conduzido pela *razão instrumental* que não é outra coisa senão a vigência da completa *desrazão*.

Estas mutações também atingiram em cheio o chamado "setor de serviços", cada vez menos público e *cada vez mais mercadorizado*. Ele também vivencia esse quadro tendencial: cada vez mais "racionalizado", cada vez mais *liofilizado*, amplia vorazmente seu *trabalho morto*, dado pelo maquinário tecnocientífico, desempregando *trabalho vivo*. Se no passado recente ele empregou excedentes do trabalho industrial, hoje também contribui para o monumental exército de trabalho sobrante que o mundo atualmente presencia.

É exatamente aqui que reside o eixo do belo livro de Nise Jinkings, *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro* (Editora da UNICAMP, 2002). Dando continuidade ao seu feliz trabalho anterior, *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário* (Boitempo, 1995), traz um desenho analítico amplo e claro do que se vem passando dentro dos bancos, quando o olhar não é o de "rentabilidade", de "lucratividade", mas se volta para o mundo dos homens e das mulheres que trabalham dentro do universo (quase escrevia *inferno*) bancário.

Na melhor linhagem (que entre nós tem como estudos pioneiros as ricas análises críticas presentes nos livros de Liliana Segnini, as radiografias de Ary Minella, entre outros), Nise Jinkings mostra como os trabalhadores bancários, cujo objeto de trabalho é a mercadoria-dinheiro, vivenciam o seu cotidiano através da representação fetichizada, na qual o *dinheiro parece gerar mais dinheiro*, sem qualquer mediação produtiva.

Ladeados pelas suas máquinas informatizadas, muitas vezes separados por *baias* (o que, aliás, estampa a singeleza da "modernidade" patronal financeira), os trabalhadores e as trabalhadoras realizam um conjunto infindável de operações de registro e de controle, de transferência e redistribuição dos valores originados no mundo produtivo, transformando a *mercadoria-dinheiro* em capital produtor de juros, num processo que toma a aparência de *dinheiro criando mais dinheiro*.

Na atualidade, diz Nise Jinkings, sob a volátil forma de impulsos eletrônicos, o capital-dinheiro circula em *tempo virtual* de uma parte a outra do mundo, quanto mais se desenvolve o mundo (destrutivo) da financeirização. Operando e manipulando símbolos de valor cada vez mais abstratos, desconhecendo freqüentemente o *télos* último de suas atividades (que podem estar conectadas com a economia política do narcotráfico ou com a produção de armas, para dar dois exemplos), seccionados e fragmentados como máquinas falantes, os trabalhadores são compungidos a "vender serviços bancários de todo tipo", para poderem "pagar seus próprios salários", como dizem de modo despudorado os gestores e as personificações do mundo financeiro.

Resultado estampado por Nise Jinkings é que os que vivem de salário dentro dos bancos vêm padecendo de grande parte das mazelas que atingem o mundo do trabalho: Lesões por Esforço Repetitivo (LER) são cada vez mais freqüentes; as terceirizações, as precarizações, os *estressamentos*, as incertezas, inseguranças, angústias, o medo diário do desemprego. E não param aqui as conseqüências nefastas: vários estudos e estatísticas têm mostrado o aumento do número de suicídios entre os trabalhadores do meio bancário. Depois de anos ou mesmo décadas de dedicação integral aos bancos, os bancários/as convertem-se em "eleitos", "escolhidos" para os planos de "demissão voluntária". E o capital financeiro diz que essa lógica é inevitável. Com dose crítica certeira, Richard Sennett diz que estamos presenciando, nesse universo de degradação do trabalho, um processo de *corrosão do caráter*, que, sabemos, atinge em

enorme escala os gerentes, gestores, enfim, as personificações do capital financeiro*.

Nise Jinkings também demonstra como a tecnicização e racionalização do trabalho vêm possibilitando um monumental aumento da produtividade e dos lucros bancários. Cheios de processos *on-line* – que articulam instantaneamente as agências – e dos sistemas *home banking* – que conectam diretamente o cliente e o banco –, quanto mais os "consumidores" têm a ilusão de "interagirem" diretamente com os bancos, *maior é o processo de liofilização, enxugamento, precarização e desemprego*. Mais contribuem, freqüentemente sem saber (e sem receber nenhuma remuneração), para que o *dinheiro financeiro crie mais dinheiro desempregando trabalhadores*. E, ao executar esse *trabalho bancário transferido*, contribuíram para que o número de bancários no país caísse de aproximadamente 800 mil no final dos anos de 1980 para menos de 400 mil em fins de 1990. Mais desemprego para milhares de homens e mulheres.

Estudando com sensibilidade e força analítica o que se passa no mundo dos bancos, com o olhar atento para os que vivem do trabalho e do salário, Nise Jinkings mostra ainda como se vem realizando a divisão sexual do trabalho nos bancos, seguindo um movimento de feminização da categoria que, entretanto, não significa uma efetiva igualdade de condições de trabalho e de salário. Analisa como os métodos de gestão e racionalização do trabalho e as estratégias de poder recriadas nos bancos vêm enfraquecendo a organização dos sindicatos e a resistência no interior dos bancos, diluindo em grande medida as clivagens existentes entre os bancos públicos e os privados.

Livro sensível, bem escrito, analiticamente denso e sustentado em forte documentação empírica, no qual os leitores/as poderão compreender melhor os milagres da *fonte misteriosa* e como esse processo vem atingindo em cheio o mundo do trabalho bancário.

* Ver livro de Richard Sennett, *A corrosão do caráter*, Record, 1999.

Os sindicatos estão na encruzilhada*

As metamorfoses em curso no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva e das transformações neoliberais, que vem afetando intensamente a classe trabalhadora, atingem também de maneira avassaladora os organismos sindicais. A expressão mais nítida desta crise pode ser percebida pela tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 1980, presente em distintos países, como França, EUA, Japão, Espanha etc.

O sindicalismo brasileiro, que na década passada presenciou forte expansão, através do nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e posteriormente a Força Sindical, bem como do aumento do número de sindicatos, do enorme volume de greves desencadeadas, da explosão do sindicalismo dos assalariados médios, da tentativa de aumentar a organização nos locais de trabalho, do avanço do sindicalismo rural e da luta pela autonomia

* Publicado no jornal O *Estado de S.Paulo*, São Paulo, 28 maio 1996.

e independência sindicais, vê-se cada vez mais, nesta década de 1990, atingido por esse cenário fortemente desfavorável. Se foram vários os pontos positivos, pode-se dizer que este quadro se vem alterando e que os impasses que atingiram o sindicalismo dos países avançados agora batem à nossa porta.

A crise que atinge os sindicatos se manifesta desde logo no enorme fosso existente entre os trabalhadores "estáveis", que permanecem no mercado de trabalho formal, e aqueles que se tornaram precarizados, terceirizados, subcontratados, *part-time*, que compreendem um segmento em expansão no interior do mundo do trabalho, em escala mundial. Este fosso social reduz fortemente a ação e força dos sindicatos, historicamente mais vinculados aos trabalhadores da era do fordismo e que se tem mostrado, até o presente, demasiadamente tímidos na incorporação dos trabalhadores parciais, temporários, precários, terceirizados, sem os quais os sindicatos estão fadados à redução e ao enfraquecimento.

Estamos presenciando, em verdade, o desmoronamento do *sindicalismo vertical*, herança da fábrica taylorista e fordista, como conseqüência da fábrica flexibilizada e informatizada da era da acumulação flexível, que desconcentra o espaço físico produtivo e destrói os direitos fundamentais do trabalho. E o desafio hoje é construir um *sindicalismo mais horizontalizado*, menos categorial e mais classista, dotado de uma abrangência maior e que privilegie os diversos contingentes que compreendem a "classe-que-vive-do-trabalho". Um sindicalismo mais capacitado para aglutinar o *conjunto* dos trabalhadores. Isso porque a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora questionam na *raiz* o sindicalismo tradicional da indústria fordista e dificultam enormemente a organização sindical de muitos segmentos que compreendem o mundo do trabalho.

Uma conseqüência direta desse quadro é dada pela intensificação do *neocorporativismo*, que procura preservar os interesses da parcela mais "estável" da categoria à qual se vincula o sindicato,

desconsiderando os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial, que denominamos *subproletariado fabril e de serviços*. Os sindicatos devem urgentemente procurar novas formas de estruturação e organização que incorporem amplos e diferenciados setores que hoje compreendem o conjunto da classe trabalhadora.

A partir desta contextualidade crítica, da qual somente indico alguns contornos mais contundentes, nascem inúmeros desafios que estão colocados para os sindicatos, em escala mundial, neste final do século XX, e que aqui somente podemos indicar os mais agudos; mas são desafios que tocam diretamente também o sindicalismo brasileiro, especialmente aquele que pretende manter os vínculos efetivos com suas bases sociais.

Serão capazes de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores "estáveis" daqueles trabalhadores em tempo parcial, precarizados, "terceirizados", subempregados, vinculados à economia informal, em significativa expansão no processo produtivo contemporâneo? Serão capazes de *organizar sindicalmente os desorganizados* e com isto reverter as taxas de dessindicalização, presentes nos principais países capitalistas? Conseguirão superar o *neocorporativismo societal*, que defende exclusivamente suas respectivas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas? Tecerão ações mais solidárias, capazes de aglutinar estes contigentes de trabalhadores praticamente excluídos da representação sindical, auxiliando desse modo no resgate do sentido de pertencimento de classe?

Reverterão a tendência, desenvolvida especialmente a partir do toyotismo e hoje se expandindo em escala global, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, micro, ao *sindicalismo de empresa*, ao *sindicalismo de envolvimento*, mais próximo do controle e do domínio patronal, em que a *individualização* das relações entre o capital e o trabalho são crescentemente implementadas pelo capital?

Estarão empenhados em gestar um *sindicalismo horizontalizado*, mais bem capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, superando o *sindicalismo verticalizado*, demasiadamente burocratizado e institucionalizado, herança do fordismo? Saberão resgatar e ampliar os vínculos efetivos com os movimentos sociais autônomos?

Serão capazes de ir além de uma ação predominantemente *defensiva*, que não questiona a ordem produtiva, que cada vez mais destrói ou precariza o mundo do trabalho? Envidarão esforços para auxiliar na construção de um projeto alternativo contrário à lógica destrutiva que preside a sociedade contemporânea? Esses são, por certo, alguns dos seus enormes desafios, nessa encruzilhada do final do século XX, e cujas respostas definirão o futuro dos sindicatos.

Entre o fetiche e a realidade*

O presente processo eleitoral pode possibilitar um exercício reflexivo capaz de permitir que o eleitor não seja uma vez mais prisioneiro de alguns dos mais freqüentes equívocos e mistificações presentes no curso de um embate eleitoral: o de que "tudo vai mudar no dia seguinte às eleições". Mistificação que resulta de um longo mecanismo ideopolítico, em que as classes proprietárias propugnam por mudanças na razão inversa das suas reais intenções de conservação. Em verdade, quanto mais os partidos da ordem falam em mudanças, *mais as coisas continuam como estão*. Este, aliás, é um traço constitutivo de nossa formação social, cujos setores dominantes têm na *conciliação pelo alto*, ao modo *prussiano*, uma marca viva de sua engenharia política e de suas engrenagens de dominação.

As eleições, particularmente no espaço político municipal, têm limites enormes. Por isso, parece razoável começar discutindo o que é possível esperar de uma nova prefeitura e o que é pura mistificação. E, ao desvendar este fetiche, os eleitores podem começar a

* Publicado no jornal *Correio Popular*, Campinas, 27 jul. 2000.

discernir entre os que manipulam o processo eleitoral e aqueles que, de algum modo, procuram efetivamente desprivatizar o Estado e resgatar seu sentido público, resgatar a *res publica*.

Uma candidatura efetivamente comprometida com os valores mais fortes das maiorias, daqueles que vivenciam seu cotidiano a partir do mundo do trabalho, não pode incorrer no equívoco do ilusionismo e da mistificação eleitoral. A população quer, cada vez mais, compreender, hoje, o que é factível e o que é embuste. O enorme descrédito dos chamados "políticos profissionais" é clara expressão disso.

Uma prefeitura municipal, dentro de um Estado nacional em crise, prisioneira de uma política econômica neoliberal destrutiva, atada aos interesses do sistema global do capital, cujas diretrizes são pautadas pelos grandes grupos transnacionais financeiros e produtivos, bem como por seus organismos mundiais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial etc., tem limites claros. Hoje existe até mesmo uma *lei de responsabilidade fiscal*, que talvez pudesse ser chamada de *lei de irresponsabilidade social*, tal sua subserviência em relação aos ditames próprios do neoliberalismo.

Se não pode iludir, isso não significa que uma administração municipal não possa começar a *inverter* as prioridades que têm marcado as gestões municipais: contra a corrupção descontrolada e degradada; contra a preservação dos privilégios dos proprietários, sejam eles empreiteiros, donos de empresas de transportes, empresas fornecedoras etc.; contra este Estado todo privatizado, uma administração democrática e comprometida com as maiorias deve, então, reorganizar e realocar os recursos e as prioridades segundo os reais interesses sociais da população trabalhadora, daqueles que vivem do seu trabalho e que mantêm, com seus impostos, os recursos públicos.

Trata-se, pois, de resgatar o sentido público contra a tendência privatista do estado cartorial brasileiro. Para tanto é preciso ter uma base social de sustentação, bem como um projeto político

comprometido com os interesses daqueles que Florestan Fernandes (esse sim um sociólogo que nunca se esqueceu do que escreveu) chamou de *despossuídos* ou *os de baixo*. Sem fetiche ou ilusão. Já é um bom começo.

As eleições plebiscitárias*

Temos apresentado, neste espaço, reflexões sobre alguns dos significados mais profundos do processo eleitoral em curso, mostrando, por um lado, o que ele tem de mistificação e fetiche, expressos, por exemplo, na tese de que "tudo vai mudar no dia seguinte às eleições", quando em verdade se sabe que na maioria esmagadora das candidaturas (mas não em sua totalidade) tudo vai continuar exatamente como está. Temos procurado alertar também para o fato de que este é um traço marcante de nossa formação social, cujos interesses dominantes, mestres na conciliação pelo alto, quando falam em mudança, querem mesmo é preservar as mazelas e iniqüidades sociais tão fortemente presentes em nosso país.

Mas temos procurado alertar também para as possibilidades, ainda que limitadas, presentes no processo eleitoral. Já mencionamos, anteriormente, como uma administração democrática e comprometida com as maiorias deve realocar os recursos e as prioridades segundo os reais interesses da população trabalhadora, resgatando o sentido público e social dos recursos municipais, contra a tendência privatista e cartorial que domina a cena política brasileira.

* Publicado no jornal *Correio Popular*, Campinas, 23 ago. 2000.

Vamos examinar outro significado real e forte, que poderá estar presente no processo eleitoral em curso: ele poderá assumir um sentido *plebiscitário*, tanto em relação ao (Des)Governo FHC, quanto em relação às atrocidades da política municipal hoje dominante em Campinas.

No primeiro plano, do Governo FHC, a população poderá referendar ou reprovar a política econômica dominante, com seu sentido neoliberal e destrutivo, pautado pela subserviência aos ditames financeiros globais do FMI, do Consenso de Washington, do Banco Mundial, do salário mínimo de R$151,00, das privatizações, da desindustrialização, do desmonte nacional e da integração servil e subordinada à ordem mundializada. Ou ainda se posicionar quanto à degradação da saúde pública, à perda dos direitos sociais e previdenciários, à precarização social dos trabalhadores, à ação repressiva do tucanato palaciano diante dos professores, dos funcionários públicos, dos movimentos sociais, da "satanização" do MST. Poderá lembrar, por exemplo, da brutal repressão aos índios, aos negros, aos trabalhadores rurais, aos estudantes, aos que reconstituíram o significado verdadeiro dos 500 anos de dominação e de exclusão, quando da comemoração do 22 de Abril na Bahia. Isso para não mencionar os constantes atos repressivos desencadeados pelo Governo Covas, em São Paulo, contra os professores e funcionários públicos. Os eleitores poderão dizer, então, se *referendam* ou se *condenam* o Governo FHC e seus representantes estaduais e locais.

O mesmo ocorre no âmbito municipal. Poucas vezes – se é que já o foi em tal dimensão – Campinas foi tão destroçada, tão precarizada, tão chafurdada em tanto desmando e corrupção. O destroçamento da *res publica* chegou ao limite: os transportes coletivos

foram desmontados, a saúde da população desconsiderada, as escolas municipais desintegradas, os salários dos funcionários públicos arrochados ainda mais. Enfim, no plano local, proliferou uma versão trágica e ainda mais grotesca do que se passa também no âmbito nacional.

Tudo isso confere às eleições um importante significado, dentro de suas estruturais limitações: elas poderão ter, tanto em Campinas quanto nas grandes capitais do país, um claro e nítido *sentido plebiscitário*, em que a população poderá expressar e estampar, em um plano eleitoral, o nível e o volume de seu descontentamento.

A dívida externa e o plebiscito*

O padrão de acumulação que se vem desenvolvendo em nosso país, especialmente desde o pós-1964, além de se fundamentar no arrocho salarial, na produção de bens e mercadorias para as classes médias altas e para as classes proprietárias, vem dependendo cada vez mais da recorrência aos capitais financeiros externos, que são chamados a financiar e a se beneficiar desse modelo. Desse mecanismo vem resultando um monumental endividamento externo que hoje sufoca e constrange o país.

Atrelamo-nos de tal modo ao sistema financeiro internacional que, hoje, quase tudo o que se produz, quando não fica nas mãos da grande burguesia aqui presente, acaba sendo drenado para o pagamento da dívida externa, isto é, para a remuneração e para o enriquecimento dos grandes capitais financeiros internacionais. Nesse círculo vicioso, quanto mais o país recorre aos empréstimos externos, mais e mais ele se atola no endividamento. Quase tudo o

* Publicado no jornal *Correio Popular*, Campinas, 8 set. 2000.

que aqui é acumulado é canalizado para pagar a dívida externa. E, tragicamente, completando o círculo, quanto mais ela é paga, mais ela se avoluma e se intensifica.

Uma vez remunerados internamente os capitais nativos, trata-se, segundo esse modelo e essa lógica, de preservar a remuneração dos capitais financeiros forâneos. A conseqüência evidente é a total falta de recursos para saúde, educação, previdência etc. Tudo o que não é acumulado pelas classes proprietárias acaba sendo transferido para saldar a dívida externa; basta dizer que cerca de 65% do orçamento nacional é voltado para o pagamento dos credores internacionais. Não vale a pena, aqui, reproduzir os dados, mas tão-somente afirmar que hoje o país trabalha – melhor dizendo, sua classe trabalhadora produz – para o enriquecimento exclusivo das burguesias nativas e associadas e para os capitais financeiros forâneos.

Podemos imaginar quantos benefícios sociais poderiam ser implementados, se o Brasil não tivesse pago quase US$70 bilhões aos credores externos somente no ano passado. Neste ano de 2000 serão pagas cifras ainda maiores. Uma das mais importantes economias do mundo, o Brasil, vive e produz em grande medida para satisfazer interesses concebidos a partir de Washington, do FMI, dos bancos internacionais, em clara associação com as classes proprietárias aqui assentadas.

O mito e a mistificação que têm sido veiculados pelas classes dominantes são evidentes: o Brasil não pode, diz a cantilena neoliberal, deixar de integrar-se às "economias globais". Sem esses recursos, dizem ainda os mistificadores, o país entraria em paralisia e em isolamento. Mas "esquecem" de dizer que o país já não dispõe de soberania; que seria possível e mesmo imprescindível buscar outra alternativa política que não seja a *integração desintegradora e socialmente destrutiva*, que preserva e intensifica nossas mazelas e iniqüidades econômicas, sociais e políticas. Desprovido de soberania, o país torna-se parte integrante e necessária de uma lógica de acumulação que intensifica a precarização social, aumenta o desemprego estrutural, a violência, a criminalidade etc.

Nesta semana, importantes segmentos representativos da população, comprometidos com os interesses e as necessidades mais autenticamente humanos e sociais, estão em campanha nacional, sob a forma de plebiscito, contra as mazelas decorrentes da dívida externa. Querem que a população decida se quer continuar com esse modelo que só remunera os capitais e sub-remunera o trabalho, ou se quer extirpá-lo da vida nacional. Que a população reflita se não é mais do que hora de se pensar numa alternativa econômica, social e política que comece a resgatar o sentido de dignidade e de humanidade que vem sendo subtraído de enorme parcela da população trabalhadora em nosso país.

Os "de cima" dirão que isso é utopia, que temos que nos integrar. Mas o plebiscito é um bom momento de exercício reflexivo, para se discutir que país temos e que país queremos construir. E para entendermos um pouco mais das inúmeras mistificações que nos assolam e que querem preservar e perpetuar nossas mazelas e iniqüidades.

As bases sociais das mazelas e seus mitos recentes*

Quais são as bases sociais de nossas mazelas, ao menos as mais recentes? Qual é o *pano de fundo* sobre o qual afloram tantas mistificações e manipulações eleitorais?

Responder a estas questões, mesmo preliminarmente, leva-nos a retomar a trajetória recente da formação social brasileira. Nosso padrão de acumulação industrial desenvolveu-se, desde meados de 1950, através de uma estrutura produtiva bifronte: de um lado, estruturava-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo e, de outro lado, a produção para exportação, não só de produtos primários mas também de produtos industrializados. Internamente, praticava-se o "arrocho salarial" e, externamente, buscava-se recursos por meio do endividamento externo. Nas décadas de 1960 e 1970, este "modelo econômico" não só se manteve como se expandiu intensamente.

Foi durante os anos de 1980 que ele começou a sofrer as primeiras mudanças. Ainda que em seus traços básicos o padrão de acumulação permanecesse o mesmo, foi possível presenciar as primeiras mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços, num ritmo muito mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais, como EUA, Japão e Europa Ocidental. Isso porque o Brasil ainda estava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, em curso acentuado nos países capitalistas centrais desde fins de 1970.

A partir de 1990, com a ascensão de Collor e depois com FHC, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário *neoliberal* e o seu processo de reestruturação produtiva. Articulou-se, então, um enorme enxugamento organizacional e de mutações no processo tecnológico. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva desenvolveram-se em grande intensidade, indicando que nossas plantas produtivas e de serviços também vêm assimilando crescentemente os "novos processos produtivos", como a acumulação flexível, o toyotismo etc., que configuram as tendências mais fortes do capitalismo contemporâneo.

Diante da nova divisão internacional do trabalho, bem como da (re)inserção do país no sistema produtivo global do capital – numa fase em que o capital financeiro e improdutivo se expande fortemente –, os capitais produtivos que para cá migram vêm em busca tanto da existência de força humana de trabalho "qualificada" quanto sub-remunerada, sujeita a uma exploração intensificada e garantida pela flexibilização e precarização da força de trabalho. Combinam, desse modo, avanço tecnológico, enxugamento organizacional e intensificação da exploração da força de trabalho.

A constante recorrência ao financiamento e ao endividamento externos, atrelando fortemente o país ao sistema financeiro internacional, acabou gerando uma monumental dívida (interna e exter-

* Publicado no jornal *Correio Popular*, Campinas, 13 set. 2000.

na) que sufoca, ata, restringe e constrange qualquer ação política que não seja aquela voltada para a remuneração dos capitais e a conseqüente preservação e intensificação das mazelas e iniqüidades econômicas e sociais.

Como resultado deste "modelo", toda riqueza que aqui se produz acaba sendo substancialmente canalizada para o pagamento da dívida externa (e interna) monumental, conseqüência da forma subordinada e dependente de (des)integração do país à chamada mundialização. Desprovido de soberania, o país torna-se prisioneiro de um "modelo" que tem sido responsável pelo aumento da precarização social, intensificação do desemprego estrutural, explosão da violência e da criminalidade, descontrole completo da corrupção, sendo que a lista das nossas mazelas e iniqüidades seria interminável...

Nesse solo social desertificado, a mistificação eleitoral é o receituário dos partidos da ordem para se manterem no poder: quanto mais falam em "mudanças", mais praticam a conservação. O que pode fazer uma administração efetivamente democrática e popular, que de fato queira romper esse círculo constrangedor e perpetrador de nossas mazelas sociais? Como poderá efetivamente colaborar para a construção de um desenho societal alternativo e contrário a esse cenário social tão desolador?

A prefeitura e os dilemas do desemprego*

Como é possível a uma nova prefeitura, comprometida com as maiorias, auxiliar na luta de combate ao desemprego?

A primeira resposta é evidente: trata-se de questão a qual a prefeitura está incapacitada de eliminar pela raiz. O que ela pode e deve fazer é combinar um duplo movimento: colocar a força social e política de um mandato com sólido respaldo popular contra os elementos *conjunturais* que causam o desemprego, sem perder de vista que este fenômeno tem causas *estruturais*. O principal desafio está em esforçar-se, no âmbito municipal, para a construção de um programa alternativo para o país, contrário ao neoliberalismo dominante. Para tanto, uma nova prefeitura deve pautar-se, desde logo, pelo resgate do caráter público e social do estado, recusando a política de privatização dos serviços públicos. Colocar-se contra a política destrutiva e causadora de desemprego, baseada nas privatizações, nas terceirizações, enfim, nas diversas formas de pre-

* Publicado no jornal *Correio Popular*, Campinas, 2 ago. 2000.

carização do trabalho em curso hoje no país e a que é imperioso resistir.

Deverá colocar sua força social e política visando contribuir, em todos os espaços onde isto for possível, para a elaboração de uma política econômica contrária à superexploração do trabalho, caracterizada pelo degradado salário mínimo nacional do Governo FHC.

Do mesmo modo, deverá participar da batalha imprescindível para a realização de uma reforma agrária ampla e profunda, contemplando os vários interesses dos trabalhadores e despossuídos da terra, hoje sob a liderança decisiva do MST. A realização desta empreitada terá enorme impacto na retração do desemprego urbano. E a prefeitura de uma cidade do porte de Campinas não poderá deixar de participar desta ação política de âmbito nacional.

Há, ainda, uma batalha também decisiva, à qual um novo desenho político municipal deverá somar-se: a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial. Claro que reduzir a jornada de trabalho não eliminará o desemprego, mas reduzirá seus níveis hoje explosivos, ao mesmo tempo em que possibilitará a discussão acerca da elaboração de um projeto societal com um horizonte bastante distinto da atual lógica destrutiva.

Por fim, uma nova prefeitura poderá implementar um conjunto de medidas imediatas, cujo sentido será o de inverter as prioridades que hoje beneficiam os grandes proprietários, quer fazendo uma tributação que isente os assalariados pobres e penalize os capitais, quer exercendo um esforço social e político no intuito de garantir que a população participe diretamente da decisão política sobre o que fazer com os recursos municipais. E, ao fazer isso, inverter a lógica privatista e cartorial do poder e resgatar algumas dimensões da *res publica*. Ou então continuar com a mistificação hoje dominante que, no fundo, quer mesmo é preservar a ordem destrutiva existente contra os que vivem do seu trabalho.

Desemprego: como enfrentá-lo?*

Segundo dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 1 bilhão e 200 milhões de homens e mulheres que trabalham estão, hoje, ou precarizados, realizando trabalhos parciais, esporádicos, ou se encontram *desempregados*. No Brasil, estes índices são explosivos, colocando-nos entre os campeões de desemprego. Quais os elementos causais desse quadro agudamente crítico? Por que existe um desemprego desta intensidade?

Podemos responder, de modo sintético, que há elementos *estruturais* e elementos *conjunturais* que, interagindo entre si, se configuram como as causas essenciais do desemprego e da precarização do trabalho.

Comecemos pelo primeiro. O capitalismo é dotado de uma lógica essencialmente destrutiva, na qual a necessidade imperiosa de produzir mercadorias e valorizar os capitais coloca-se como o critério prioritário e essencial da engrenagem societal existente. Tudo o mais se torna secundário, quando se procura apreender o

* Publicado em *PT em Movimento*, São Paulo, 16-31 maio 2001.

modus operandi de nossa formação social. Da Microsoft à Toyota, da IBM aos McDonald's, da Nike aos conglomerados globais das telecomunicações, tudo é mercadoria, sejam elas materiais ou imateriais.

Qual o objetivo central destas empresas? Produzir suas mercadorias *com o menor número possível de trabalhadores (que devem estar diuturnamente em disponibilidade para o capital) e com o maior índice possível de produtividade.* Ou seja, as empresas capitalistas modernas, desde sua unidade mais microcósmica até as mais potentes transnacionais, objetivam produzir *sempre mais, com menos trabalhadores.* E estes devem subordinar-se a uma destruição sem precedentes, no que tange às condições e aos direitos do trabalho. Quando este mecanismo é posto em funcionamento – e o capital funciona também diuturnamente – o desemprego e a precarização do trabalho se intensificam. Não há nenhuma empresa capitalista, das grandes às menores, que não se paute por essa lógica.

A conseqüência é evidente: quanto mais "racional" é a empresa moderna, quanto mais "enxuta" é sua produção, *mais irracional se torna a lógica societal dominante.* O resultado, que cresce dia a dia, é o desemprego estrutural mundial em escala explosiva. E, com ele, a violência social, a criminalidade, o narcotráfico etc. Qualquer proposta séria para o desemprego que não leve em conta essa situação poderá oscilar entre a mistificação e, na melhor das hipóteses, a sua minimização. Falar em *eliminar* o desemprego sem ferir diretamente a lógica do capital é pura mistificação, papel que cabe tão bem às nossas classes dominantes e à sua conhecida desfaçatez de classe, mas que é inaceitável nos organismos que procuram representar os trabalhadores.

Essa dimensão estrutural, própria da empresa moderna, encontrou as condições ideológicas e políticas ideais na vigência do projeto neoliberal, privatizante e anti-social, como é o caso do Governo FHC e dos governos da maioria dos países da América Latina. Mas não só deles: cada vez mais próximos da agenda neoliberal, os di-

versos governos socialdemocratas do Ocidente têm dado enormes exemplos de compatibilização e defesa desse projeto, como é o caso do New Labour de Tony Blair, na Inglaterra, onde o que resta do *welfare state* tem sido crescentemente substituído pelo receituário que articula elementos básicos do neoliberalismo com um roto verniz socialdemocrata.

E aqui entramos no segundo complexo causal do desemprego, que anteriormente denominamos *conjuntural*: com honrosas exceções, as estruturas de poder vigentes e seus respectivos governos têm implementado políticas econômicas e sociais que seguem o receituário neoliberal dominante, desenhado pelo FMI, pelos grandes capitais, financeiros e produtivos, do que decorre uma aplicação sistemática e detalhada da lógica estrutural destrutiva já referida. Resultado: desemprego e precarização do trabalho no Brasil, Rússia, Egito, Japão, Alemanha, Argentina, Inglaterra, e a lista seria interminável... Os EUA, por exemplo, não fogem à regra; escondem seu desemprego graças à fase expansionista global em que se encontram desde o início dos anos de 1990 e porque consideram "empregados" uma massa imensa de trabalhadores e trabalhadoras que se encontram *terceirizados, sem direitos, no mundo infernal do trabalho contingente.* Não é mais a General Motors quem emprega maior número de trabalhadores nos EUA, mas uma empresa de terceirização – ou quarteirização – que vende ou "aluga" todo tipo de trabalhador, do mais ultraqualificado ao que realiza o trabalho mais singelo, como *escravos modernos* que realizam *"trabalho contingente"*, para usar a expressão do sociólogo inglês Jamie Peck.

No Brasil, especialmente com FHC, esse processo se intensificou enormemente, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário *neoliberal.* A flexibilização, a desregulamentação, as privatizações inseriram-nos nas tendências do capitalismo contemporâneo de maneira ainda mais perversa, dada a nossa forma de inserção completamente *subalterna*, numa fase de hipertrofia do capital financeiro.

Como então, neste contexto, é possível combater o desemprego? Combinando um duplo movimento: lutando contra os elementos *conjunturais* sem nunca perder de vista seus elementos *estruturais*. No primeiro plano, o desafio maior está em avançar na elaboração de um programa com um desenho alternativo e contrário ao neoliberalismo, partindo das reivindicações *imediatas* e *cotidianas* do mundo do trabalho. Os pontos de partida deste programa não são difíceis de serem desenhados:

1) eliminação da *superexploração do trabalho* (de que é exemplo a política indecente e indecorosa do salário mínimo nacional, mais um "mérito" de FHC);
2) realização de uma *reforma agrária ampla e profunda*, contemplando os vários interesses *coletivos* dos trabalhadores e *despossuídos da terra*, hoje sob a liderança decisiva do MST;
3) impulsionar a pesquisa científica brasileira, em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvidas em nosso país e cujo eixo seja voltado *prioritariamente* para o enfrentamento das necessidades mais profundas da nossa classe trabalhadora;
4) controlar e coibir fortemente vários setores monopólicos, contraditar a hegemonia do capital financeiro e limitar as formas de expansão e especulação do capital-dinheiro, incentivando, ao contrário, as formas de produção voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora, para a produção de coisas socialmente úteis;
5) resgatar o caráter público e social das empresas estatais, por meio da participação efetiva dos funcionários e da população diretamente envolvida, contra a lógica da privatização e destruição da *res publica*.

Há, entretanto, uma bandeira que mais diretamente permite articular as ações mais *imediatas* junto àquelas mais *universalizantes*: a

luta pela *redução da jornada (ou do tempo) de trabalho, sem redução salarial*. Essa proposta une a *totalidade do trabalho social, em escala mundial*, e permite discutir o *controle* do *tempo de trabalho*, do *tempo de não-trabalho, do que produzir e produzir para quem*. Por certo, reduzir a jornada de trabalho não eliminará o desemprego, mas auxiliará na luta pela sua redução, ao mesmo tempo em que poderá possibilitar a discussão da essência do capitalismo hoje, confrontando diretamente seu sentido destrutivo e, desse modo, participar ativamente na elaboração de um projeto cujo *horizonte societal* é *para além do capital e da atual sociedade capitalista*.

Isso nos remete à atualidade do projeto socialista. E será por meio dele que poderemos pensar na erradicação plena e efetiva do desemprego, se não quisermos ficar sem resposta para a raiz deste problema.

A "terceira via": uma via de *continuidade* do neoliberalismo na Inglaterra*

No início de 1997, quando Tony Blair saiu vitorioso das eleições no Reino Unido, vários segmentos de esquerda, em várias partes do mundo, viram nesse evento o fim da nefasta era do neoliberalismo inglês. Parecia que a Era Thatcher tinha finalmente sido derrotada, quase vinte anos depois. Dotado no passado de uma força relativa, o Labour Party (Partido Trabalhista), agora denominado New Labour (NL), voltava ao poder.

Diferentemente de muitas experiências internacionais, na Inglaterra havia sido o TUC (Trades Union Congress, a Central Sindical Britânica) que dera origem ao Partido Trabalhista e que, desde então, se constituía no pilar básico de sustentação do trabalhismo. Mediados pela vinculação sindical, parte significativa da classe trabalhadora inglesa garantia seus votos ao trabalhismo, conferindo base sindical à ação política do partido. E foi deste modo que o Partido Trabalhista esteve muitas vezes no comando do país, especialmente no pós-Segunda Guerra, até a ascensão de Thatcher em 1979.

* Publicado na revista *Debate Sindical*, São Paulo, Centro de Estudos Sindicais, ano 13, n. 32, dez./1999-fev./2000.

Com a ascensão do conservadorismo de Thatcher, uma *nova agenda* transformou substancialmente o Reino Unido, destruindo a trajetória anterior. A conversão do sindicalismo em *inimigo central* do neoliberalismo trouxe conseqüências diretas ao relacionamento entre o Estado e a classe trabalhadora. Dirigentes sindicais foram excluídos das discussões da agenda estatal e retirados dos diversos órgãos econômicos que contavam com participação sindical. Foi com base neste projeto que o neoliberalismo britânico vigorou até a vitória eleitoral do Partido Trabalhista. O destroçamento social e sua política viram eclodir, particularmente em fins de 1980, uma onda de explosões sociais que atingiu em cheio o conservadorismo thatcherista, de que foram exemplo as greves operárias e a revolta contra o *poll tax* (imposto que taxava especialmente os trabalhadores e os mais pobres).

Talvez se possa até mesmo dizer que a importante vitória eleitoral do New Labour, no início de 1997, deveu-se menos às propostas políticas de Tony Blair do que ao brutal desgaste do thatcherismo. Quando as eleições ocorreram, no início de 1997, as classes dominantes inglesas já haviam concluído as mutações no interior do Partido Trabalhista. Um enorme processo de "modernização" operava-se no seu interior, levando-o a abandonar completamente seu passado trabalhista-reformista, para converter-se numa espécie de Partido Democrático inglês, apoiado especialmente pelos novos extratos da burguesia. Era preciso buscar, no interior da "esquerda", as *condições de continuidade da política vigente na fase do neoliberalismo*. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o *essencial* da pragmática do neoliberalismo fosse preservado.

Mais de dois anos após a vitória eleitoral de Tony Blair, já é possível fazer um balanço, ainda que preliminar, do Governo Blair e de

sua chamada "terceira via". Tanto no desenho da sua economia política quanto nas mais distintas esferas da sua ação político-institucional, na sua política externa, nos valores e no ideário que propugna, o Governo Blair e a sua "terceira via" já podem ser compreendidos em alguns de seus significados básicos. Desde 1994, vem acelerando-se, dentro do Partido Trabalhista , a "nova" postura que busca um *caminho alternativo* tanto em relação à socialdemocracia clássica quanto ao neoliberalismo. Quando Tony Blair iniciou o processo de conversão do Labour Party em New Labour, pretendia não só obter um maior distanciamento perante o conteúdo *trabalhista* anterior, mas também limitar ao máximo os vínculos com os sindicatos, além de eliminar qualquer vestígio anterior que pudesse lembrar sua designação "socialista" que, ao menos como referência formal, permaneceu até 1994 nos estatutos do Partido Trabalhista.

O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da *eliminação* da cláusula 4 da Constituição partidária (que defendia a *propriedade comum dos meios de produção*), resultou na criação de um substitutivo que expressa as mutações que vêm ocorrendo no interior do Labour Party. Em substituição à cláusula que se referia à *propriedade coletiva*, foi introduzida a defesa do *empreendimento do mercado e rigor da competição*, selando, no interior do programa do New Labour, a vitória da economia de livre-mercado ante a fórmula anterior. A retórica *socialista* e a prática *trabalhista* e *reformista* anteriores encontraram seu substitutivo na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da "moderna" socialdemocracia. Começava então a se desenhar o que foi designado por Tony Blair, respaldado em seu suporte intelectual mais sólido, dado por Anthony Giddens e David Miliband, como "terceira via".

Em seu sentido mais profundo, a "terceira via" do NL tem como objetivo dar *continuidade* ao projeto de "modernização" do Reino Unido, que pretende redesenhar a alternativa *inglesa* dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo. Nessa sua nova fase, o NL, ainda que tenha assinado o capítulo social presente na Carta da União Européia, vem reiterando sistematicamente seu compromisso em *preservar* a legislação que flexibiliza e desregulamenta o mercado de trabalho que foi uma imposição da Era Thatcher sobre a classe trabalhadora. A preservação da flexibilidade e a precarização do trabalho, as privatizações, a abertura comercial etc. deveriam, entretanto, ser contrabalançadas com ações como o reconhecimento dos sindicatos no interior das empresas, o estabelecimento de níveis mínimos de salário, assinatura da Carta Social da União Européia, entre outras medidas defendidas pelo primeiro-ministro britânico, para que seu governo não fosse pura e simplesmente entendido como uma continuidade integral em relação ao período dos conservadores.

No essencial, portanto, a "terceira via" vem configurando-se como uma *continuidade* da fase thatcherista, uma vez que, dado o enorme desgaste que o neoliberalismo clássico acumulou ao longo de quase vinte anos, acabou sendo fragorosamente derrotado eleitoralmente por Tony Blair. O seu traço de *descontinuidade* aflora ao tomar algumas decisões políticas, como o reconhecimento do Parlamento na Escócia (e também na Irlanda e no País de Gales), mas que não se constituem como um entrave para a continuidade do projeto do capital britânico, reorganizado durante a fase neoliberal.

O partido que emergiu vitorioso no processo eleitoral de 1997, despojado de seus vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se no New Labour pós-Thatcher, "moderno", defensor vigoroso da "economia de mercado", da flexibilização do trabalho, das desregulamentações, da "economia globalizada e moderna", enfim, de tudo aquilo que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo. Sua defesa do *welfare state*, por exemplo, é completamente diferente da socialdemocracia clássica. Tony Blair quer "modernizar" o *welfare state*, o que significa a destruição dos direitos do trabalho, que são definidos por Blair como "herança arcaica".

Nas palavras de Giddens:

> A "Terceira Via" oferece um cenário bastante diverso dessas duas alternativas [socialdemocracia e neoliberalismo]. Algumas das críticas formuladas pela nova direita ao *Welfare State* são válidas. As instituições de bem-estar social são muitas vezes alienantes e burocráticas; benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar conseqüências perversas, subvertendo o que originalmente tinham como alvo. O *Welfare State* precisa de uma reforma radical, não para reduzi-lo, mas para fazer com que responda às circunstâncias nas quais vivemos hoje.

Politicamente, "a Terceira Via representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social, ela rejeita a política de classe, buscando uma base de apoio que perpasse as classes da sociedade". Economicamente, a "terceira via" propugna a defesa de uma "nova economia mista", que se deve pautar pelo "equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação e entre o aspecto econômico e o não-econômico na vida da sociedade". Ela deve "preservar a *competição* econômica quando ela é ameaçada pelo monopólio". Deve também "controlar os monopólios naturais" e "criar e sustentar as bases institucionais dos mercados"*. Ou, conforme, a formulação de Tony Blair,

> A Terceira Via é a rota para a renovação e o êxito para a moderna socialdemocracia. *Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita.* Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e do centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las *livres de ideologias antiquadas.* [...] Na economia, nossa abordagem não elege nem o *"laissez-faire"* nem a interferência estatal. O papel do governo é promover a estabilidade macroeconômica, desenvolver políticas impositivas e de

* A. Giddens, "A terceira via em cinco dimensões", *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 fev. 1999, Mais, p. 5.

> bem-estar, [...] equipar as pessoas para o trabalho melhorando a educação e a infra-estrutura, e promover a atividade empresarial, particularmente as indústrias do futuro, baseadas no conhecimento. Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos empresários, como dos sindicatos*.

E, no plano de sua política externa, é imprescindível acrescentar, sua ação tem oscilado entre a completa *subserviência* e a real adesão *ativa* à política externa imperialista dos Estados Unidos, de que foram exemplo a ação britânica na recente guerra de Kosovo ou na guerra contra o Iraque.

A sua postura anti-sindical e contrária aos trabalhadores, estampada na derrota da greve dos doqueiros de Liverpool (que ocorreu entre 1995 e 1998), na aceitação do essencial da Era Thatcher, na preservação da desmontagem dos direitos do trabalho (e em alguns casos a intensificação, como a restrição dos direitos sociais das mães solteiras e dos deficientes físicos, que gerou uma onda enorme de protestos contra Tony Blair), assim como na tentativa de ampliação das privatizações (como foi proposto recentemente ao metrô), sem falar na adesão servil e indigente de Tony Blair ao imperialismo político-militar de Clinton, evidenciam que a "terceira via" *é, no fundo, uma forma de preservação do essencial do neoliberalismo, com um verniz socialdemocrático cada vez mais descorado.* Foi o que restou da socialdemocracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta consertar alguns dos estragos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica, sendo, por isso, um projeto que em nada beneficia aos trabalhadores. Ao contrário, a "terceira via" talvez seja, em verdade, a *via alternativa* que o capitalismo vem gestando para manter o fundamental que o neoliberalismo *clássico* construiu e que agora se quer preservar.

* T. Blair em artigo publicado no jornal *Clarín*, Buenos Aires, 21 set. 1998, p. 15.

O século atormentado*

Durante a década de 1980, em pleno deslanche do neoliberalismo, Margaret Thatcher lançou sua máxima *"there is no alternative"*, no que foi secundada, dentre tantos outros, pelo russo Mikhail Gorbachev. O ideário e a pragmática neoliberais viviam seu clímax. Uma parte grande do mundo acreditou na idéia de que, afinal, a história se completava.

Menos de duas décadas depois, o mundo está de pernas para o ar. Desde 11 de setembro presenciamos uma guerra movida por uma *irrazão instrumental imperial* desmesurada e descontrolada. Mas há um *outro mundo sendo desenhado* desde Chiapas, Seattle, passando por Nice, Praga, Gênova, pelas duas realizações do Fórum Social Mundial, pela rebelião da plebe na Argentina, para dar somente alguns exemplos.

O livro *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre* (Vozes, 2001), organizado por Seoane e Taddei, é um bem-sucedido esforço para auxiliar na compreensão dos agentes sociais e políticos que corporificam as lutas recentes. Trazendo gama variada de artigos e autores, o livro está dividido em duas partes: a primeira, voltada para uma reflexão acerca da mundialização do capital, do poder mundial hoje, do papel das transnacionais, do Estado e dos organismos financeiros internacionais, como FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) etc. A segunda oferece uma genealogia das novas lutas sociais globais: a rebelião de Chiapas, a batalha de Seattle e seus antecedentes nos EUA, a conflagração em Praga, a Marcha Mundial das Mulheres, o Fórum Social Mundial etc.

O livro inicia-se com o artigo de Samir Amin que tematiza, de maneira abrangente, a questão da mundialização. Contra a vulgarização do conceito, que "serve para sugerir que se trata de uma tendência incontornável, independente da natureza dos sistemas sociais", Amin mostra a conformação ideológica que freqüentemente vem associada ao seu uso. Sua idéia central é de que a mundialização não é um fenômeno novo e que na era moderna se desenvolveu a partir do mercantilismo, assumindo mais recentemente a forma imperialista.

Aqui reside um dos traços distintivos do texto: a mundialização contemporânea está intrinsecamente associada ao imperialismo, não sendo, portanto, seu sucedâneo. Sua caracterização é dada pelos "cinco monopólios que modelam a mundialização": o controle das novas tecnologias; dos fluxos financeiros; dos recursos naturais; dos meios de comunicação e da produção bélica. Como são esses controles que definem as formas contemporâneas da lei do valor, eles acabam dando fundamento a uma nova divisão internacional do trabalho completamente desigual, cujos centros seriam, segundo Amin, os EUA, seguidos pela Grã-Bretanha e a Alemanha.

Como alternativa, propõe a recuperação do "conceito progressista de nação e nacionalismo, distante de todas as formulações obscurantistas, etnicistas, religiosas, fundamentalistas e chauvinis-

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 fev. 2002, Jornal de Resenhas, p. 4.

tas...". Muitos poderão indagar: recuperar o conceito de nacionalismo (sem ter que recorrer a toda a adjetivação acima) já não é uma discussão superada?

Atilio Boron faz uma radiografia da estrutura de poder internacional, defendendo a tese de que nem estamos numa era marcada pela *interdependência* de Estados nacionais, nem estamos presenciando uma fase anárquica e caótica sem centros e comandos. Segundo o autor, a "estrutura de poder internacional apresenta em sua cúpula umas 200 megacorporações", verdadeiros "leviatãs modernos do mercado (que) têm um poderio econômico equivalente ao de 182 países". E adicionando polêmica em seu quadro analítico, acrescenta que estamos diante de um mundo imperial, com muitos traços novos, mas que não se confunde com ausência de responsáveis: "Daí nosso radical desacordo [diz Boron] com a obra recente de Michael Hardt e Antonio Negri, na qual se afirma a tese, não só paradoxal, mas completamente equivocada do 'império sem imperialismo'".

Ellen M. Wood comparece, na coletânea, com artigo originalmente publicado em *Monthly Review*, onde também problematiza as teses que entendem que o fenômeno da globalização estaria inviabilizando o Estado-Nação. Para a autora, paralelamente à retração de várias atividades estatais, outras novas atribuições estão sendo criadas, pois "no mercado global o capital *precisa* do Estado. Necessita dele para manter as condições de acumulação e competitividade... Precisa do Estado para preservar a disciplina trabalhista e a ordem social diante da austeridade e da 'flexibilidade' e para acrescentar a mobilidade ao capital, ao mesmo tempo que bloqueia a mobilidade dos trabalhadores". Wood concebe o binômio Estado-Nação como o *principal agente da globalização*. E, sendo o *canal privilegiado por onde o capital se move na economia globalizada*, o Estado ainda é, segundo a autora, o centro das lutas contra o capital.

François Houtart e Emir Sader completam essa parte do livro. Houtart examina alguns elementos transnacionais das lutas sociais

e suas dificuldades e fragmentações; Sader contesta a visão de fundo liberal que calibra a ação política de modo bipolar, contrapondo *Estado* e *sociedade civil*.

Na segunda parte do livro, apresenta-se uma radiografia dos novos movimentos sociais, com sua conformação heterogênea e polimorfa. Seoane e Taddei oferecem uma genealogia dos movimentos sociais. Afirmam que a batalha de Seattle foi "a mais importante manifestação que conheceu a sociedade norte-americana" desde a Guerra do Vietnã. Acrescentam que essa ação "cristalizou a convergência", mesmo comportando matizes e diferenças, entre o movimento operário norte-americano e os "movimentos ecologistas, camponeses, de defesa dos consumidores, estudantis, de mulheres, contra a dívida do Terceiro Mundo". Mostram que os movimentos antiglobalização transcendem em muito o sindicalismo acomodado e tradicional dos países do Norte, obrigando-o a retomar ações de maior envergadura e com certa dosagem crítica.

Ana Cecenã discorre sobre Chiapas. Marcado para nascer no dia da (des)integração do México ao NAFTA, em 1º de janeiro de 1994, o zapatismo singulariza-se por ser um movimento armado que não se referencia no *Estado*, mas na *sociedade*. Segundo a autora, "a sua linguagem é metafórica; sua condição, indígena; sua convicção, democrática e seu ser, coletivo". O zapatismo ancora-se no sul agrário do México, procura falar para os precarizados de todo o país e olha para o mundo. Rebelou-se usando *várias armas*, no apogeu do culto das *utopias desarmadas*.

Alexander Cockburn e Jeffrey Clair agregam ainda mais elementos para melhor compreensão sobre Seattle, suas causas e seus desdobramentos. Recordam a campanha *Fix It or Nix It* contra a OMC, ou ainda a Aliança por Empregos Sustentáveis e o Meio Ambiente, organizada pela Earth First! junto com os operários siderúrgicos aglutinados em torno da United Steelworkers of America. Lembram, com O'Connor, que o "esforço internacionalista em redistribuir a riqueza do capital para os trabalhadores... é

um 'momento vermelho' da prática internacionalista; o 'momento verde' internacionalista é o esforço para subordinar o valor de troca ao valor de uso".

Walden Bello, diretor de Focus on the Global South, explora os descaminhos da globalização recente (os colapsos financeiros e o fracasso do reajuste estrutural), lançando uma sugestiva hipótese: se a Primavera de Praga, em 1968, pressagiou o fim do mundo soviético, será que a confrontação de 2000 em Praga, juntamente com Seattle, não são um presságio do "início do fim da globalização controlada pelas corporações?".

E conclui com condimento quente sua proposta: "Já não devemos pensar simplesmente em termos de neutralizar as agências multilaterais que formam as primeiras trincheiras do sistema, mas em desativar as corporações multinacionais que são as fortalezas e as valas que constituem o centro do sistema econômico global".

Dianne Matte e Lorraine Guay evocam a Marcha Mundial das Mulheres, com seu sensível e belo *slogan* "pão e rosas", em outubro de 2000 nos EUA, desenhando os caminhos e atalhos da luta feminina e feminista contra a dupla exploração a que se encontram submetidas as mulheres, tanto no plano produtivo quanto reprodutivo. Indicam as formas da *interfecundação* opressiva existentes entre capitalismo e patriarcalismo e mostram que, na contextualidade da desigual *divisão internacional do trabalho*, intensificam-se as clivagens dadas pela *divisão sexual do trabalho*.

O livro ainda traz, ao final, uma cronologia recente do protesto internacional. Temos, portanto, um bom começo para tentar compreender a *nova morfologia* dos movimentos sociais, seus significados e desafios, nesse atormentado século XXI que acaba de começar. E que ninguém tem a menor idéia de como vai terminar.

Alguns desafios da alternativa socialista*

Neste artigo, gostaria de indicar, de modo bastante breve, alguns pontos que me parecem de extrema relevância no mundo contemporâneo, quando se pensa na atualidade e contemporaneidade do socialismo. Dada a impossibilidade de tratá-los de modo mais detalhado, no âmbito deste pequeno texto, vou procurar tão-somente indicá-los sob a forma de notas.

No limiar do século XXI, em pleno curso da guerra dos delinqüentes que assolou o mundo depois do episódio de 11 de setembro, com a retaliação desencadeada pelo Grande Império sobre os seus supostos inimigos (cujas conseqüências e cujos desdobramentos são completamente imprevisíveis), a busca de um novo projeto socialista encontra-se na ordem do dia.

Hoje há condições de fazer um balanço mais conclusivo da experiência vivida no século XX: derrotadas as suas mais importan-

---

* Publicado na revista *Latin American Perspectives*, Califórnia, Sage Press, vol. 25, n. 103, nov. 1998; e, com algumas alterações, em *Herramienta*, Buenos Aires, n. 10, 1999, e em *Marxismo Vivo*, São Paulo, n. 4, dez. 2001.

tes experiências, com a URSS à frente, é possível constatar que esses projetos não foram capazes de derrotar o sistema de metabolismo social do capital. Esse sistema, constituído pelo tripé capital, trabalho e Estado, não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema. Como diz István Mészáros, em *Para além do capital* (Boitempo, 2002), não basta eliminar um ou mesmo dois de seus pólos. O desafio é superar o tripé, no qual está incluída a divisão social hierárquica do trabalho que subordina o trabalho ao capital. Por não ter avançado nesta direção, os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, foram incapazes de romper a lógica do capital. Fenômeno assemelhado ocorre hoje com a China, que oscila entre uma abertura para o mercado mundial e o controle político rígido sobre o curso e as conseqüências desta política. Penso que a reflexão deste ponto é um primeiro e decisivo desafio.

Vamos para um segundo ponto: a experiência do "socialismo num só país", ou mesmo num conjunto limitado de países, é um empreendimento também fadado à derrota. Como disse Marx, o socialismo é um processo histórico-mundial; as revoluções políticas podem inicialmente assumir uma conformação nacional, mais limitada e parcial. Mas as revoluções sociais têm um intrínseco significado universalizante. Na fase do capital mundializado, conforme caracterização de Chesnais (*A mundialização do capital*, Xamã, 1996), de um sistema global do capital desigualmente combinado, o socialismo somente poderá ser concebido enquanto um empreendimento global/universal.

Nesse contexto, as possibilidades de revolução política na América Latina devem ser pensadas como parte de uma processualidade que não se esgota em seu espaço nacional. Como vimos ao longo do século XX, a tese do "socialismo num só país" teve um resultado trágico. Repeti-la seria correr o risco da farsa. O desafio maior, portanto, é buscar a ruptura com a lógica do capital em escala mundial. Países como Brasil, México e Argentina podem ter

papel de relevo neste cenário, visto que se constituem em pólos importantes da estruturação mundial do capital. São dotados de significativo parque produtivo e sua importância estratégica lhes confere grandes possibilidades, uma vez que estão muito diretamente vinculados ao centro do capital. Junto com a Índia, Rússia, Coréia, China, entre outros países que não estão diretamente no centro do sistema capitalista, constituem um conjunto de forças sociais do trabalho capaz de impulsionar um projeto que tenha como horizonte uma organização societal socialista de novo tipo, renovada e radical.

Nesta quadra da história, o desenvolvimento de movimentos sociais de esquerda, capazes de enfrentar alguns dos mais agudos desafios deste final de século, mostra-se bastante promissor. Desde o movimento social e político dos zapatistas, no México, passando pelo advento do MST no Brasil, pela retomada das lutas operárias e sindicais na América Latina dos anos de 1990, pelas explosões sociais dos trabalhadores desempregados, pelas batalhas de Seattle, Nice, Praga, Gênova, pelos encontros do Fórum Social Mundial, dentre tantas outras ações e batalhas que estão no horizonte imediato, e entre tantos outros movimentos de esquerda que emergem no mundo contemporâneo, mais episódicos ou mais abrangentes, ampliam-se os exemplos de novas formas de organização dos trabalhadores e dos precarizados, dos *novos proletários do mundo* que se rebelam contra o sentido destrutivo do capital e sua forma mundializada.

Cada vez mais os movimentos sociais assumem a forma de movimentos contra a completa mercantilização do mundo, contra a totalizante (e totalitária) "mercadorização" de tudo o que se produz. Deverão perseguir de modo cada vez mais persistente o capital em sua própria materialidade. Como também indicou Mészáros, o capital tem um sistema de metabolismo social essencialmente extraparlamentar. Desse modo, qualquer tentativa de superar esse sistema de metabolismo social que se atenha à esfera institucional

e parlamentar estará impossibilitada de derrotá-lo. O maior mérito desses novos movimentos sociais de esquerda aflora na centralidade que conferem às lutas sociais. O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe. O fim da separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, realizada pelos sindicatos, e ação político-parlamentar, realizada pelos partidos, é absolutamente imperiosa. A luta contra o domínio do capital deve articular luta social e luta política num complexo indissociável.

O mundo do trabalho tem cada vez mais uma conformação mundializada. Com a expansão do capital em escala global e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem cada vez mais um sentido universalizante. Cada vez mais as lutas de recorte nacional devem estar articuladas a uma luta de amplitude internacional. A transnacionalização do capital e do seu sistema produtivo obriga ainda mais a classe trabalhadora a pensar nas formas internacionais da sua ação, solidariedade e confrontação. À mundialização dos capitais corresponde cada vez mais e de modo intransferível uma mundialização das lutas sociais.

A classe trabalhadora no mundo contemporâneo é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo (ver *Adeus ao trabalho?*, Cortez/Editora da UNICAMP, 2003) e *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho* (Boitempo, 2003). O resgate do que Alain Bihr chamou de sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes (BIHR, *Da grande noite à alternativa*, Boitempo, 1998).

Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores "estáveis" e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, entre trabalhadores qualificados e trabalhadores sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre trabalhadores incluídos e entre os excluídos, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora, torna-se fundamental, tanto para o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras, como para a reflexão da esquerda anticapitalista. O resgate do sentido de pertencimento de classe (o que implica entender as novas conformações da classe trabalhadora hoje) é questão crucial nesta viragem de século.

A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo*

I.

Sabemos que estamos presenciando, no plano mais global, a vigência de uma sociedade do capital fortemente destrutiva, involucral, geradora do descartável e do supérfluo, a chamada era do *entertainment*, que faz aflorar, com toda evidência, o sentido de desperdício e de superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea.

Essa destrutividade expressa-se de várias maneiras: por exemplo, quando se descarta, desemprega, precariza e torna supérflua uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha, no qual um enorme contingente se encontra ou realizando trabalhos precários, parciais, ou mesmo desempregada; quase um terço da força

* Publicado na revista *Carré Rouge*, França, n. 25, abr. 2003; e em *L'Encontre*, Suíça, n. 12, 2003; e também, com pequenas alterações, em *Margem Esquerda*, São Paulo, Boitempo, ano 1, n. 1, maio 2003.

de trabalho mundial encontra-se precarizada, da qual uma parcela significativa (a OIT quantifica quase 200 milhões) está desempregada. Isso porque os capitais globais necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho *part-time**, terceirizado, precarizado, que se encontra em enorme crescimento em todo o mundo produtivo, industrial e de serviços.

Essa destrutividade também se expressa na destruição monumental da natureza e do meio ambiente. Das chuvas torrenciais descontroladas pela adulteração climática, passando pelas altas emissões de monóxido de carbono, capazes de destruir a camada de ozônio, aos petroleiros que despejam toneladas de petróleo nas praias da Galícia, na Espanha. Marcas, todas elas, da irrazão instrumental que comanda a lógica do capital em escala mundial, onde os EUA se utilizam dos recursos energéticos mundiais, bem como das matérias-primas existentes no globo, visto que absorvem cerca de 25% dos recursos mundiais para benefício de sua população, que representa menos de 5% da população mundial, degradando o ambiente e colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade, como tanto têm apontado, com enorme radicalidade, Robert Kurz e István Mészáros.

Essa destrutividade também se expressa na crise global acentuada, com a ampliação da política destrutiva dos EUA e sua virulência imperial de que a guerra contra o Iraque é exemplar: Iraque hoje, Afeganistão ontem, Irã, Coréia do Norte, China, Cuba, amanhã, o que Bush denominou "eixo do mal".

II.

Ao mesmo tempo em que vivem sua pior fase, reflexo de sua *crise estrutural*, bem como das repercussões dos espetaculares aten-

* Trabalho em meio período (N. da E.).

tados de 11 de setembro – quando pela primeira vez os EUA presenciaram a tragédia em seu próprio solo, visto que estavam acostumados sempre a explodir bombas em mundos alheios –, os EUA vêm avançando em direção a um *imperialismo hegemônico global* (Mészáros) no qual pretendem reafirmar de modo inquestionável sua posição dominante no cenário interimperialista. Os ideários de Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Condoleezza Rice *et caterva*, sob o comando de Bush, são claros: os EUA devem reafirmar, nessa fase de crise estrutural do capital, seu poderio enquanto superpotência hegemônica global. Imperialismo hegemônico global em que a competição entre grupos transnacionais e seus governos "tem um importante elemento limitante: o enorme poder dos Estados Unidos, que tende perigosamente a assumir o papel do Estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios ao seu alcance, todas as potências rivais".

E acrescenta o autor:

> Como ocorre com toda contradição importante de um sistema dado, as condições objetivas tornam imperativo que se persiga hoje a estratégia da dominação hegemônica por uma superpotência econômica e militar, não importa a que custo, para tentar superar a separação estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais. Contudo, a própria natureza da contradição subjacente faz prever o necessário fracasso dessa estratégia no longo prazo. Houve muitas tentativas de abordar a questão das conflagrações potenciais e da forma de lhes dar solução, desde o sonho kantiano da Liga das Nações que assegurasse a paz perpétua, até a sua institucionalização depois da Primeira Guerra Mundial; desde os princípios solenemente declarados do Tratado Atlântico até a operacionalização das Nações Unidas. Todas se mostraram penosamente inadequadas à tarefa proposta. O que não causa espanto. Pois o fracasso na instituição de um "Governo Mundial" sobre a base do modo estabelecido de reprodução do metabolismo social do capital resulta do fato de estarmos diante dos limites absolutos e insuperáveis do sistema do capital em si*.

III.

Essa lógica presente na política destrutiva de Bush e dos EUA é a resultante de quatro elementos *internos*, que se condensaram sob o governo de G.W. Bush:

a) a defesa direta dos interesses monopólicos vinculados ao petróleo, numa era de clara crise energética mundial, em que o Iraque tem papel de relevo pelas reservas de que dispõe;
b) a presença hegemônica dos interesses da indústria bélica nuclear, que estão encastelados e representados no aparato *bushiano*, garantindo os interesses de grandes grupos como Boeing, Raytheon, Lockheed Martin e Northrop Gruman;
c) o Governo Bush é a somatória de delinqüência desmedida dos *falcões* norte-americanos e sua fúria em buscar inimigos que supram as lacunas abertas desde o período do "fim da Guerra Fria".

A propulsão da "guerra justa", desencadeando um irracionalismo extremado, nos remete a Lukács, no apêndice de *Assalto à razão*, que afirmou, em meados de 1950, que os EUA poderiam recorrer ao fascismo e ao nazismo para garantirem sua política ultramonopolista:

> A Constituição dos Estados Unidos foi desde o início, ao contrário da alemã, uma Constituição democrática. E a classe dominante havia logrado, especialmente em seu período imperialista, manter as formas democráticas de modo a preservar, através da legalidade

* I. Mészáros, *Século XXI: socialismo ou barbárie*, Boitempo, 2003.

democrática, uma ditadura do capital monopolista tão vigorosa quanto aquela obtida, por Hitler, através de seus procedimentos tirânicos. As prerrogativas do Presidente dos EUA, o poder de decisão da Suprema Corte em matéria constitucional [...], o monopólio financeiro sobre a imprensa, a rádio etc., os enormes gastos eleitorais, que impedem eficazmente a formação e o funcionamento de verdadeiros partidos democráticos junto aos partidos tradicionais dos monopólios capitalistas, e finalmente o emprego de métodos terroristas, [...], tudo contribui para erigir uma máquina bem azeitada e que pode lograr, de fato, sem romper formalmente com a democracia, tudo aquilo a que aspira Hitler. A tudo isso deve acrescentar a base econômica incomparavelmente mais extensa e mais sólida nos EUA.

E, sempre atento para as várias diferenciações, acrescentou Lukács:

> Faz já muito tempo que o mundo, fora dos EUA, como também os norte-americanos mais perspicazes e honrados, se vêm dando conta de como essa "liberdade democrática" pode ir se convertendo gradualmente em um sistema de coação, sem necessidade de implantar nenhum tipo de mudanças formais*.

Texto *premonitório*, uma vez que hoje a política dos EUA tem claro sentido nazifascista (se compreendida no universo do emergente século XXI), típico da era irracional, involucral, do *espetáculo destrutivo* e da barbárie. Se ainda recordarmos que a caracterização elaborada por Carl Schmitt, jurista oficial de Hitler, para definir o princípio da política externa dos EUA durante o "século americano", era marcada pela *cujus economia, ejus regio***, podemos compreender ainda hoje a pretensão absoluta dos EUA visando à dominação mundial. O que nos leva a sugerir que estamos presenciando a emergência do (novo) fascismo dos EUA, apropriado aos condicionantes econômicos, sociais, políticos, ideológicos e valorativos do século XXI.

* G. Lukács, *El asalto a la razón*, Barcelona, Grijalbo, 1967, pp. 622-623.

** A tal rei, tal economia.

Estes elementos nos permitem indicar que a guerra contra o Iraque é o início de uma profunda fase de instabilidade internacional, dada pela *oposição anti-norte-americana* que se espalha pelo mundo como pólvora, do Oriente ao Ocidente, permitindo, pela primeira vez, que a juventude saia do universo reificado e subliminar do *american way of life*, aumentando significativamente o descontentamento e a repulsa mundial contra os EUA e o seu "modo de vida". E, dessa maneira, contrastando com os *anos dourados* da hegemonia dos EUA no século passado.

No plano econômico, não há nenhuma indicação de que essa política de "guerra justa" reequilibre o desastre econômico decorrente da crise estrutural hoje vigente. E, no plano político, abre-se um novo período de relacionamento (por certo tenso) com os outros pólos da tríade: a Europa (com França e Alemanha à frente), o Japão e os países asiáticos (que demostraram uma vez mais seu servilismo aos EUA) e, em especial, o campo alternativo representado pela China, onde, além do não-atrelamento político evidente, há também o temor de que o domínio dos EUA se veja contraditado pela pujança da economia chinesa que, segundo previsões, em 2020, será cerca de três vezes mais forte que a americana*. O *subimperialismo* britânico é apêndice e demonstra o sentido mais horrendo daquilo que um dia foi jocosamente chamado de "terceira via".

O que permite afirmar que a

> dimensão militar de tudo isso é grave. Portanto não é exagero afirmar – tendo em vista também o poder destrutivo antes inimaginável

* *Sunday Times*, 1 jul. 1999, p. 25, em Mészáros, op. cit.

dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história. Pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região adequada do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade [...] é ao mesmo tempo a forma mais extrema de irracionalidade na história, inclusive a concepção nazista de dominação do mundo, no que se refere às condições necessárias para a sobrevivência da humanidade*.

IV.

Essa lógica belicista coloca-nos sob a batuta de um império central, *imperialista*, que quer impor ao mundo sua (des)razão instrumental e delinqüente, obrigando-nos a ter que escolher entre a *mcdonaldização* do mundo, na melhor das hipóteses, ou a *desertificação do planeta*. Talvez G. Bush sonhe com um mundo de "convivência fraterna" entre ele e as baratas, que seriam as únicas a sobreviver depois de uma guerra nuclear de âmbito mundial. Não seria boa companhia para as baratas...

Mas, contraditoriamente, há elementos novos e favoráveis, neste novo ciclo (e século) que se inicia. Ampliaram-se as lutas sociais antiglobalização e antimundialização, desde Seattle até o recente Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2003, aumentando os descontentamentos contra a *mercadorização* do mundo, sua superfluidade, seu caráter involucral e seu sentido agudamente destrutivo. Ainda que esses movimentos tenham sentido o golpe após a reação norte-americana ao atentado de 11 de setembro, o *slogan* "um outro mundo (socialista) é possível" encontra muita força e propulsão social, ampliando-se significativamente em várias partes do mundo. A explosão de movimentos, atos e lutas sociais *em todo mundo é claro sinal de que uma nova fase de lutas sociais já começou.*

A América Latina também salta claramente da letargia neoliberalizante das duas últimas décadas para as rebeliões e explosões sociais na Argentina, para as recentes vitórias eleitorais e políticas no Brasil e Equador, para a forte resistência popular antigolpista na Venezuela, a luta armada na Colômbia, a rebeldia no México, dentre vários outros exemplos em curso. Talvez se possa dizer que a *internacionalização destas lutas mundiais, globais, é o mais urgente desafio das forças sociais e políticas que se opõem à lógica destrutiva do capital.* E, como desde a Guerra do Vietnã não se presenciavam manifestações tão significativas no interior dos EUA, talvez estejamos visualizando o ressurgimento da oposição em novas bases, em pleno coração do Império. O que poderá marcar, de fato, o início de uma nova era para a humanidade social.

* Mészáros, op. cit.

PARTE 3

Lula e os (des)caminhos do social-liberalismo

O Brasil no século XXI: a vitória de Lula e os desafios da esquerda social*

Finalmente, na recente eleição presidencial de 2002, o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), com apoio das esquerdas brasileiras, sagrou-se vitorioso.

Desde logo é preciso dizer que a vitória do PT de Lula pode vir a significar uma efetiva derrota política do neoliberalismo, que vem afetando, de modo avassalador, pelo menos desde meados de 1980, toda a América Latina. No Brasil, se o neoliberalismo começou com a eleição de Collor, em 1989, foi entretanto no Governo FHC, entre 1994 e 2002, que ele de fato deslanchou. Como em quase toda a América Latina, o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social proliferaram. E no Brasil de FHC não foi diferente.

Eleito em 1994, depois do desastre da fase Collor, FHC conseguiu posteriormente, em 1998, a reeleição. Ficou, desse modo, go-

* Publicado na revista *Asian Journal of Latin American Studies*, Coréia do Sul, vol. XVI, n. 1, 2003, e com pequenas alterações em *Tempo Exterior*, Vigo, Espanha, n. 6, jan.-jun. 2003, e também em *L'Encontre*, Suíça, n. 10, 2002. Em versão bastante resumida, foi publicado em *Proteo*, Roma, Itália, n.1-4, jan.-abr. 2004.

vernando o país por oito anos. Nesse período, o nosso parque produtivo foi enormemente alterado e retraído pela política intensa de privatização do setor produtivo estatal (especialmente na siderurgia, telecomunicações e energia elétrica), o que alterou sobremaneira o tripé que sustentava a economia brasileira (capital nacional, capital estrangeiro e setor produtivo nacional), elevando o binômio integração/subordinação do país ao universo globalizado e desorganizando o padrão produtivo existente nas últimas cinco décadas.

I.

O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 1950 e particularmente no pós-1964, após o golpe militar, estruturava-se de modo bifronte: por um lado, voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., para consumo de um mercado interno restrito e seletivo; por outro lado, desenvolvia uma produção para exportação, tanto de produtos primários como de produtos industrializados de consumo.

Esse padrão de acumulação sustenta-se ainda num processo de baixa remuneração salarial, tendo forte dependência dos capitais externos. Especialmente durante os anos de 1950 e 1970, esse "modelo" desenvolveu-se com muita força.

Foi em meados da década de 1980, ao final da Ditadura Militar, que esse padrão produtivo começou a sofrer as primeiras alterações. Embora em seus traços mais gerais ele se mantenha com esses contornos, foi possível presenciar algumas mutações produtivas, organizacionais e tecnológicas, no interior do processo produtivo e de serviços, num ritmo inicialmente mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais. Foi nesse período que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo

restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização sociotécnica do trabalho.

Iniciava-se, então, o processo de reestruturação produtiva, cujos determinantes foram:

a) a necessidade de as empresas brasileiras adequarem-se às novas regras da "competitividade internacional";
b) as ações das empresas transnacionais que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em alguma medida inspirados no toyotismo e nas formas flexibilizadas de acumulação que se desenvolviam no capitalismo avançado;
c) a necessidade das empresas nacionais de responderem ao avanço do *novo sindicalismo* brasileiro, que procurava estruturar-se de modo autônomo e mais fortemente organizado nos locais de trabalho.

Foi ao longo dos anos de 1990, entretanto, sob condução de um projeto ideopolítico de corte neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu intensamente em nosso país, através da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho etc. Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela relocalização industrial, em que empresas tradicionais, como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, iniciaram um movimento de mudanças geográfico-espaciais.

O Brasil integrava-se à chamada fase da mundialização ou globalização, ampliando enormemente sua dívida externa. Adaptava-se *externamente* ao mundo globalizado e desintegrava-se *internamente*, aumentando significativamente o grau de dependência aos capitais forâneos. Tantas foram as mutações que elas acabariam por causar fortes ressonâncias na vida política do Brasil.

II.

Depois de uma década de forte *desertificação econômica e social*, nas eleições presidenciais em 2002, o quadro encontrava-se muito mais favorável para uma vitória das esquerdas no Brasil, depois de uma década de equívocos decorrentes da aceitação acrítica do Consenso de Washington pelo governo de FHC.

Em sua ação política eleitoral, é preciso dizer, o PT de Lula fez muitas concessões para vencer, aliando-se, além de vários partidos de esquerda, ao Partido Liberal (PL), pequeno agrupamento político de centro-direita. E, ao fazê-lo, houve um enorme constrangimento junto à militância de base do PT, aos movimentos sociais, ao sindicalismo de classe e ao combativo MST. Esta política, vista com forte desconfiança pelas bases sociais, era, entretanto, ditada pelos setores majoritários do PT, sendo considerada inevitável para que a vitória política e eleitoral fosse efetivada.

Vale lembrar que o Brasil é um país dotado de um conservadorismo enorme, particularmente em seus segmentos dominantes e proprietários, dotados de um traço quase *prussiano*, que sempre procuram impedir que as mudanças indispensáveis para o resgate da dignidade da classe trabalhadora venham a ocorrer. Nessa contextualidade, a vitória eleitoral e política de Lula e do PT teve um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de *origem operária*, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder.

Vitoriosa no embate eleitoral, a candidatura do PT e das esquerdas brasileiras terá, entretanto, que refazer e redesenhar sua opção, ao chegar ao poder e, desse modo, também pela primeira vez na história brasileira, buscar efetivamente representar os anseios populares, em todos os seus segmentos, enfim, a totalidade dos que almejam mudanças substantivas e reais, como o MST e outros movimentos sociais, o sindicalismo combativo presente na CUT e nos partidos e movimentos de esquerda.

O desafio maior será desenhar um programa alternativo e contrário ao modelo atual, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas visualizando um horizonte societal distinto e alternativo, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica hoje predominante. E esse avanço somente será possível se estiver alicerçado em um enorme leque de forças sociais oriundas do mundo multifacetado do trabalho (e dos que estão "excluídos" pela lógica destrutiva do capital).

Dentro do redesenho de uma nova política econômica e social, um embate crucial será iniciar efetivamente a eliminação da sub-remuneração (e superexploração) do trabalho, uma vez que o salário mínimo no Brasil, em 2003, é cerca de US$70, degradação salarial que particulariza não só o capitalismo brasileiro como também o latino-americano (além, naturalmente, do asiático, para não falar do mundo africano), *numa divisão internacional do trabalho que penaliza fortemente os trabalhadores do chamado Terceiro Mundo, onde os salários encontram níveis degradantes*, apesar da força e importância do parque produtivo de muitos países, como é o caso do Brasil. E uma política econômica alternativa terá como meta imperiosa a diminuição substancial do desemprego.

Se durante a década de 1970, no auge da expansão do emprego industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total dos trabalhadores na indústria de transformação, na década de 1990 a indústria de transformação absorvia menos de 13% do total da ocupação nacional*.

A partir da década de 1990, com a mudança da dinâmica industrial, antes voltada para o mercado interno e agora com uma "motivação dependente de maior inserção competitiva externa, a

* Pochmann apud Ricardo Antunes, "Global economic restructuring and the world of labor in Brazil: the challenges to trade unions and social movements", *Geoforum*, Notthinham, UK, Pergamon/Elsevier Science, vol. 32, n. 4, p. 453, nov. 2001.

economia nacional começou a conviver, pela primeira vez desde os anos de 1930, com perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura. Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu cerca de 1,5 milhões de empregos no setor de manufatura"*.

Paralelamente à retração do emprego industrial, entre as décadas de 1970 e 1990, os serviços aumentaram em média 50% sua participação relativa na estrutura ocupacional, sendo que em boa medida os empregos foram direcionados para o setor informal, que incorporou parcelas expressivas de trabalhadores sobretudo no comércio, comunicações e transportes. Se na

> década de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo quanto na indústria, atualmente, o aumento do desemprego aberto reflete justamente a incapacidade da economia brasileira em gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho ou que são demitidos dos setores industrial e agropecuário**.

Para que se tenha uma visão comparativa com o volume de desemprego mundial, o Brasil, em 1999, estava em terceiro lugar em volume de desemprego aberto, representando 5,61% do total do desemprego global, sendo que sua População Economicamente Ativa (PEA) representava 3,12% da PEA mundial. Em 1986, o Brasil estava em 13° lugar no desemprego global, representando 2,75% da PEA global e 1,68% do desemprego mundial. Por isso, o Governo Lula terá como um de seus maiores desafios enfrentar tanto a degradação salarial quanto o desemprego. Esse talvez seja o

* Idem, ibidem.

** Idem, ibidem.

desafio mais difícil da nova política econômica alternativa, que terá de ser gestada, se de fato se quiser romper com o neoliberalismo.

Um outro desafio fundamental do Governo Lula será realizar uma reforma agrária ampla e profunda, contemplando os vários interesses dos trabalhadores e despossuídos da terra, que no Brasil estão organizados em torno do MST, atualmente o mais importante movimento social e político do país.

Como existem no Brasil aproximadamentre 4,8 milhões de famílias sem-terra, a luta pelas ocupações tem sido crescente, particularmente desde que o MST começou a estruturar-se em nível nacional. Se, em 1987, 11.849 famílias ocuparam terras no Brasil, em 1997 o total foi de 58.226 famílias. Foi por esse motivo que a questão fundiária voltou como tema central da agenda política do país, o que se pode perceber pelo Quadro 1, que ilustra o avanço da luta pela terra no Brasil.

QUADRO 1

OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL (1987-1997)

ANO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
1987	11.849
1988	10.515
1989	15.665
1990	8.248
1991	14.720
1992	15.538
1993	19.092
1994	20.516
1995	30.479
1996	63.080
1997	58.266

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)*.

* Bernardo Fernandes, "Ocupações de terra e política de assentamentos rurais", *Lutas Sociais*, PUC-SP, Xamã Editora, n. 6, p. 132, 1999.

Outro desafio do Governo Lula será procurar impulsionar o patamar tecnológico brasileiro em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvidas no Brasil, ou buscando a cooperação de países que tenham similitudes com o Brasil. O eixo do avanço tecnológico e científico deverá priorizar o enfrentamento das carências mais profundas da nossa população trabalhadora, como alimentação, saúde, habitação, transporte coletivo etc.

Deverá, ainda, ao construir uma política econômica alternativa, contrapor-se ao predomínio do capital financeiro e limitar as formas de expansão especulativa do capital-dinheiro, incentivando, ao contrário, as formas de produção voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora, para a produção de bens socialmente úteis. As cooperativas, fazendas e assentamentos coletivos organizados pelo MST são exemplos importantes a serem seguidos e aprofundados em todo o país, quando se pensa no universo agrário brasileiro e suas potencialidades.

III.

Nessa fase de enorme rebeldia e de profundas potencialidades em toda a América Latina (como se pode ver na Argentina, com a crescente e crucial rebelião dos desempregados e precarizados, que são quase a metade do país, bem como nos exemplos de Equador, Colômbia, Uruguai, Venezuela, México, entre tantas experiências em curso), o êxito (ou não) do Governo Lula terá um enorme impacto em toda a América Latina, da qual o Brasil se torna um significativo experimento social e político. Por isso, o atual embate político que se trava no Brasil é parte integrante e constitutiva das lutas sociais e políticas da América Latina, pelo resgate de sua dignidade e pela construção de uma humanidade que seja verdadeiramente social.

Caberá ao novo Governo Lula, respaldado, amparado e impulsionado pelo mundo do trabalho, pelos sindicatos, pelas ações de resistência, pelas reivindicações dos movimentos sociais urbanos e rurais, pelos partidos e movimentos de esquerda, caminhar em direção à preservação de conquistas e mesmo avançar na busca de novos direitos, pois há uma nova conjuntura social e política no Brasil e na América Latina que pode permitir novas conquistas sociais e políticas. *Mas isso dependerá, é preciso enfatizar, essencialmente da força e propulsão das lutas sociais oriundas do mundo do trabalho, em seu sentido multiforme e polissêmico.*

Como há uma nova contextualidade sociopolítica no Brasil e na América Latina, ela deve possibilitar novas conquistas sociais, das quais dois exemplos são particularmente importantes: a *luta pela redução da jornada de trabalho* e a *elaboração de uma legislação sindical que garanta a plena autonomia e liberdade sindicais.*

A primeira, a *luta pela redução da jornada de trabalho*, é fundamental quando se pretende realizar uma ação efetiva contra o desemprego. É *um* passo imprescindível e o Governo Lula pode implementá-la, se tiver força, coragem política e base social.

A segunda, a da *autonomia e liberdade sindicais*, deve contemplar as melhores aspirações do movimento sindical autônomo e combativo, buscando uma estrutura sindical independente e fora dos marcos do Estado, sustentada pela base sindical de modo livre e que seja expressão real do nível de avanço da organização e da consciência dos trabalhadores. Como se pode ver uma vez mais, será fundamental para a conquista e o avanço da legislação social e do trabalho no Brasil de hoje a força, mobilização e organização dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e das cidades.

Esses elementos permitem perceber que o Brasil de Lula será um significativo *laboratório social e político* para a América Latina e para tantas partes do universo onde se desenha a esperança de um mundo alternativo.

O pêndulo de Lula*

Se em 1989 Lula e as esquerdas tiveram uma enorme chance de vitória, foi em 2002 que, finalmente, ela veio, depois de um período de grande desertificação social e econômica do Brasil, conseqüência da Era FHC. Foi, neste sentido, uma vitória tardia e em um contexto que combina elementos contraditórios, favoráveis e desfavoráveis. Comecemos pelos últimos.

Se em 1989 se vivenciava a culminância de um forte ciclo de lutas e avanços sociais, iniciada com o nascimento do PT, da CUT e do MST, hoje o quadro é bastante diferente, pois presenciamos um relativo recuo de parcela destas lutas. Foi inclusive esse contexto relativamente adverso que levou o PT a fazer uma série de concessões, inimagináveis em 1989 e agora tidas como necessárias.

Todo esse quadro se complexifica quando sabemos que o contexto econômico e político internacional é de crise global acentuada, com a ampliação da política destrutiva dos EUA e sua arrogância imperial, de que a política de guerra contra o Iraque é exemplar. Com um contexto econômico internacional desfavorável, os limites encontrados pelo PT de Lula são, por um lado, de grande envergadura.

Mas, por outra parte, há elementos novos e favoráveis, neste novo ciclo (e século) que se inicia. Ampliaram-se as lutas sociais antiglobalização e antimundialização, desde Seattle até o recente Fórum Social Mundial de Porto Alegre, aumentando os descontentamentos contra a *mercadorização* do mundo, sua superfluidade, seu caráter involucral e seu sentido agudamente destrutivo. Ainda que esses movimentos tenham sentido o golpe após a reação norte-americana ao atentado de 11 de setembro, o mote "um outro mundo é possível" encontra muita força e propulsão social em Porto Alegre, ampliando-se em várias partes do mundo.

Basta olhar a América Latina para ver que ela transita da letargia neoliberalizante das duas últimas décadas para as rebeliões e explosões sociais na Argentina, para as recentes vitórias eleitorais e políticas no Brasil e Equador, para a forte resistência popular antigolpista na Venezuela, dentre vários outros exemplos. As recentes greves gerais dos trabalhadores italianos e espanhóis, no primeiro semestre de 2002, são outros excelentes exemplos de ação dos trabalhadores e trabalhadoras da União Européia contra a destruição e precarização dos direitos sociais e do trabalho.

É nesse contexto que combina, contraditoriamente, situações adversas e positivas, que o Governo Lula buscará seu caminho. Vitoriosos eleitoralmente, o PT e as esquerdas terão de redesenhar sua opção e buscar uma nova rota para o Brasil, tendo como centro a nova morfologia do mundo do trabalho, em seu caráter compósito e multifacetado, buscando recuperar seu sentido de dignidade e de humanidade.

Talvez pudéssemos então dizer que agora sim passa a valer a metáfora do pêndulo, o que, aliás, nunca ocorreu no período FHC, cujo (des)governo somente soube governar para os salões (finan-

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 fev. 2003, Tendências & Debates.

ceiros e transnacionais). Enquanto, de um lado, os capitais transnacionais (com a aquiescência dócil do que resta dos capitais nativos) puxarão o pêndulo para o centro e para a direita, visando a implementação de políticas em conformidade com seus interesses, sob a batuta do FMI e do BM, de outro lado, o universo multifacetado do mundo do trabalho, através de suas ações concretas pela base, por seus sindicatos, movimentos sociais urbanos e rurais, partidos e movimentos de esquerda, deverão respaldar, amparar, impulsionar e mesmo exigir do Governo Lula a elaboração de programas e de políticas que garantam e ampliem os direitos e as conquistas dos trabalhadores contra a lógica destrutiva dos capitais. Procurarão dar a Lula impulsão social e política para a esquerda.

Podemos exemplificar esse sentido pendular com inúmeros exemplos: a política econômica, que começa de modo pífio e continuísta; a política externa, particularmente no contexto latino-americano, que se diferencia positivamente da fase anódina e falante de FHC; a batalha da previdência, que começa mal e atabalhoadamente; o combate à fome, que oscila entre a justa diagnose da barbárie e o remédio assistencial etc. E, por fim, o giro aéreo do Fórum Social Mundial de Porto Alegre ao *meeting* de Davos, levando Lula a imaginar a construção de uma ponte social intercontinental para a qual não há engenharia possível.

Um último exemplo, o da legislação trabalhista, pode ilustrar ainda melhor a disputa que se instaurou no Governo Lula: os capitais globais exigem dos governos nacionais a flexibilização da legislação do trabalho. O Governo Lula cederá às exigências dos capitais, precarizando ainda mais a nossa classe trabalhadora, ou avançará em direção a um código do trabalho que preserve e avance na conquista de novos direitos sociais do trabalho?

Passada sua fase de encantamento pós-eleitoral, com o afloramento das adversidades e confrontações de fundo, o Governo Lula terá de mostrar de que lado o pêndulo está. A idéia midiática e falaciosa do pacto social pode vigorar por um certo período. Mas

as forças econômicas, sociais e políticas em disputa tenderão a esgarçá-la rapidamente. Aí, então, será o grande teste do governo do PT. E esse será o pêndulo de Lula.

Salário mínimo: dignidade do trabalho ou continuidade do arrocho?*

Quase completados os emblemáticos *cem dias de governo*, ainda não temos nenhum elemento substantivo para responder categoricamente se o Governo Lula será o fim retumbante do nefasto neoliberalismo da fase FHC e, conseqüentemente, o início de uma nova e auspiciosa fase, *para a qual tantos lutamos*, ou se será uma continuidade (abrandada ou intensificada) daquele período de desertificação social e política do país. Podemos até dizer que, se os *cem dias* são sintoma de algo – e por certo o são –, o começo não é nada bom.

Não será difícil fazer um juízo ponderado e conclusivo, no seu devido tempo, uma vez que, *em alguns pontos cruciais*, as diferenças ou serão profundas, ou teremos perdido uma monumental oportunidade de *transformar* o Brasil. Os pontos podem claramente ser enumerados: qual será a nossa política econômica alternativa? Como realizaremos a desmontagem da dependência estrutural ao

* Publicado no jornal *Brasil de Fato*, São Paulo, 6-12 abr. 2003.

FMI e congêneres? Como enfrentaremos a brutal concentração da terra? Como recuperaremos o sentido público e social de várias atividades estatais privatizadas? Qual legislação social e sindical será consolidada, a dos capitais globais ou aquela que interessa ao mundo do trabalho?

Quais serão os mecanismos definidores da política salarial: as necessidades do povo que trabalha, buscando o resgate de sua dignidade, ou os "temores" do "risco-Brasil"? Honraremos todos os acordos com as instituições internacionais garantidoras do mundo destrutivo, ou *não terá chegado a hora de honrar nosso projeto com os homens e as mulheres trabalhadoras e despossuídas, que não têm mais nada a perder*? Será que, nesse país, só são validados os acordos com os "de cima"? Ou será que não chegou a hora de validar os compromissos com "os de baixo", como gostava de escrever Florestan Fernandes? Será que não está na hora de alterar – ou, pelo menos, começar a alterar – as engrenagens e os mecanismos da dominação?

É aqui que a questão salarial – e, em particular, a definição do *salário mínimo* – é um ponto crucial, definidor, da *cara do governo*.

O "modelo econômico" que se vem desenvolvendo no Brasil, desde há muito tempo, estrutura-se com base no que Lula chamou, em meados de 1970, com lucidez singular, de *arrocho salarial*. Além do *arrocho*, ampliava-se cada vez mais a dependência em relação aos capitais financeiros externos. Dessa engrenagem resultou um monumental endividamento interno e externo que hoje sufoca e constrange o país. E maior se torna a necessidade, dentre tantas outras dimensões, do capital e seu Estado, em *preservar o arrocho salarial*, isto é, a manutenção de um salário que degrada a força de trabalho brasileira. Para deleite dos capitais transnacionais e nativos.

Foi por isso que, saudando as greves metalúrgicas do ABC Paulista, Lula afirmou, com tanta força, em plena Ditadura Militar, quando sua liderança começava a torná-lo o mais importante líder operário da nossa história, que o "arrocho salarial fez com que a

classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas" (depoimento de Lula em *História imediata*, n. 2, p. 56).

Dos militares a Collor, de Sarney a FHC, *a política do arrocho salarial manteve-se intocada*, combinando salário degradante e degradado, um dos mais baixos da América Latina, absurdo quando se sabe que o Brasil está entre as grandes economias do mundo, além de ser a maior na América Latina.

Para que se tenha uma idéia da degradação do salário mínimo, segundo os cálculos do DIEESE, o salário mínimo deveria ser, hoje, de R$1.399,10, quase *sete vezes mais que o atual*. Esse cálculo leva em conta tão-somente as necessidades básicas da classe trabalhadora: alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, transporte, higiene, previdência e lazer. Ou será que a classe trabalhadora não deve merecer descanso com dignidade?

Vale lembrar que, desde sua criação, em plena ditadura getulista, nos anos de 1930, o salário mínimo fora concebido como salário "biológico" ou "vital", soma das despesas diárias de um trabalhador adulto, considerando-se parcela dos itens mencionados. O *pai dos pobres* aproximava o salário mínimo *ao estritamente necessário para a reprodução da força de trabalho*. Era um mecanismo para alavancar a acumulação industrial em expansão, depreciando a remuneração da força de trabalho.

Sabemos o legado que o Governo Lula herdou do desastre da Era FHC. Sabemos dos inúmeros constrangimentos que o país enfrenta. Sabemos também que uma arrumação da casa é necessária, é mesmo o primeiro passo. O povo brasileiro tem grande sapiência e, com esperança, desalojou o tucanato encastelado no Planalto. Dará *tempo ao tempo*, como se diz na fala popular. Sabe que poucos têm a história, a trajetória e a dignidade, forjada junto ao povo trabalhador, de Lula. Mas espera sinais claros, límpidos, do alvo que se quer atingir. E estes estão tardando muito a aparecer... e às vezes até aparentam uma certa continuidade do Governo FHC. Por isso não é demais perguntar: o salário mínimo de R$240 está começando a resgatar a *dignidade do trabalho* ou é uma continuidade do arrocho?

Algumas razões de fundo para impedir a (contra)reforma da (im)previdência*

Quais são as razões de fundo para que a *reforma da previdência* do Governo Lula seja combatida?

Primeiro, nós não estamos à frente de uma reforma da previdência com sentido *universal e público*, que crie condições reais para que a população trabalhadora brasileira tenha uma previdência digna para todos. Nós estamos, na verdade, diante de uma *contra-reforma da imprevidência*, de conteúdo fiscalista, que tira dos funcionários públicos para transferir recursos para o sistema privado de previdência, dos fundos de pensão, que de fato vão lucrar muito com essa proposta. Trata-se, portanto, de uma reforma privatista e que incentivará o sistema financeiro do país, imaginando com isso alavancar o capitalismo brasileiro, *associando sistema financeiro, sindicatos* e *fundos de pensão*. Por isso os bancos estão tão felizes com o início do Governo Lula.

* Publicado no jornal *Brasil de Fato*, 14-20 ago. 2003 e no *Caderno* ADUNICAMP, Campinas, Associação de Docentes da Universidade de Campinas (ADUNICAMP), out. 2003.

Uma verdadeira reforma da previdência, universal e pública, que beneficie milhões de trabalhadores do mundo privado, que incorpore cerca de 40 milhões que se encontram na informalidade, que não seja privatista, *teria que partir da experiência pública existente no Brasil*, torná-la mais equânime e mais justa, eliminando as distorções dos altos salários em benefício de *uma ampliação da previdência pública para todos, sem fundos privados de pensão*, que, freqüentemente, como estamos vendo nos Estados Unidos, na Argentina e também no Brasil, quando entram em falência, prejudicam os pensionistas, que ficam sem nada. Essa seria a verdadeira reforma da previdência, que se esperava do Governo Lula e que somente poderia ser feita *junto* com os funcionários públicos, aproveitando sua experiência, acreditando no sentido social dos sindicatos e dos trabalhadores públicos, numa reforma que resultasse de uma profícua e positiva discussão.

Segundo, temos no mundo hoje uma situação explosiva de desemprego. A população que trabalha é de aproximadamente 4 bilhões de pessoas. Quase um terço delas, entretanto, se encontram precarizadas, realizando trabalhos parciais, temporários, e uma parcela grande está vivenciando o desemprego estrutural. No Brasil, a força de trabalho no chamado mundo da informalidade amplia-se a cada dia e hoje está próxima de 60% do total de trabalhadores(as).

Qualquer governo de esquerda que queira diminuir efetivamente o desemprego, que pretenda avançar na busca da dignidade humana, atuaria visando a *redução da jornada e do tempo de trabalho*, como reivindicam os trabalhadores e os sindicatos em todo o mundo. O que é que esta *(contra)reforma da (im)previdência* nos está impondo? É o contrário, é a ampliação do tempo de trabalho. *As classes trabalhadoras devem trabalhar mais tempo, as mulheres devem trabalhar mais tempo, os homens devem trabalhar mais tempo, de modo que o desemprego aumente, e os lucros que decorrem dos investimentos da previdência aumentem.*

Terceiro, é muito importante afirmar que lutar contra a reforma da previdência não é uma ação corporativista. Desmontar a di-

mensão pública (*res publica*) do Estado, desmontar a educação, a previdência, a saúde, a escola e a universidade públicas *afeta diretamente a população assalariada pobre que não pode pagar pelos serviços privatizados*. Por isso lutam hoje também os trabalhadores na França, na Áustria, na Espanha, na Itália, em todas as partes onde políticas controladas pelo FMI estão sendo impostas e querem destruir os serviços públicos.

É fundamental que o movimento dos funcionários públicos, aliado a outros setores importantes dos movimentos sociais que serão prejudicados, impeçam, do modo como for possível, este desmonte dos direitos e da previdência pública. E se preparem para outros embates que virão, como a luta contra a flexibilização da legislação social do trabalho, contra a autonomia do Banco Central e contra a anexação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pela reforma agrária profunda, dentre outras, pois somente com pressão e luta social, só com manifestação popular é que se progredirá na oposição às "reformas neoliberais" e se avançará em direção às verdadeiras reformas sociais.

A vingança inesperada da história*

1989: fim da União Soviética. *"There is no alternative"*, a máxima de Margaret Thatcher, repetida por Gorbachev, parecia enfim se realizar. A apologética de Fukuyama também parecia finalizar-se: o admirável mundo do mercado, enfim, tornava-se o "fim (máximo) da história".

1999: a batalha de Seattle, nos EUA, mostrava um *outro mundo* em ebulição. No coração do mercado mundial, muitos norte-americanos se rebelavam. Seguiram-se os confrontos em Nice, Praga, Gênova, Florença, os encontros do Fórum Social Mundial, entre tantos outros exemplos dos inúmeros descontentamentos globais. Dois anos depois, desmoronavam as torres do World Trade Center. Não contavam, os apologetas, com a vingança da história. E ela tem sido impiedosa!

É aqui que reside a força do recente livro de Emir Sader, com

* Publicado no jornal O *Globo*, 27 set. 2003.

o título *A vingança da história**. Dotado de vasto domínio sobre o que se passou no breve século XX, Sader percorre os últimos cinqüenta anos para mostrar como ele foi sendo tecido e moldado. Procura compreender algumas de suas mazelas, em especial o que denomina "a miséria da teoria", com seu corolário, "a miséria da política".

Na primeira parte do livro, o objetivo maior é entender como se desenhou o domínio americano e seu *american way of life*. Analisando os principais episódios históricos, desde a Segunda Guerra Mundial até a recentíssima guerra contra o Iraque, Sader procura reconstruir o sentido atual do império norte-americano e compreender suas (novas) estratégias.

Sua tese central é a de que se vem desenvolvendo no interior dos EUA uma *nova doutrina estratégica*, criada pelos republicanos desde o período de oposição ao Governo Clinton, e que é resultado da confluência de dois grandes movimentos: o primeiro deles seria pela *economia* dos EUA, que viu acentuar nos últimos anos seu ciclo recessivo, e que tem a enorme necessidade de encontrar ancoragem no mercado mundial para transferir parte significativa dos ônus da crise; o segundo movimento seria pela necessidade de preservar, a qualquer preço, seu *domínio e sua hegemonia militares* particularmente nesse período crítico.

Para que se tenha um exemplo desse domínio, basta lembrar que, enquanto a Europa gasta cerca de 7 mil dólares por soldado em pesquisa militar, os EUA gastam quatro vezes mais, 28 mil dólares. Se a esse domínio econômico e bélico acrescentarmos o potencial dos meios de comunicação e a indústria do entretenimento, da qual a *mcdonaldização* do mundo é exemplo, chega-se à compreensão do significado real do hegemonismo global que os EUA vêm exercendo no mundo hoje.

Desde o fim da União Soviética, os novos inimigos encontram-se em outra parte:

* *A vingança da história*, São Paulo, Boitempo, 2003.

> A nova doutrina imperial norte-americana adota as teses de Huntington para interpretar o significado dos atentados de 2001, retomando expressões como "uma nova cruzada" e "eixo do bem contra o mal", sob um claro pano de fundo de criminalização do islamismo e de caracterização das sociedades árabes contemporâneas [...] como novos modelos de regimes totalitários. Reatualiza-se assim o modelo que tantos ganhos trouxe para os Estados Unidos na luta contra a União Soviética, da oposição entre democracia e totalitarismo, com o "terrorismo" substituindo a "subversão", atribuída aos partidos comunistas e aos movimentos guerrilheiros do período histórico anterior.

Por isso, para o autor, não foram os eventos arrebatadores de 11 de setembro os responsáveis pelo *novo curso*, mas as tendências que já estavam sendo sinalizadas desde o período anterior.

Ainda na primeira parte do livro podem-se encontrar indicações sobre a *política alternativa* da China, que tem papel relevante na geopolítica mundial e é, por certo, uma pedra no sapato do *dominium* dos EUA. A China é descrita como fortalecida por um exército humano monumental e que, desde 1991, vem se modernizando e se profissionalizando significativamente, como indica o documento militar escrito por Qiao Liang e Wang Xiangsui, datado de 1996, e que representa um novo momento da estratégia político-militar chinesa.

Há ainda um sugestivo balanço das experiências do Fórum Social Mundial. Se a sua maior positividade é ser o mais importante *locus* de encontro dos multiformes e polissêmicos movimentos de oposição social à desordem mundial – o que configura sua enorme força e propulsão sociais –, sua maior debilidade transparece, segundo o autor, na relativa ausência de uma compreensão mais apropriada da importância da *força política* necessária para o enfrentamento das batalhas em curso do mundo contemporâneo.

Nas duas partes seguintes do livro, Sader traça, respectivamen-

te, um balanço da América Latina e do Brasil, fazendo-o sempre de modo bastante articulado com o cenário internacional (ricamente) construído. Mostra o complexo evolver latino-americano nas últimas décadas, suas mais distintas experiências, da Revolução Cubana ao desastre chileno em 1973, passando pelos casos argentino, mexicano, boliviano etc. Mostra a devastação que o neoliberalismo causou na América Latina, particularmente na década de 1990, por meio da financeirização da economia e da precarização das condições de trabalho, para, por fim, desenhar os distintos cenários que estão abertos na contextualidade latino-americana, com base nas vitórias obtidas por Hugo Chávez, Lucio Gutiérrez e Lula.

E é aqui que o Brasil se torna o *novo laboratório* para a América Latina. Vitoriosa a oposição, depois de três tentativas derrotadas, o Brasil de Lula encontra-se na encruzilhada. O enigma a ser desvendado pode ser assim sintetizado: será a fase pós-FHC uma continuidade mais ou menos abrandada do neoliberalismo tucano ou, ao contrário, estaríamos agora em condições de presenciar um novo ciclo alternativo, antineoliberal, com um sentido mais humano e societal?

Se tomarmos os seis primeiros meses do Governo Lula, parece que o continuísmo e o pessimismo estão ganhando a peleja. Mas sempre há, num país como o Brasil, muita força e otimismo que afloram da nossa população trabalhadora, o que ainda poderia gerar uma reversão do quadro, abrindo para uma expectativa mais alvissareira. Emir Sader, corajosamente, faz sua aposta. Combinando grande domínio da contextualidade histórica mundial e latino-americana com forte poder de síntese, elege, numa linguagem clara, límpida, alguns dos principais desafios do atual governo. Se Lula não os enfrentar, poderemos ter uma outra *vingança inesperada da história*: a de ver uma esquerda, herdeira de uma enorme expectativa, no Brasil e em tantas partes do mundo, sucumbir à máxima thatcheriana em pleno século XXI.

O flagelo do desemprego no Governo Lula*

Estamos iniciando o segundo ano do Governo Lula. O que temos para comemorar?

O desemprego ampliou-se, a perda salarial vem corroendo ainda mais as condições de vida já degradadas dos trabalhadores. Em vez de iniciarmos uma nova era, de desmontagem do neoliberalismo, atolamos e chafurdamos na continuidade do nefasto projeto de desertificação social e política do país, iniciado por Collor, desenvolvido por FHC e agora mantido pelo governo do PT. Consolida-se, mais uma vez, o triste processo de cooptação do que de melhor as classes trabalhadoras criaram nas últimas décadas. É constrangedor presenciar, num governo recrutado no mundo do trabalho, tanto desemprego, tanta precarização, tanto destroçamento social. E tanto deslumbramento!

A política econômica, por exemplo, é de destruição do mundo produtivo, em benefício dos capitais financeiros, reiterando vergonhosamente a dependência aos ditames do FMI. A desuma-

* Publicado no jornal *Brasil de Fato*, 19-25 fev. 2004.

na concentração da terra mantém-se intacta e aumentam os assassinatos no campo. O sentido público e social do Estado está sendo, passo a passo, desmantelado. A maior virulência praticada pelo governo do PT foi o desmonte da política de previdência pública e sua privatização boçal. A política dos transgênicos curvou-se e cedeu às transnacionais, como a Monsanto (que bem poderia ser alcunhada de *Mondiabo*). A ação perante a ALCA, que deveria ser de clara oposição e confronto, é dúbia e tímida, muito aquém do que seria de esperar de um governo democrático e popular.

Se isso já não bastasse, Lula acaba de defender a flexibilização das leis do trabalho, como os capitais transnacionais estão exigindo. A política salarial está ao sabor do que poderia ser chamado de *governo contingente*: corte brutal na educação, saúde e previdência públicas, no salário mínimo, paralelamente ao pagamento desmedido e servil dos juros da dívida. Ou seja, o melhor dos mundos da especulação, responsável por uma política econômica tão desmesurada que mereceu recentemente a crítica de George Soros, esse saqueador da era global. Tudo para controlar o "risco-Brasil" e agradar aos mercados internacionais.

Não é difícil perceber que essa política vai soçobrar na primeira crise internacional mais profunda e aí não sobrará mais nada, nem a nefasta manipulação da era de Duda Mendonça. Enquanto isso, o tucanato está dando gargalhadas, uma vez que Lula está indo além de FHC no projeto de desmonte do país.

Outra conseqüência das mais negativas desse quadro é o desemprego, que é explosivo no Brasil, ultrapassando os níveis de 20% em São Paulo e em outras capitais. Há bairros em São Paulo onde as taxas de desemprego ultrapassam 70%. E Lula, da fase *paz e amor*, nos diz que podemos dormir tranqüilos que esse ano será muito bom...

Se quisermos enfrentar o desemprego (o que, em minha opinião, não mais podemos esperar do governo do PT), teremos que combater tanto seus elementos *estruturais* quanto os *conjunturais*, que

estão na sua raiz. Como o objetivo basilar das empresas é acumular capitais, a qualquer preço, isto as leva a produzir suas mercadorias com um número cada vez menor de trabalhadores, obtendo, desse modo, um aumento de produtividade e de lucros. O resultado é transparente: quanto mais "moderna" é a empresa, maior é o desemprego. Ou se combate essa lógica, ou se torna parte dela e aí não há alternativa. O Governo Lula, contra toda trajetória anterior de resistência em defesa dos trabalhadores, fez sua opção pela segunda alternativa.

Além dessa causa estrutural, há outro elemento central, mais conjuntural, responsável pelo desemprego: as políticas econômicas vigentes (e o Brasil não é exceção) seguem o receituário neoliberal, imposto pelo FMI, pelos EUA e pelos capitais financeiros. O resultado é o aumento do desemprego em praticamente todas as partes do mundo, além da criação de uma monumental sociedade dos precarizados e dos chamados "excluídos", situação em que o Brasil é campeão.

Para combater o desemprego, seria necessário avançar na elaboração de uma política econômica alternativa, contrária ao neoliberalismo, cujos pontos centrais podem ser resumidos: primeiro, a eliminação da superexploração do trabalho, iniciando por uma política de salário mínimo que resgatasse em alguma medida a dignidade dos trabalhadores; segundo, a realização de uma reforma agrária ampla e profunda que desmontasse a estrutura altamente concentradora e elitista da propriedade da terra; terceiro, contrapor-se corajosamente à hegemonia do capital financeiro e especulativo, incentivando as experiências de produção voltadas para a produção de valores de uso, coisas úteis e socialmente necessárias; quarto, recuperar o sentido público, coletivo e social das atividades estatais, contra a lógica privatista que se encontra em vigência desde o Governo Collor.

Há, por fim, ainda uma outra bandeira central: a luta pela redução da jornada de trabalho, *sem redução de salário*. A redução da

jornada de trabalho certamente não eliminará, num só golpe, o flagelo do desemprego, mas poderá minimizar seus efeitos devastadores sobre a classe trabalhadora. Se esses pontos fossem minimamente iniciados, poderíamos ter presenciado uma real redução do desemprego no Brasil em 2003. Ele, entretanto, somente se acentuou, porque a política econômica e o projeto político do PT, que se estão consolidando, caminham na direção do nefasto *social-liberalismo,* que é tão neoliberal quanto profundamente anti-social.

No começo do ano passado, aqui mesmo em *Brasil de Fato,* perguntávamos se, com o início do Governo Lula, não teria chegado a hora de honrar os compromissos com as classes trabalhadoras, com os assalariados do campo e das cidades, que fazem a riqueza do país e que dela não participam nem nas suas sobras. Pelo que se pode ver neste primeiro ano do governo do PT, é triste constatar, os "de cima", as classes dominantes, continuam melhor do que estavam, enriquecendo-se com os juros altos e a especulação, e "os de baixo", nosso povo trabalhador, continua pagando uma conta brutal, pela qual nunca foi responsável.

O tucano e o ornitorrinco*

No começo dos anos de 1970, em plena Ditadura Militar, em sua face mais tenebrosa, marcadamente terrorista, sob a batuta de Médici, todos que estudávamos e líamos o que conseguia ser publicado nestes cantos ficávamos esperando pela fornada crítica que por vezes saía, burlando a censura. Livros e textos que trouxessem pistas capazes de nos auxiliar na compreensão da *questão brasileira.*

Foi, pois, com enorme impacto que pudemos ler, naqueles anos, o seminal *Crítica à razão dualista,* de Francisco de Oliveira, publicado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que *na época* era um dos principais escoadouros do que de melhor se produzia no espaço acadêmico fora das universidades, pois estas encontravam-se sob intervenção (direta ou indireta) das forças repressoras. Chico de Oliveira, na linhagem da nossa incipiente (porém melhor) *economia política,* em confluência com a *teoria social* que aqui se desenvolvia, seguia os passos abertos por Caio Prado Jr., Florestan

* Publicado no *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 27 dez. 2003, Idéias.

Fernandes e, claro, seu mestre Celso Furtado, para citar os mais relevantes. E dava-lhes sugestiva e rica continuidade.

Seu endereço crítico era o *pensamento cepalino*, em particular os seguidores do *dualismo*, que binariamente separavam o *atraso* do *moderno*, o primeiro, entendido como um entrave ao avanço do segundo. Mergulhado no que de melhor existia entre nós, nas trilhas da dialética, Chico desmontou o esquema binário e dual e nos ofereceu uma compreensão *totalizante e contraditória* da análise brasileira, mostrando que o *atraso* era não um entrave, mas *condição* para a reprodução ampliada do *moderno*. Contrariamente, de um lado, ao *esquematismo* que também prevalecia na esquerda brasileira *pecebista*, também prisioneira do dualismo (com as conhecidas exceções, como a exemplar de Caio Prado Jr.), mas também contra o *politicismo* que tinha sua origem em certa ciência política de matriz liberal, Chico de Oliveira redesenhava o *sentido* de nossa industrialização sob o getulismo, bem como o papel de centralidade do Estado nesse processo. Com o foco fertilmente calibrado, tanto no movimento antitético da *economia política*, quanto na configuração dos *embates e das lutas entre as classes em disputa*, no espaço da *política*, nosso autor descortinava, nesse belíssimo texto de síntese, alguns enigmas do *caso brasileiro*. Se é impossível neste espaço mencioná-los todos, alguns são imprescindíveis.

Primeiro, a *Crítica* desnudava a articulação complexa entre o *moderno* e o *atraso*, a *cidade* e o *campo*, o *urbano* e o *rural*, a *indústria* e a *agricultura*, sendo que o primeiro, o mundo das cidades, dependia da *sucção* do segundo para sobreviver. O mesmo se dá com sua análise do *terciário*, enormemente inovadora: seu aparente inchaço, quase como o peitoral do *ornitorrinco*, é antes funcional ao sistema de acumulação do que seu antípoda. Não tem nada de *marginal* nem de *dual*.

Variante quase assemelhada (mas também um pouco distanciada) da chamada *via prussiana* ou da *revolução passiva*, nossas classes dominantes, em seu *ir-sendo*, por razões genético-estruturais, *leopardianamente*, quando davam *dois passos a frente, o faziam dando sempre um passo*

para trás. Avançavam e tropeçavam, alavancavam e atolavam, realizando sua *conciliação pelo alto*. Sem sobressaltos. Sempre excluindo qualquer participação efetiva das classes trabalhadoras. Seja através de *movimentos*, como o Republicano de 1889 e o chamado apologeticamente de "Revolução de 30", ou pelos *golpes*, diretos e bruscos, como o do Estado Novo em 1937 ou a Ditadura Militar em 1964, para lembrar os piores.

Segunda idéia: o papel central que a legislação getulista do trabalho teve como alavanca do processo de industrialização e de acumulação, transcendendo a análise *politicista* (quase sempre presente na obliterada, equívoca e elástica *teoria do populismo*) que entendia freqüentemente as formas da dominação burguesa e, portanto, da *política*, desconectada da *anatomia da sociedade civil*. Erro analítico que levou a enormes descaminhos teóricos e políticos, de que foi exemplo o Governo FHC. Se a industrialização era necessária para o salto brasileiro, a legislação social do trabalho, em particular no que concerne ao *salário mínimo*, teria de nivelar *por baixo* o custo de reprodução da força de trabalho. Com a aparente *fisionomia* do *pai dos pobres*, Getúlio foi a *fotografia* de corpo inteiro da nossa burguesia, foi seu máximo de *consciência possível*, burguesia ao mesmo tempo arrogante e matuta. Que se imagina na plena fruição do *sonho americano*, mas que vivencia de fato a dominação *mundana* e *prosaica* ancorada em nosso passado escravista, senhorial e colonial. Cara dominante do nosso *ornitorrinco*.

Com essa lembrança, passamos do texto *seminal* para o *ensaio animal* (*O ornitorrinco*) que completa o livro citado, diga-se, em belíssima edição (*Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*, Francisco de Oliveira, São Paulo, Boitempo, 2003). Ele é o correspondente da *Crítica à razão dualista* para a era da *mundialização dos capitais*, da financeirização do capital-dinheiro e da brutal precarização do trabalho. É o *ensaio típico*, que remove nossa história recente daquilo que venho denominando *a era da informatização na época da informalização*. Avanço tecnocientífico, era do mundo digital, quase espectral, pre-

so a um pêndulo que tenta (mas não consegue) se descolar do caráter *perene* presente no *trabalho*, mas que tende cada vez mais para a *superfluidade limite do trabalho*, amantes que são, os capitais, do *trabalho morto*, e avessos à forma (potencialmente rebelde) do *trabalho vivo*.

Mas, afinal, o que é o ornitorrinco brasileiro? A resposta é dada pelo autor: ele é

> altamente urbanizado, conta com pouca força de trabalho e população no campo, nenhum resíduo pré-capitalista e muito *agrobusiness*. Um setor industrial da segunda Revolução Industrial completo, avançado, amplificado pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB, cerca de 9% em 1998, quando economias que são o centro financeiro do capitalismo globalizado tem taxas muito inferiores... É a descrição de um animal cuja "evolução" seguiu todos os passos da família! Como primata ele já é quase *Homo sapiens*! [pp. 132-133].

Como a *Crítica*, *O ornitorrinco* é uma coleção explosiva de novas idéias, para um autor crítico e insubmisso, dos poucos, neste canto do mundo, que pensa a humanidade como uma *construção societal que pode e deve ser desmercadorizada*. Autor dotado de uma verve intelectual invejável (e que encontra similares *pelo avesso* no cume do poder e de seus desmandos), ancorado num marxismo vivo, renovado e exasperadamente criativo que, por isso, justamente acaba de ganhar o *Prêmio Homem de Idéias* 2003.

No ornitorrinco brasileiro, diz Chico de Oliveira, há uma *nova classe* que ascendeu ao poder com o Governo Lula. Ela não é, entretanto, a classe trabalhadora que, afinal, teria chegado ao paraíso... Embora ela tenha sua origem em antigos trabalhadores e proletários do passado recente, muitos deles *ex-cutistas*, estes transformaram-se, ao longo desse último decênio, em *analistas simbólicos* que chegaram à fonte da mina, aos fundos de pensão, à gestão das estatais, à definição de quem se vai beneficiar dos Fundos de Amparo ao Trabalhador (FATs), fundos que hoje aproximaram tanto (outro traço do ornitorrinco) a CUT da Força Sindical. No Governo FHC, eles eram os *doublés* de banqueiros, núcleo duro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como diz Chico. No PT (e há aqui uma clara continuidade) eles são os novos operadores dos fundos de previdência. Aliás, é por esse veio analítico que também se pode compreender a virulência com que o Governo Lula impôs a (contra)reforma da (im)previdência, levando os banqueiros ao universo catártico, sem nem mesmo precisar do circo..., enquanto a política econômica servil do Governo Lula desertifica ainda mais o nosso solo social, ampliando o desemprego e a miséria.

Como nos ensina o mestre Aurélio, o ornitorrinco é um animal mamífero, que apresenta bico de pato e um só orifício urogenital (cloaca). É ovíparo, constituindo uma forma de transição entre reptis e mamíferos, oriundo da Austrália. Fica difícil não fazer a seguinte pergunta: se o PSDB tinha o pomposo *tucano* como logotipo colorido, na era da empulhação das marcas, será que o *new* PT, *dudiano*, esse *animal político* em constante mutação, que tem o que de mais avançado existe no mercado do *marketing político*, encontrou afinal, vindo da Austrália, seu verdadeiro símbolo animal, o ornitorrinco?

A trajetória (e a tragédia) do PT*

O PT parece finalmente completar seu ciclo e chegar à maioridade política: nascido no seio das lutas sociais, sindicais e da esquerda do final dos anos de 1970, o jovem partido surgia, então, sob o signo da recusa, tanto do "socialismo real" quanto da social-democracia, sem migrar para o capitalismo. Sua força e vitalidade decorriam do forte vínculo com os movimentos e as forças sociais do trabalho. A década de 1980, que tantos consideram a "década perdida", para o mundo do trabalho foi um período de criação e avanço. Bastaria lembrar que ali floresceram, além do PT, da CUT e do MST, uma pletora de movimentos sociais e sindicais, dos campos e das cidades, que irrompiam pela base, questionando nossa trajetória quase *prussiana*, autocrática, cujos estratos "de cima" expressavam um universo burguês ao mesmo tempo agressivo e medroso, elitista e insensível.

Nos anos de 1990, a década da desertificação neoliberal em nosso país, uma tormenta abateu-se sobre o nosso mundo do trabalho e em seus núcleos orgânicos. Tivemos privatização acelerada, informalidade descompensada, desindustrialização avançada e financeirização desmesurada. Tudo conforme ditava o figurino global. Se Collor foi um bonapartista aventureiro, fonte inesgotável de irracionalidade, com FHC e sua racionalidade acentuada o país descarrilou nos trilhos do social-liberalismo, eufemismo designado aos socialistas e socialdemocratas que praticam o neoliberalismo.

O PT sofreu essa tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e deixando de se calibrar pelo termômetro social. De partido de esquerda *contra a ordem* foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido *dentro da ordem*. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu *transformismo*, enquanto o país também se modificava. No apogeu da fase da mundialização e da financeirização do capital-dinheiro, do avanço tecnocientífico, da propriedade intelectual, do mundo digital e quase espectral, onde tempo e espaço se convulsionam, o Brasil vivenciava também uma desmesurada mutação do trabalho, alterava sua polissemia, da qual a fragmentação, individualização, informalidade, precarização e o desemprego são expressões. Ingressamos, então, na triste simbiose resultante da *era da informalização* em plena *época da informatização*.

Quando, finalmente, Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. Ao contrário da potência criadora das lutas sociais da década de 1980, o cenário era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas em meio a tanta desertificação social. A eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos. O segundo estava desertificado enquanto o primeiro havia se desvertebrado.

Por isso, a política que o governo do PT vem implementando,

* Publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, 11 abr. 2004, Tendências & Debates.

desde sua primeira hora, é em parte continuidade de seu transformismo e sua conseqüente adequação à ordem e à institucionalidade. Mas, é preciso acrescentar que a intensidade da subordinação e da sujeição ao financismo, ao ideário e à pragmática neoliberais, deixaram estupefatos até seus mais ásperos críticos. Enquanto isso, o tucanato e o Partido da Frente Liberal (PFL) transitaram, da surpresa inicial, ao constatarem que o PT no poder é o antípoda do PT na oposição, para um segundo e atual momento, de escárnio e crucificação. O episódio Waldomiro, do núcleo íntimo do poder, era o que faltava, fazendo até a lendária revista britânica *The economist* lembrar que o *halo* do governo do PT estava *empanado* (*The economist*, 21 fev. 2004).

Encantado com o mundo palaciano, agindo como paladino do neoliberalismo, embalado pelas músicas de Zeca Pagodinho, o governo do PT mantém uma política econômica que aprofunda a sujeição, amplia o desemprego e a informalidade do trabalho, além de estancar a produção em benefício dos capitais financeiros. Sua postura em relação aos transgênicos curvou-se e cedeu às transnacionais e sua ação contra a previdência pública foi a visceral e completa negação de todo seu passado, gerando frenesi e catarse junto aos novos operadores e "analistas simbólicos" dos fundos de previdência que vislumbram, sob a batuta do PT, a feliz confluência do mundo financeiro com o sindicalismo de negócios.

Mas num ponto o Governo Lula mostrou-se muito mais competente que o de FHC: com a experiência de décadas acumulada, o PT no poder colocou, pela primeira vez na história recente do país, com capacidade inaudita, os trabalhadores privados contra os trabalhadores públicos. Se não fosse trágico, poder-se-ia acrescentar que o partido que nasceu (com o perdão da palavra) na *luta de classes* se converteu no partido que incentiva a *luta-intraclasse*. Claro que para tanto foi necessário repetir a história anterior, dos "processos e depurações", que levou o PT dominante a expulsar a coerência para preservar a subserviência. O mais exitoso e pluralista

partido de esquerda das últimas décadas, que tantas esperanças provocou no Brasil e em tantas outras partes do mundo, chega, neste início de século e milênio, assemelhado ao New Labour da velha Inglaterra.

Francisco de Oliveira recorreu ao ornitorrinco para retratar a tragédia brasileira. Oriundo da Austrália, o monstrengo tem bico de pato, é ovíparo, guardando a aparência de uma mescla de réptil com mamífero. Tão estranho e feioso é o bicho que a pena sarcástica de Melville (vale lembrar que é de sua safra a máxima sobre o tucanato: "bela plumagem e carne ruim!") nos lembra que, quando um ornitorrinco empalhado apareceu pela primeira vez na Inglaterra, os estudiosos das ciências naturais, perplexos, não conseguiam acreditar que aquele animal existia na realidade, acrescentando que seu bico era artificial.

A comparação é quase inevitável: seria, então, o ornitorrinco o símile petista do tucano?

Deu no *New York Times*![*]

O inferno astral do Governo Lula parece ter atingido seu ponto mais alto no recente episódio do *The New York Times*. Finda a lua-de-mel que o governo e a figura do presidente ainda mantinham com o eleitorado – lua-de-mel que parece ter se encerrado na viragem do ano –, hoje o quadro é inteiramente distinto.

Não foram poucos os descaminhos (e alguns desatinos) que estão fazendo minguar e escorregar pelos dedos os 53 milhões de votos recebidos por Lula em 2002. Sua política econômica é a continuidade exacerbada daquela herdada do período FHC, tornando o país mais vulnerável às oscilações da economia mundial. Bastam os Estados Unidos ameaçarem subir sua taxa de juros e o Brasil descompensa...

A recente decisão do nosso Banco Central de manter a taxa de juros no mesmo patamar celestial deixou estampar o medo que o governo tem da vulnerabilidade e fragilidade de sua política eco-

[*] Publicado no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 maio 2004.

nômica, causando reação contrária do mercado que, tal qual um *frankenstein* desalmado, reagiu uma vez mais de modo nervoso.

O desemprego chegou às nuvens. Nossas principais capitais têm índices explosivos, fazendo aflorar uma guerra civil aberta e despolitizada, onde as vagas se ampliam fortemente apenas na economia do narcotráfico. O presidente-metalúrgico, que prometeu 10 milhões de empregos, com sua política econômica aumenta ainda mais o flagelo do desemprego para alguns milhões, comprometendo completamente qualquer possibilidade, na segunda metade (e pouco mais) que lhe resta de mandato, de realizar sua proposta *dudiana*, embalada na campanha publicitária mistificadora de 2002, onde tudo valia, na *norte-americanização* a que se converteram nossas eleições.

O desgaste do governo do PT ampliou-se, ainda mais, no recente episódio do salário mínimo, em que a proposta da campanha eleitoral, de duplicá-lo em quatro anos, também escorre pelo ralo. Tornou-se questão de honra para o presidente ex-metalúrgico não permitir um tostão a mais no salário mínimo estipulado pelo Palácio. Ou melhor, pelos palácios...

O que se vê no parlamento é grotesco: PSDB, PFL e assemelhados, que sempre arrocharam o salário mínimo, ficam querendo agora ampliá-lo, enquanto o PT, que desde sempre defendeu seu aumento, agora quer escorchá-lo. Salário que Lula repudiava desde os tempos do ABC Paulista. Como explicar, para o povo incrédulo, que a maior economia da América Latina, agora com um presidente de origem operária, mantenha um salário mínimo degradante, repudiado pelo PT e por Lula quando estavam na oposição? Não será difícil imaginar a rotunda derrota do PT, nas próximas eleições municipais, como prêmio por tanta mutação, incoerência e transformismo.

Anteriormente, o governo do PT já havia, através da (contra)reforma da (im)previdência e sua desumana taxação dos aposentados, feito erodir sua base junto aos funcionários públicos, núcleo essen-

cial desde a formação do PT nos anos de 1980 e um dos pólos fundamentais de sua ancoragem no mundo do trabalho. Na política dos transgênicos, abandonou sua forte defesa ambiental e subordinou-se aos imperativos do *agrobusiness*.

No caso do artigo recém-publicado no *The New York Times*, que procurou expor de modo leviano e fundado no pior jornalismo a vida privada do presidente, a resposta do governo mostrou o completo descontrole em que ele se encontra. Tendo todo o país ao seu lado, no primeiro dia depois da notícia da publicação, não foi capaz de manter esse apoio e resolver de modo tranqüilo e *sóbrio* o episódio. Ao contrário, recorrendo a uma legislação da Ditadura Militar, tão combatida no passado, de modo bonapartista expulsou o jornalista estrangeiro e ganhou a oposição (quase) uníssona e generalizada.

De novo o Duda Mendonça foi chamado para mostrar os números, que todos aqueles dotados de razoável bom senso já sabiam sem consultar o mago da manipulação: o estrago, com a decisão da expulsão, tinha sido enorme, muito maior que o dano causado pelo texto original. Aumentava, então, o inferno astral do governo.

A derrota para a reeleição do presidente da Câmara (e conseqüentemente do Senado), as conseqüências da política cambial conservadora e medrosa que só beneficia aos bancos e seus lucros ilimitados, as previsíveis e justas resistências às reformas sindical e trabalhista, que ainda vão gerar muita polêmica, devem ter levado Lula a ir buscar na China a paz de espírito que ele parece não mais encontrar em nenhuma parte do país, especialmente depois que a notícia *deu no New York Times*, conforme a letra de música extraída de nosso cancioneiro popular.

Sobre o autor

Ricardo Antunes

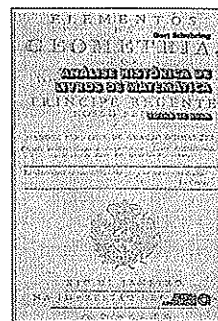
É professor titular de sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). Foi *visiting research fellow* na Universidade de Sussex, Inglaterra (1997/1998). Fez concurso para titular (2000) e fez livre-docência (1994) no IFCH-UNICAMP, em sociologia do trabalho. Doutorou-se em sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP-1986) e fez mestrado em ciência política no IFCH-UNICAMP (1980). É pesquisador vinculado ao CNPq.

Publicou vários livros, entre eles, podem-se citar *Adeus ao trabalho?* (9. ed., Cortez/Ed. da UNICAMP, também publicado na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia, Venezuela e México); *Os sentidos do trabalho* (7. ed., Boitempo); *A rebeldia do trabalho* (2. ed., Ed. da UNICAMP); *O novo sindicalismo no Brasil* (Pontes); *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil* (3. ed., Cortez); *O que é sindicalismo?* (20. ed., Brasiliense);

O que são comissões operárias (em co-autoria, 2. ed., Brasiliense); *Crise e poder* (Cortez).

Participou também da organização de vários livros e revistas, entre eles: *O avesso do trabalho* (em co-autoria) e *A dialética do trabalho* (org.), ambos publicados pela Editora Expressão Popular, em 2004, e a revista *Idéias* (em co-autoria) (IFCH-UNICAMP, n. 9/10, 2003).

Atualmente coordena as coleções Mundo do Trabalho, pela Boitempo, e Trabalho e Emancipação, pela Editora Expressão Popular. Colabora regularmente em revistas e jornais nacionais e estrangeiros. É editor participante ou membro do conselho editorial de *Margem Esquerda* (Brasil), *Latin American Perspectives* (EUA), *Proteo* (Itália), *Asian Journal of Latin American Studies* (Coréia do Sul), *Herramienta* (Argentina), *Trajectórias* (México), entre outras, além de participar como membro de conselho editorial ou como colaborador em outras publicações no Brasil e no exterior.

LEIA TAMBÉM:

Análise histórica de livros de matemática: notas de aula
Gert Schubring

184p. – ISBN 85-7496-061-6 – Traduzido do inglês por Maria Laura Magalhães Gomes

O professor Gert Schubring, da Universidade de Bielefeld (Alemanha), profundo conhecedor da história da matemática e de suas relações com a cultura de cada sociedade ao longo dos séculos, presenteia-nos com obra que aborda um tema pouco estudado no Brasil: a história dos livros de matemática.

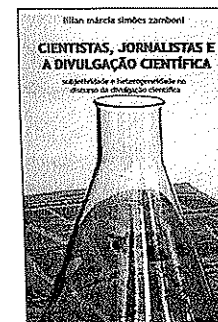
Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar
Maria das Dores Campos Machado

232p. – ISBN 85-85701-33-1 – Co-edição ANPOCS

Contribui para a compreensão do reavivamento religioso na sociedade contemporânea. Motivações e formas de participação de homens e mulheres, impacto do engajamento religioso no relacionamento são alguns temas discutidos de maneira atraente neste livro.

Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula
José Eli da Veiga

2ª edição – 304p. – ISBN 85-7496-048-9 – Formato 19 x 24cm

A ambição deste livro é detonar a medíocre visão que prevalece entre as elites dirigentes sobre o rumo do desenvolvimento territorial do Brasil.

Cientistas, jornalistas e a divulgação científico: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica
Lilian Márcia Simões Zamboni

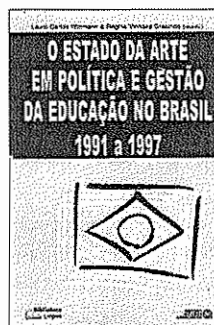
192p. – ISBN 85-7496-038-1 – Apoio FAPESP

Neste livro, a autora defende a tese de que a divulgação científica constitui um gênero de discurso específico, que exige do divulgador um trabalho efetivo de formulação de um novo discurso. Cientistas, jornalistas, lingüistas, analistas do discurso, comunicadores e leitores interessados no fenômeno da linguagem poderão compreender melhor, com este livro, como agem os interlocutores no complexo cenário da comunicação social.

Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas

Lucia Helena Gonçalves Teixeira

336p. – ISBN 85-7496-047-0 – Co-edição ANPAE – Apoio UMESP

Este livro contém resultados de estudos realizados com o objetivo geral de avaliar, por meio das culturas escolares, as mudanças na organização interna de escolas públicas estaduais de ensino fundamental de Minas Gerais impostas pelo sistema.

O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997

Lauro Carlos Wittmann & Regina Vinhaes Gracindo (coords.)

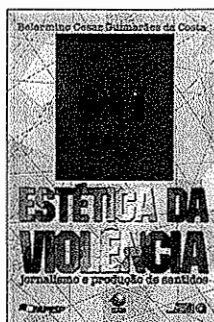
288p. – ISBN 85-7496-035-7 – Co-edição ANPAE

O livro é uma publicação da ANPAE que apresenta importantes resultados e informações sobre a produção de pesquisas na área de política e gestão da educação. Essa publicação reafirma o compromisso da ANPAE com a causa da construção histórica de uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade para todos, e apresenta um agradecimento especial aos pesquisadores e financiadores que trabalharam no projeto.

A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização

Claudia Mazzei Nogueira

128p. – ISBN 85-7496-092-6

A idéia básica deste livro é a de entender se a crescente inserção da mulher no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo traz elementos que favorecem e fortalecem o complexo processo de emancipação feminina, ou se esses mesmos elementos vêm (também), de modo particular, acarretando a intensificação da precarização da mulher trabalhadora.

Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos

Belarmino Cesar Guimarães da Costa

216p. – ISBN 85-7496-046-2 – Co-edição Editora UNIMEP – Apoio FAPESP

Este livro foi fruto de pesquisa resultante de dez anos de convivência com o Grupo Teoria Crítica e Educação, com sedes na UFSCar, UNIMEP e UNESP/Araraquara. O campo de investigação empreendido neste livro delimita-se à produção da narrativa jornalística, cuja estrutura de supressão e/ou destaque de fatos e normatização da construção do fato noticioso representa, em si, um campo objetivo para caracterizar os fenômenos da barbárie estética e da racionalidade técnica.

Manual de organização de referências e citações bibliográficas para documentos impressos e eletrônicos

Gildenir Carolino Santos & Rosemary Passos (colaboradora)

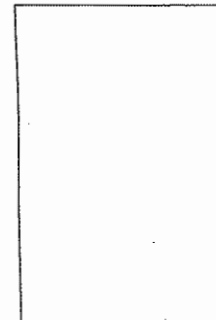
112p. – ISBN 85-85701-73-0 – Co-edição Editora da UNICAMP

Este manual tem como objetivo principal, conforme o próprio título menciona, organizar as referências e citações bibliográficas de documentos impressos e eletrônicos, de acordo com as normas da ABNT e ISO.

Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista

Paulo de Martino Jannuzzi

256p. – ISBN 85-85701-93-5

A partir dos anos de 1980, a instabilidade econômica e o baixo dinamismo na criação de postos de trabalho repercutiram de forma significativa sobre as perspectivas de mobilidade social e tendências migratórias no país, sobretudo em São Paulo. Este livro analisa a mobilidade ocupacional e social no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993, com base em um *survey* retrospectivo inédito sobre o histórico ocupacional e espacial de migrantes.

Modos de ver a produção no Brasil

José Ricardo Figueiredo

No prelo – Co-edição EDUC

Planejamento integrado de recursos energéticos: meio ambiente, conservação de energia e fontes renováveis

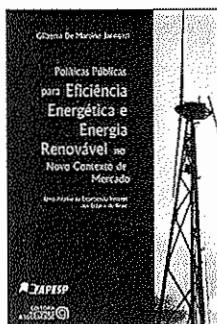
Gilberto de Martino Jannuzzi & Joel Swisher

268p. – ISBN 85-85701-50-1 – Apoio PROCEL, ELETROBRÁS, UNEP

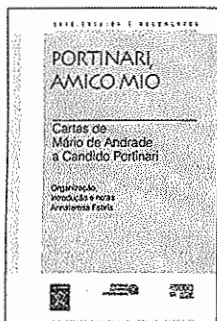
A privatização, meio ambiente, conservação e fontes renováveis são parâmetros importantes para o Planejamento Integrado de Recursos Energéticos. O livro apresenta metodologia de grande interesse para planejadores, técnicos do setor e estudantes de cursos de pós-graduação.

Poder político e resistência cultural
Evaldo Vieira

152p. - ISBN 85-85701-61-7

Este é um livro sobre ação cultural e sobre vida cultural em suas relações com o poder. Fala de cultura, sob a forma de resistência, de elaboração e de produção. Seus capítulos, mais do que conhecimento e análise, expõem um projeto de educação cultural, com valores e práticas.

Políticas públicas para eficiência energética e energia renovável no novo contexto de mercado: uma análise da experiência recente dos EUA e do Brasil
Gilberto de Martino Jannuzzi

160p. - ISBN 85-7496-007-1 - Apoio FAPESP

O autor explica o que são os programas de energia renovável e analisa experiências de programa energético, de pesquisa e planejamento do setor. Reflete sobre a realização brasileira explicitando sugestões para a área.

Portinari, amico mio. Cartas de Mário de Andrade a Candido Portinari
Annateresa Fabris (org.)

160p. - ISBN 85-85725-10-9 - Co-edição Projeto Portinari, Mercado de Letras

A amizade e o momento cultural brasileiro da época estão presentes nas cartas enviadas por Mário de Andrade ao seu amigo Portinari, reunidas neste livro.

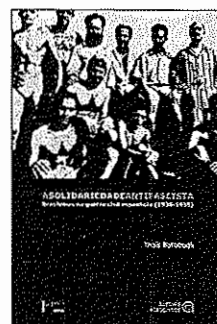
Raiva e revolta em educação
Ezequiel Theodoro da Silva

68p. - ISBN 85-85701-58-7 - Ilustrações de Ana Beatriz Linardi

Coletânea de ensaios ilustrados sobre a realidade da educação pública nacional, enfatizando as dificuldades vividas pelas organizações escolares e seus professores.

Representações do espaço: multidisciplinaridade na educação
Antonio Miguel & Ernesto Zamboni (orgs.)

124p.- ISBN85-85701-31-5

Abordando a noção de espaço sob as perspectivas histórica, artística, filosófica, psicológica, geográfica e matemática, traz importante contribuição ao entendimento desse conceito.

A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)
Thaís Battibugli

256p- ISBN 85-7496-088-8 -Co-edição EDUSP

Este livro objetiva conhecer a trajetória da militância antifascista de um pequeno, mas significativo, grupo de comunistas brasileiros (2 civis e 14 militares) que lutou na Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Teoria crítica, estética e educação
Newton Ramos-de-Oliveira, Antônio Álvaro Soares Zuin & Bruno Pucci (orgs.)

208p. - ISBN 85-7496-019-5 - Co-edição Ed. UNIMEP - Apoio FAPESP

Textos que estimulam a reflexão crítica sobre a forma como a indústria cultural engendra, por meio do consumo de seus produtos culturais, a concretização do processo de danificação da nossa experiência formativa e, portanto, da própria estética.

Teoria crítica, ética e educação
Luiz A. Calmon Nabuco Lastória, Belarmino Cesar Guimarães da Costa & Bruno Pucci (orgs.)

240p. - ISBN 85-7496-020-9 - Co-edição Editora UNIMEP - Apoio FAPESP

Esta coletânea traz múltiplas abordagens e tratamentos que avançam pela mais atual problemática político-econômica, social e cultural, plena de vínculos e conseqüências com o âmbito da educação.

ENVIE HOJE MESMO.
NÃO É NECESSÁRIO SELAR!

CORTAR AQUI

FICHA CADASTRO

(PREENCHER EM LETRA DE FORMA)

DADOS PESSOAIS

Nome: ....

End.: ....Nº.................

Ap.: ....Bairro: ....CEP ....-.......

Cidade: ....Est.: ....Tel.: (.......) ....

E-mail: ....

DADOS PROFISSIONAIS: ESCOLA/EMPRESA

....

End.: ....Nº.................

Ap.: ....Bairro: ....CEP ....-...........

Cidade: ....Est.: ....Tel.: (.......) ....

Disciplinas: ....

E-mail: ....

Professor(a) de: 1ºgrau( ) 2ºgrau( ) 3ºgrau( )

RECEBA NOVAS INFORMAÇÕES

Áreas de interesse: ....

....

LIVRO ADQUIRIDO: A desertificação neoliberal no Brasil

☐ Sim, quero receber gratuitamente:

☐ Catálogo ☐ Informe mensal de lançamentos ☐ Lista de preços

Esta ficha pode ser reproduzida para seus amigos

CORTAR AQUI

Fotógrafo: Antoninho Perri – ASCOM/UNICAMP.

Ricardo Antunes

É professor titular de sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). Foi *visiting research fellow* na Universidade de Sussex, Inglaterra (1997/1998). Fez concurso para titular (2000) e fez livre-docência (1994) no IFCH-UNICAMP, em sociologia do trabalho. Doutorou-se em sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP-1986) e fez mestrado em ciência política no IFCH-UNICAMP (1980).

Publicou vários livros, entre eles, *Adeus ao trabalho?* (publicado em sete países) e *Os sentidos do trabalho*.